

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

65

out/dez 2020



OBRA PUBLICADA PELO



**Banco do
Nordeste**

PRESIDENTE

Romildo Carneiro Rolim

DIRETORES

Anderson Aorivan da Cunha Possa

Bruno Ricardo Pena de Sousa

Cornélio Farias Pimentel

Hailton José Fortes

Haroldo Maia Junior

Thiago Alves Nogueira

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Luiz Alberto Esteves

Economista-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Gerente de Ambiente

Allisson David de Oliveira Martins

**Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
Macroeconômicas**

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico

Luiz Alberto Esteves

Editor-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo

Allisson David de Oliveira Martins

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica

Allisson David de Oliveira Martins

Produção Agropecuária

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Produção Industrial

Liliane Cordeiro Barroso

**Serviços, Comércio Varejista, Turismo e Intermediação
Financeira**

Nicolino Trompieri Neto, Professor do Curso de Economia da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Alysson Inácio de Oliveira, Caio Eduardo Silveira Gomes, Catherine dos Santos Rodrigues, Ingrid Monteiro Cordeiro, Iury Lima Procópio, Mateus Pereira de Almeida e Pedro Costa de Castro Ivo, graduandos da UNIFOR e estagiários do Núcleo de Pesquisas Econômicas – NUPE da UNIFOR.

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas e Índice de Preços

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Estagiários

Mateus Pereira de Almeida

Jovem Aprendiz

Rafael Henrique Silva Santos

Tabulação de Dados

Bruno Gabai

José Wandemberg Rodrigues Almeida

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste -
ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo Passaré -
60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3251-7177

Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.
É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Dados internacionais de catalogação na publicação.

BNB Conjuntura Econômica, n.1, 2004- Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004-
n.

Quadrimestral

Periodicidade anterior: 2004-2005 bimestral; 2006-2013 quadrimestral; 2014 semestral.

ISSN 18078834

1.Economia- Brasil – Nordeste – Periódicos. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil – Nordeste
– Periódicos. I Banco do Nordeste do Brasil.

CDD:330.05

CDU: 33 (812/814) (05)

Sumário

1 Atividade Econômica.....	4
2 Produção Agropecuária.....	7
3 Produção Industrial	12
4 Setor de Serviços	21
5 Varejo	23
6 Turismo	26
7 Mercado de Trabalho	30
8 Comércio Exterior	36
9 Finanças Públicas	44
10 Intermediação Financeira	54
11 Índices de Preços	58
12 Cesta Básica	62

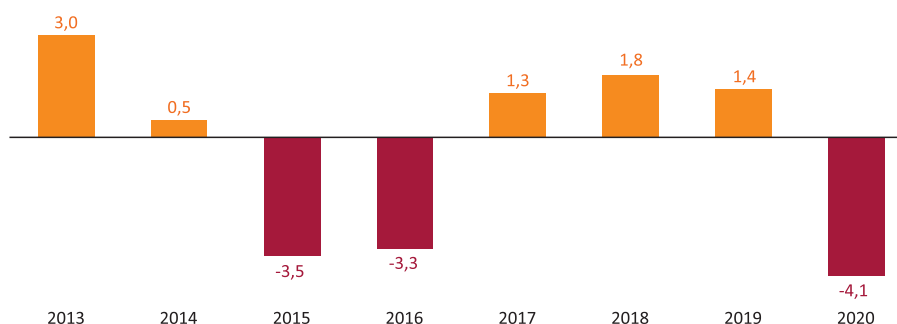
1 Atividade Econômica

1 NÍVEL DE ATIVIDADE

1.1 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encerrou o ano de 2020 com recuo de 4,1%, totalizando o volume de R\$ 7,4 trilhões. Após três anos de evolução positiva na atividade econômica, quando entre 2017 e 2019 registrou crescimento acumulado de 4,6%, os efeitos da pandemia de Covid-19, que foram sentidos em quase todos os setores, colocaram a atividade econômica em dificuldades, com repercussões na produção, no consumo e na renda.

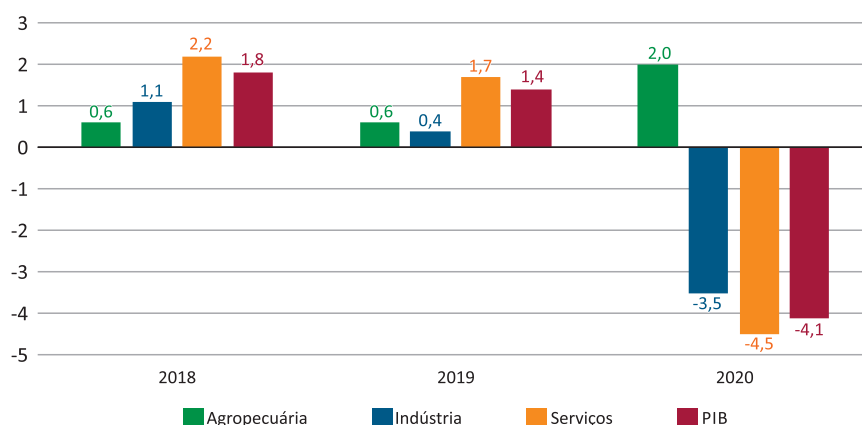
Gráfico 1 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - % em relação ao ano anterior - 2013 a 2020



Fonte: IBGE(2021). Elaboração: Etene (2021)

Pela ótica da oferta, em 2020, somente a agropecuária apresentou avanço, 2,0%, enquanto que os demais setores, serviços e indústria, registraram queda de 4,5% e 3,5%, respectivamente. No setor de serviços, aquele de maior peso no PIB, os serviços prestados às famílias (-12,1%), afetado pelas restrições de funcionamento, e os transportes, armazenagem e correio (-9,2%), sobretudo pela queda do fluxo de passageiros, foram as atividades que mais sentiram o cenário desafiador da Covid-19. Na indústria, a atividade mais impactada foi a construção civil, com queda de 7,0% da atividade, quando comparada com 2019. A agropecuária, com produções recordes, soja (+7,1%) e café (24,4%) foram os destaques.

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil – Ótica da Oferta - % em relação ao ano anterior - 2018 a 2020

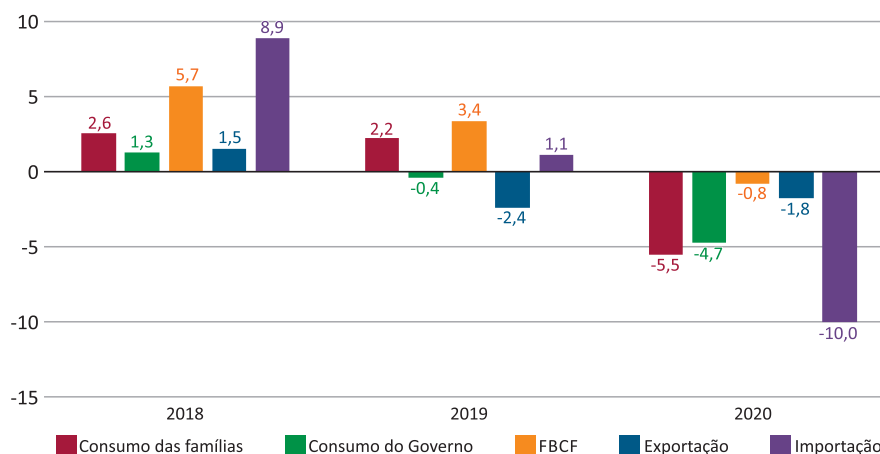


Fonte: IBGE(2021). Elaboração: Etene (2021)

Em outra perspectiva, o PIB pela ótica da demanda, segundo o IBGE, todos os componentes apresentaram queda, a exemplo do consumo das famílias (-5,5%), que fundamentalmente em razão do mercado de trabalho deteriorado e das regras de distanciamento social, registrou o menor valor da série histórica divulgada. O consumo do governo, também registrou retração de 4,7%, que pode ser explicado,

em parte, pelos gastos menores para o funcionamento da máquina pública. Os investimentos, item importante para o desenvolvimento econômico, caiu 0,8%. No setor externo, importações e exportações, apresentaram queda, comportamento similar com o observado em nível global.

Gráfico 3 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil – Ótica da Demanda - % em relação ao ano anterior - 2018 a 2020



Fonte: IBGE (2021). Elaboração: Etene (2021)

1.2 Índice de Atividade Econômica do Brasil e Nordeste

O Índice de Atividade Econômica do Brasil (IBC-Br), elaborado e divulgado pelo Banco Central, constitui-se em um indicador que incorpora a trajetória das variáveis consideradas como *proxy* para o desempenho dos setores da economia. Esse índice pode ser considerado um indicador antecedente do PIB, seja pela sua periodicidade mensal, seja pela reduzida defasagem com a qual pode ser disponibilizado.

O indicador nacional teve como base os indicadores regionais – Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) – que passaram a ser divulgados mensalmente pelo Banco Central em 2009. O acompanhamento da atividade em nível regional contribui para o melhor entendimento da evolução do indicador do País, permite antecipar padrões em nível nacional, além de fornecer informações sobre flutuações econômicas das regiões e dos principais estados.

Neste sentido, a economia do Nordeste, medida pelo índice de atividade IBCR-NE publicado pelo Banco Central, em 2020, registrou queda 2,0%, quando comparado com o mesmo mês do ano anterior. Da mesma forma que o Brasil, após 3 anos de crescimento, experimenta uma retração da atividade econômica, agora sentida pelos efeitos da pandemia de Covid-19.

Tabela 1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil, Nordeste, Sudeste, Bahia, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo e Minas Gerais - % Crescimento Anual - 2016 a 2020.

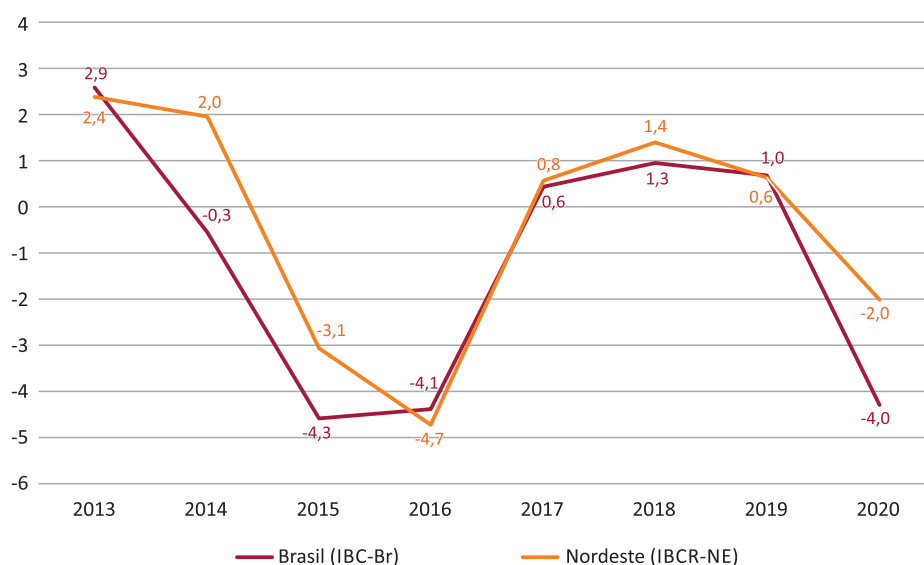
	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	-4,1	0,8	1,3	1,0	-4,0
Nordeste	-4,7	0,6	1,4	0,6	-2,0
Bahia	-5,7	-0,5	1,9	-0,1	-3,0
Ceará	-4,0	0,9	2,0	2,4	-2,0
Pernambuco	-4,2	0,5	1,3	1,1	0,3
Sudeste	-3,8	0,4	1,4	1,7	-1,3
Espírito Santo	-8,2	1,0	3,3	-2,8	-4,2
Minas Gerais	-2,7	-0,2	1,1	-0,1	-0,8

Fonte: IBGE e Bacen (2021). Elaboração: Etene(2021)

Entre os estados do Nordeste pesquisados pelo Banco Central, apenas Pernambuco (+0,3%) não registrou retração, enquanto que Bahia (-3,0%) e Ceará (-2,0%), que figuram como 1ª e 3ª economias da região, respectivamente, foram afetadas pela queda da dinâmica econômica. O Estado de Minas Gerais, que é contemplado, em parte, como área de abrangência do Banco do Nordeste, apresentou ligeiro recuo na atividade econômica do ano passado, -0,8%. O índice de atividade do Espírito Santo, de maior magnitude de retração, registrou resultado de -4,2%.

Os efeitos negativos da pandemia, refletem na performance econômica, do Brasil e Nordeste, entretanto, na Região, pelo indicador de atividade do Banco Central, a queda foi mais amena, -2,0%, e no Brasil, foi -4,0%. Espera-se que a vacinação avance mais intensamente no 2º semestre de 2021, de forma que a economia deva apresentar dinâmica de crescimento mais pujante, reflexo da elevação positiva dos níveis de confiança dos empresários e famílias, além do relaxamento das medidas de restrição adotadas de combate à Covid-19.

Gráfico 4 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil e Nordeste - % em relação ao ano anterior - 2013 a 2020



Fonte: Bacen (2021). Elaboração: Etene (2021)

A comparação entre as projeções dos indicadores de atividade econômica do Brasil e do Nordeste mostra que a despeito dessa região acompanhar o País na queda dos principais indicadores de atividade, o cenário delineado mostra que o Nordeste encerrou o ano de 2020 com um desempenho acima do esperado para a economia brasileira.

Referências

BACEN-BANCO CENTRAL DO BRASIL (2021). **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 16 de Abril de 2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2021). **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 16 de Abril de 2021

2 Produção Agropecuária

2.1 Agricultura

As incertezas e os efeitos econômicos trazidos pela pandemia do novo Coronavírus reconfiguraram num cenário de forte queda para os setores econômicos. No entanto, a agricultura brasileira vem mostrando bons resultados, tanto de safra, produtividade, etc., quanto no comércio dos produtos agrícolas, que tem sido surpreendentemente favorável em vista da gravidade do quadro atual.

Relativo ao último levantamento da safra agrícola para 2020 realizado pelo IBGE (LSPA de dez./2020), a safra nacional de grãos deverá alcançar 254,00 milhões de toneladas, variação 5,2% superior à observada em 2019, de 241,5 milhões de toneladas (Tabela 1). Melhores condições climáticas nas principais regiões produtoras, com chuvas nos períodos adequados, melhores condições de colheitas, uso intensivo de tecnologia e maior área colhida favoreceram para estes resultados. Para este último item, a expectativa é que haja um aumento de 3,5% na área colhida de grãos em 2020, totalizando 65,4 milhões de hectares.

A Região Nordeste, apesar de representar apenas 7,9% da safra nacional de grãos em 2019, deverá apresentar o melhor desempenho dentre as grandes regiões, com incremento de 17,7% no total de grãos produzidos, alcançando 22,6 milhões de toneladas, o que elevará para 8,9% sua participação nacional em 2020. As demais regiões deverão apresentar os seguintes resultados em suas safras de grãos: Norte (+12,1%), Sudeste (+8,4%), Centro-Oeste (+9,2%) e Sul (-5,7%). O Centro-Oeste continuará concentrando a maior parcela de produção de grãos, nacionalmente, com 121,0 milhões de toneladas (47,9%), enquanto a Região Sul será a única a apresentar decréscimo em sua produção, totalizando 73,0 milhões de toneladas em 2020, ante 77,2 milhões de 2019.

Quanto aos estados da Região Nordeste, todos deverão apresentar ganhos de produção, com as maiores variações para Pernambuco (+185,2%), Paraíba (+88,1%), Ceará (+40,1%) e Sergipe (+27,1%). Dentre os grandes produtores de grãos regionais, a Bahia deverá aumentar sua produção em 21,5%, com 10,0 milhões de toneladas, o Maranhão em 10,0%, alcançando 5,4 milhões de toneladas, e o Piauí, com 11,1% de incremento e produção de 4,9 milhões de toneladas. Juntos, estes três estados representam 90,3% da produção regional de grãos.

Tabela 1 – Safra de grãos no Brasil, Nordeste e Estados selecionados (Em ton.) - 2019 e 2020

País / Região / Estados	Safra 2019		Safra 2020		Var. (%) 2020/2019
	Produção (t)	Part. (%) ⁽¹⁾	Produção (t)	Part. (%) ⁽¹⁾	
Norte	9.807.396	4,1	10.989.311	4,3	12,1
Nordeste	19.188.190	7,9	22.587.556	8,9	17,7
Maranhão	4.929.446	25,7	5.421.321	24,0	10,0
Piauí	4.416.577	23,0	4.907.108	21,7	11,1
Ceará	559.791	2,9	784.142	3,5	40,1
Rio Grande do Norte	56.311	0,3	58.257	0,3	3,5
Paraíba	63.189	0,3	118.844	0,5	88,1
Pernambuco	88.102	0,5	251.224	1,1	185,2
Alagoas	95.917	0,5	99.577	0,4	3,8
Sergipe	695.197	3,6	883.838	3,9	27,1
Bahia	8.283.660	43,2	10.063.245	44,6	21,5
Sudeste	23.732.122	9,8	25.732.891	10,1	8,4
Sul	77.217.933	32,0	73.029.839	28,7	-5,4
Centro-Oeste	111.517.113	46,2	121.744.873	47,9	9,2
Brasil	241.462.754	100,0	254.084.470	100,0	5,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota (1): Participação das regiões em relação ao País e participação dos Estados do Nordeste em relação a esta Região.

Considerando os produtos levantados pelo IBGE (Tabela 2), para o Brasil, destacam-se em 2020 as produções de soja (121,5 milhões de toneladas), milho (103,2 milhões de toneladas) e arroz (11,0 milhões de toneladas). Estas três culturas representarão 92,8% do total produzido de grãos no País. As culturas de arroz (+7,7%) e soja (+7,1%) deverão apresentar incrementos de produção, enquanto o milho terá incremento proporcionalmente menor, de 2,7%. As culturas de mamona (+29,1%), triticales (+24,6%) e amendoim (23,0%) e trigo (+17,7%), também deverão se destacar com significativos incrementos de produção em 2020.

Além da produção de grãos, cabem ainda destacar no levantamento do IBGE as culturas de café (+24,3%), cacau (+11,1%) e cana-de-açúcar (+1,6%), as quais apresentarão bom desempenho nesta safra. Por outro lado, as culturas de laranja (-10,6%), fumo (-8,4%), banana (-5,6%), batata (-4,2%), tomate (-2,9%), uva (-2,0%), castanha-de-caju (-0,4%) e mandioca (-0,2%) deverão apresentar declínios.

Tabela 2 – Principais produtos da safra agrícola no Brasil e Nordeste (Em ton.) - 2019 e 2020

Produto das lavouras	Brasil			Nordeste			Safra 2020 Part. (%) NE/BR
	Safra 2019	Safra 2020	Var. (%)	Safra 2019	Safra 2020	Var. (%)	
Cereais, oleaginosas ⁽¹⁾	241.462.754	254.084.470	5,2	19.188.190	22.587.556	17,7	8,9
Algodão herbáceo	6.894.169	7.089.939	2,8	1.661.272	1.651.597	-0,6	23,3
Amendoim	562.300	691.369	23,0	12.364	12.479	0,9	1,8
Arroz	10.260.474	11.046.184	7,7	314.090	333.440	6,2	3,0
Feijão	3.039.651	2.887.695	-5,0	1.280.453	663.703	-48,2	23,0
Mamona	28.360	36.626	29,1	27.569	36.330	31,8	99,2
Milho	100.566.125	103.235.064	2,7	6.518.893	8.723.840	33,8	8,5
Soja	113.488.489	121.522.363	7,1	10.495.757	11.581.628	10,3	9,5
Sorgo	2.596.642	2.748.747	5,9	159.391	211.662	32,8	7,7
Trigo	5.231.336	6.159.544	17,7	30.000	17.000	-43,3	0,3
Banana	7.113.594	6.718.160	-5,6	2.488.454	2.300.477	-7,6	34,2
Batata	2.158.290	2.067.159	-4,2	132.006	132.144	0,1	6,4
Cacau	252.540	280.661	11,1	105.018	118.018	12,4	42,1
Café	2.995.564	3.724.967	24,3	181.633	246.700	35,8	6,6
Cana-de-açúcar	667.532.475	677.916.429	1,6	49.671.912	52.217.415	5,1	7,7
Castanha-de-caju	139.383	138.763	-0,4	138.572	137.916	-0,5	99,4
Fumo	759.470	695.601	-8,4	23.936	30.035	25,5	4,3
Laranja	17.614.270	15.745.940	-10,6	1.175.771	1.157.501	-1,6	7,4
Mandioca	18.990.014	18.955.430	-0,2	3.799.398	3.971.369	4,5	21,0
Tomate	4.075.890	3.956.559	-2,9	518.644	496.721	-4,2	12,6
Uva	1.445.705	1.416.398	-2,0	498.160	387.662	-22,2	27,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticales.

No Nordeste, na produção de grãos destacam-se o crescimento nas seguintes culturas: milho (+33,8%), sorgo (+32,8%), mamona (+31,8%), soja (+10,3%), arroz (+6,2%) e amendoim (+0,9%). Apenas as cultura do feijão (-48,2%), trigo (-43,3%) e algodão (-0,6%) deverão apresentar declínio de produção entre os grãos.

Quanto aos demais produtos não inseridos no grupo dos cereais e oleaginosas, café (+35,8%), fumo (+25,5%) e cacau (+12,4%) apresentarão crescimento substancial de produção, enquanto que uva (-22,2%), banana (-7,6%), tomate (-4,2%) e laranja (-1,6%) terão desempenhos negativos.

Quando se destacam as culturas por estados da Região Nordeste, percebe-se que a Bahia, além de grande produtora de grãos, produz regionalmente todo o cacau (100,0%) e o trigo (100,0%) e praticamente

toda a batata-inglesa (99,9%), café (99,7%) e mamona (99,1%). Destacam-se, ainda, nas produções de algodão (89,3%), sorgo (69,2%), laranja (54,7%), soja (52,4%) e tomate (48,6%). Das culturas cultivadas na Bahia, o sorgo (+110,2%), milho (+58,4%), fumo (+53,8%), mamona (+33,3%) e cana-de-açúcar (+22,4%) deverão apresentar desempenhos favoráveis de produção na safra 2020, enquanto que trigo (-43,3%), uva (-38,8%), banana (-18,3%), castanha-de-caju (-13,3%) e tomate (-12,5%) devem apresentar os maiores resultados negativos.

O Maranhão, segundo maior produtor regional de grãos, se destaca na produção de arroz (47,1%), soja (26,4%), milho (24,0%) e mandioca (10,4%). Das suas culturas, milho (+15,7%), soja (+7,5%) e algodão (+3,8%) deverão apresentar bom desempenho na safra 2020. Já as culturas de feijão (-16,4%), laranja (-16,2%) e sorgo (-9,1%) tendem a apresentar os piores resultados para esta safra.

O Piauí se destaca na produção de arroz (31,1%), milho (25,2%), soja (21,1%), sorgo (17,9%), castanha-de-caju (16,8%) e feijão (12,4%). Sua produção de arroz deverá apresentar o melhor desempenho estadual, com acréscimo de 32,3%, seguido de mandioca (+21,7%), milho (+19,8%), tomate (+17,9%) e castanha-de-caju (+7,0%). Quanto aos destaques negativos, sorgo (-39,8%) e algodão (-0,5%) deverão apresentar reduções em suas safras para 2020.

O Estado de Pernambuco, apesar de possuir pequena representação na produção de grãos, se destaca na produção de frutas, em especial uva (87,4%) e banana (19,8%). Produz, ainda, 26,4% da cana-de-açúcar do Nordeste, com peso importante na cadeia industrial do setor sucroalcooleiro regional. Quanto às variações entre 2019 e 2020, milho deverá apresentar forte crescimento (+449,2%), seguido de algodão (+185,2%) e laranja (+150,7%), enquanto café (-71,4%), mamona (-30,0%) e uva (-19,5%) deverão apresentar reduções significativas.

O Ceará se apresenta como destaque nas produções de castanha-de-caju (61,8%), tomate (35,4%), feijão (18,8%), banana (18,7%) e mandioca (16,1%). Os melhores desempenhos serão observados nas lavouras de sorgo (+212,5%), algodão (+65,1%), milho (+47,5%), amendoim (+40,4%) e uva (+35,3%), enquanto que as culturas de mamona (-50,6%), fumo (-33,3%), café (-5,0%) e mandioca (-0,1%) deverão declinar.

Os demais estados possuem ainda representações nas produções de: banana, no Rio Grande do Norte (8,4%); castanha-de-caju, no Rio Grande do Norte (12,7%); mandioca, em Alagoas (13,4%); cana-de-açúcar, em Alagoas (29,2%) e na Paraíba (11,0%); amendoim, em Alagoas (50,0%) e Sergipe (17,2%); fumo, em Alagoas (66,5%); laranja, em Sergipe (31,1%) e Alagoas (12,2%); e milho de 2ª safra, em Sergipe (30,8%).

2.2 Pecuária

Em virtude do atual cenário de retração econômica, acentuada pelos efeitos adversos da pandemia, alguns dos principais itens da produção da pecuária sinalizam em menores volumes no País e, mais propagado no Nordeste, no quarto trimestre de 2020. As atividades pesquisadas são do IBGE em seus levantamentos trimestrais de abate de animais e produções de leite, além de ovos de galinha, conforme identificados na Tabela 3.

O quantitativo de animais abatidos de bovinos no País foi o que apresentou maior retração, quando comparado com o 4º trimestre de 2019 (-9,6%). No caso da Região Nordeste, que representa 7,4% do quantitativo de bovinos abatidos do País, a retração ocorreu de forma mais intensa, com recuo de 22,7%, em comparação ao mesmo trimestre de 2019. O resultado deriva da retração do poder de compra da Região diante do restante do País, pois apresenta o maior número de pessoas em vulnerabilidade econômica. Entre os maiores abatedores de bovinos na Região, Bahia (44,3%), Maranhão (22,9%) e Pernambuco (10,8%) apresentaram os maiores recuos no quantitativo de animais abatidos, -23,1%, -27,8% e -23,2%, respectivamente, no 4º trimestre de 2020, comparado ao mesmo período do ano anterior.

No País (+4,9%), o quantitativo de suínos abatidos apresentou alta nos comparativos entre 2019 e 2020, em grande medida por ser uma alternativa de carne substituta à bovina. Diferentemente, para o Nordeste (-5,1%) houve retração, que uma explicação plausível seria a baixa elasticidade na substituição entre essas carnes na Região, uma vez que o consumo de carne suína é relativamente baixa em comparação com outras regiões do País. Entre os maiores produtores dos abates suínos no Nordeste, a variação não foi

uniforme. Na Bahia (peso regional de 38,9%), houve crescimento na ordem de +11,2%, enquanto no Ceará (peso regional de 34,6%), registrou recuo do quantitativo de carcaças de suínos abatidos em -6,2%, no 4º trimestre de 2020, comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior.

No 4º trimestre de 2020, foram abatidos 3,5 milhões de toneladas de frango no País, crescimento de 5,3%, comparando ao mesmo trimestre de 2019. No último trimestre de 2020, como maior produtor em peso das carcaças, a carne de frango manteve a competitividade frente às outras proteínas, bovino e suíno. Quanto ao destino da produção da carne de frango, como o desempenho de suas exportações não foi expressivo, conclui-se que parte considerável desse crescimento foi direcionado ao mercado interno.

Para a Região Nordeste, o cenário se apresentou positivo no abate de frangos, comparando-se ao 4º trimestre de 2019, houve alta de 11,5% no quantitativo do peso acumulado das carcaças, chegando em 141,2 mil toneladas. Bahia permanece como o principal produtor de carne de frango, participando com 58,1% do total do abate de frango na Região, além de apresentar aumento de seu volume em 4,9%, quando comparado ao 4º trimestre de 2019.

Quanto à produção de leite, percebe-se crescimento tanto para o cru (+1,1%) quanto para o industrializado (+1,2%), entre os 4º trimestres de 2019 e 2020, com quantidades de aproximadamente 6,7 bilhões de litros para ambos. No caso do Nordeste, que representa 6,7% da produção nacional, as variações foram positivas, tanto na produção do leite cru (+14,2%) quanto no beneficiado (+14,1%), no 4º trimestre de 2020 comparando ao mesmo trimestre de 2019. Com produção de 34,6% da produção de leite cru regional, Bahia também se destaca em volume no 4º trimestre de 2020, com crescimento de 34,7% em comparação ao mesmo trimestre de 2019.

A produção de ovos de galinha nacional apontou leve recuo de 0,1% no 4º trimestre de 2020, frente ao mesmo período do ano anterior. Este resultado deve ser apurado diante do aumento do custo de alguns insumos de produção, que foram repassados ao consumidor final. Para Nordeste, que produz 160,7 milhões de dúzias de ovos (16,4%), acumulou alta de 7,2% entre os mesmos períodos analisados. Como o consumo de ovos é considerado um substituto direto das principais proteínas, e diante do aumento dos preços das carnes, cresceu a demanda de ovos no mercado regional. Os estados de Pernambuco (34,8%) e Ceará (34,3%), ganham destaque por serem os maiores produtores de ovos do Nordeste.

Pelos dados analisados, percebe-se que os impactos da pandemia pelo novo Coronavírus provocou um comportamento desigual na produção pecuária nacional e regional. Produtos com maiores valores de compra pelos consumidores apresentaram as maiores variações negativas, como a carne bovina, enquanto aqueles que possuem preços mais acessíveis à população apresentaram variações positivas, com a carne de frango e a produção de ovos de galinha. Isso denota a redução da renda média do trabalhador, que necessitou adquirir itens de menor valor para compor sua cesta de alimentos.

Tabela 3 – Número de animais abatidos e peso das carcaças de bovinos, suínos e frangos e produção de ovos de galinha - Brasil - 4º Trimestre de 2019 e 2020

Abate de Animais, Aquisição de Leite, Aquisição de Couro Cru e Produção de Ovos de Galinha	4º trimestre de 2019			4º trimestre de 2020			Variação (%) 4º trim 2020/ 4º trim 2019	
	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste
Número de animais abatidos (Mil Cabeças)								
Bovinos	8.081	690	8,5	7.309	534	7,4	-9,6	-22,7
Suínos	11.912	124	1,0	125.002	117	1,0	4,9	-5,1
Frangos	1.470.300	53.570	3,6	1.552.959	58.889	3,8	5,6	9,9
Peso das carcaças (Toneladas)								
Bovinos	2.093.377	169.730	8,1	1.970.408	138.772	7,1	-5,9	-18,2
Suínos	1.060.277	9.223	0,9	1.120.852	9.183	0,9	5,7	-0,4
Frangos	3.389.362	126.709	3,7	3.567.401	141.290	4,0	5,3	11,5

Abate de Animais, Aquisição de Leite, Aquisição de Couro Cru e Produção de Ovos de Galinha	4º trimestre de 2019			4º trimestre de 2020			Variação (%) 4º trim 2020/ 4º trim 2019	
	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste
Leite (Mil litros)								
Adquirido	6.671.938	394.886	5,9	6.747.822	450.786	6,7	1,1	14,2
Industrializado	6.663.429	394.692	5,9	6.742.858	450.317	6,7	1,2	14,1
Ovos (Mil dúzias)								
Produção	991.454	149.931	15,1	990.390	160.698	16,4	-0,1	7,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha. Notas: 1. Os dados do 2º trimestre de 2020 são referentes aos primeiros resultados das respectivas pesquisas. 2. Os primeiros resultados das pesquisas trimestrais da pecuária passaram a ser divulgados a partir do 1º trimestre de 2018 apenas no nível Brasil. São dados prévios, que podem sofrer alterações até a divulgação dos resultados do trimestre de referência. 3. Os dados do ano de 2020 são preliminares até a divulgação dos dados do 1º trimestre de 2021.

Referências

IBGE. Indicadores IBGE. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**: julho 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2020_dez.pdf>. Acesso em: 22 mar.2021.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária. **Estatística da Produção Pecuária**: primeiros resultados, abr.-jun. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2020_4tri.pdf>. Acesso em: 22 mar.2021.

3 Produção Industrial

3.1 Atividade Industrial 2020

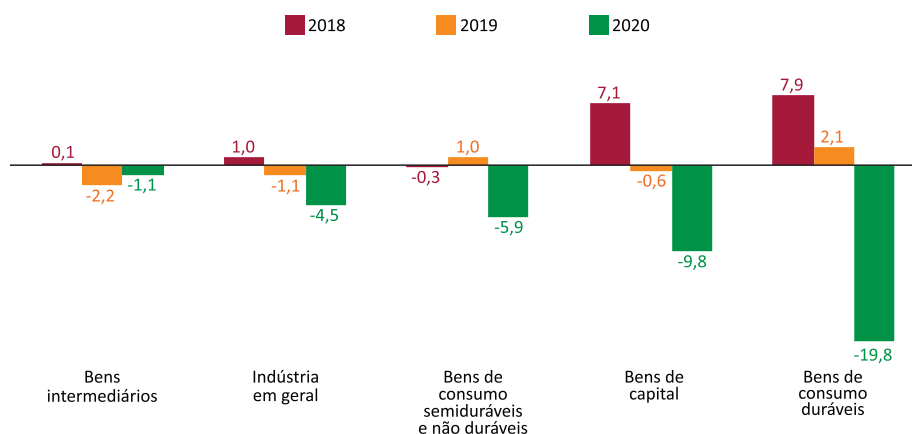
A produção industrial avançou 0,9% em dezembro de 2020, frente ao mês anterior, oitavo mês consecutivo de expansão, nesta base de comparação. Acumulando 41,8% de crescimento, eliminou toda a perda de 27,1% registrada entre março e abril, diante da pandemia do Coronavírus, e se encontra 3,4% acima do patamar de fevereiro de 2020, mês anterior à deflagração da crise.

Em relação a dezembro de 2019, a atividade da indústria subiu 8,2%, quarto mês de elevação seguida, na comparação interanual. Com estes resultados, o setor apresentou avanço de 3,4% no quarto trimestre, mas retração de 4,5% no fechamento do ano de 2020, segundo resultado negativo consecutivo após a perda registrada em 2019 (-1,1%). Nestas condições, a atividade industrial do País se encontra 13,2% abaixo do nível recorde observado em maio de 2011. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física-Brasil (PIM-PF/BR), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021a).

A redução de 4,5% na produção industrial, em todo o acumulado do ano, repercutiu taxas negativas nas quatro grandes categorias econômicas, em 20 dos 26 ramos, 53 dos 79 grupos e 60,6% dos 805 produtos pesquisados.

Entre as grandes categorias econômicas (Gráfico 1), a redução mais intensa se deu nos bens de consumo duráveis (-19,8%), pressionados pela menor fabricação de automóveis (-34,6%). Em seguida, aparecem os bens de capital (-9,8%) refletindo, em grande parte, a retração nos bens de capital para equipamentos de transporte (-22,7%) e para fins industriais (-5,1%). Ainda com queda mais acentuada do que a média nacional (-4,5%), estão os bens de consumo semi e não duráveis (-5,9%). Registrando a perda menos intensa do período, aparecem os bens intermediários (-1,1%). Comparando este resultado com o de anos anteriores, conforme se verifica no Gráfico 1, em geral, o desempenho da indústria se mostrou decrescente. Praticamente todas as categorias assinalaram resultados positivos em 2018, apresentaram retração ou perda de ritmo em 2019, mas todas registraram índices negativos em 2020. Cabe ainda observar que a categoria de bens de consumo duráveis tem se mostrado mais sensível às variações econômicas, imprimindo aumentos mais intensos nos momentos de recuperação, mas também as maiores contrações nos períodos de retração.

Gráfico 1 – Evolução da taxa de crescimento da produção industrial, por grandes categorias econômicas (%) – Brasil – Variação percentual acumulada no ano, 2018, 2019 e 2020 (Base: igual período anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados do IBGE (2021b).

Assim, observa-se que o agravamento das crises econômica e industrial, em particular, diante da pandemia de Covid-19, se dá a partir de bases já deprimidas. Mesmo depois de um período recessivo no País (2015 e 2016), a atividade industrial se mostrou vacilante e desaquecida, para ser, em seguida, solapada com a crise sanitária que se prolongou no ano de 2020, adentrando 2021.

Em relação às atividades industriais, a produção extrativa foi menos negativa em 2020 (-3,4%) do que em 2019 (-9,7%). Em sentido oposto, a indústria de transformação passou de uma alta de 0,2%, no acumulado de 2019, para -4,6%, em 2020, com apenas 6 de suas 25 atividades registrando elevação (Tabela 1): produtos do fumo (+10,1%); coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (+4,4%); alimentos (+4,2%); sabões, cosméticos e perfumarias (+2,7%); produtos farmoquímicos e farmacêuticos (+2,0%), e papel e celulose (+1,3%). Dentre as principais influências negativas: impressão e reprodução de gravações (-38,0%); outros equipamentos de transporte (-29,1%); veículos automotores, reboques e carrocerias (-28,1%); confecção, vestuário e acessórios (-23,7%), e couro, artigos para viagem, calçados (-18,8%).

Tabela 1 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Atividades selecionadas - Brasil – 2019 e 2020 (Base: igual período do ano anterior)

Seções e atividades	2019	2020
Indústria geral	-1,1	-4,5
Indústrias extrativas	-9,7	-3,4
Indústrias de transformação	0,2	-4,6
Fabricação de produtos do fumo	-0,3	10,1
Coque, derivados do petróleo e de biocombustíveis	1,7	4,4
Produtos alimentícios	1,7	4,2
Sabões, cosméticos, perfumaria	-3,7	2,7
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	-3,7	2,0
Celulose, papel e produtos de papel	-3,7	1,3
Fabricação de produtos têxteis	-0,6	-6,6
Metalurgia	-2,9	-7,2
Manutenção, reparação e instalação de máqs e equips	-9,4	-16,0
Fabricação de produtos diversos	3,3	-16,7
Preparação de couro, artigos p/ viagem, calçados	-0,4	-18,8
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	0,8	-23,7
Veículos automotores, reboques e carrocerias	2,2	-28,1
Outros equipamentos de transporte	-8,6	-29,1
Impressão e reprodução de gravações	-1,9	-38,0

Fonte: Elaborado pelo BNB / Etene, com dados do IBGE (2021c).

Complementando a análise do quadro industrial, a pesquisa “Sondagem Industrial”, publicada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2021a), busca identificar o desempenho recente e as expectativas dos empresários para os próximos seis meses. Seus índices comumente variam de 0 a 100 pontos, considerando os 50 pontos como uma linha divisória entre resultados positivos e negativos, em relação ao mês anterior.

A Sondagem identificou a sexta elevação seguida no número de empregados (CNI, 2021b), embora menos intensa em dezembro, cujo desaquecimento é considerado como usual para o mês (de 53,3 para 50,5 pontos, de novembro para dezembro). Contudo, a UCI (Utilização da Capacidade Instalada) assinalou redução pelo segundo mês consecutivo, chegando a 70%, em dezembro de 2020. Ainda assim, se mostrou 3 pontos percentuais (p.p.) superior à de dezembro de 2019 (67%), superando também à do nível pré-crise, de 68%, em fevereiro de 2020.

Os índices de expectativas, com suaves variações na passagem de dezembro de 2020 para janeiro de 2021, refletiram manutenção do otimismo para os próximos seis meses (CNI, 2021b): expectativa de demanda (de 57,9 pontos para 58,1); expectativa de quantidade exportada (de 54,6 para 54,8); de compras de insumos e matérias-primas (de 56,7 para 57,1), e a de número de empregados (de 53,5 para 53,3).

O índice de intenção de investimento, cuja trajetória de crescimento iniciada em maio de 2020 (36,9 pontos) foi levemente interrompida em dezembro, voltou a subir em janeiro de 2021 (59,9) e teve o maior patamar desde fevereiro de 2014 (59,5 pontos).

A sensação de otimismo empresarial pode estar, em parte, ancorada na maior satisfação com a situação financeira e o lucro operacional observados no quarto trimestre de 2020. O índice de satisfação com a situação financeira aumentou entre o terceiro e quarto trimestres de 2020, de 52,4 para 53,8 pontos, ampliando a percepção de satisfação. O índice relativo ao lucro operacional subiu de 48,4 para 50,3 pontos, passando a refletir satisfação dos empresários.

Conforme a Carta IEDE 1061 (IEDE, 2021), alguns aspectos contribuíram para os resultados mais animadores nos últimos meses do ano: as medidas emergenciais (como auxílio emergencial, e de crédito às empresas), mas também os níveis baixos de juros, estimulando alguma recomposição do consumo de duráveis, além da retomada de atividades com poder para alavancar parte importante da indústria, como a construção civil. O câmbio mais desvalorizado também favoreceu a produção nacional, imprimindo sinais positivos às exportações industriais nos meses finais de 2020.

A pesquisa da CNI (2021a) aponta ainda que o acesso ao crédito continua considerado como difícil, apesar da elevação em seu índice, de 41,5 para 42,6 pontos, entre o terceiro e o quarto trimestres de 2020. Além de se manter abaixo dos 50 pontos, o índice de facilidade de acesso ao crédito não chegou a recuperar o nível pré-crise (43,2 pontos no quarto trimestre de 2019).

Os principais problemas apontados pela indústria, relativos ao quarto trimestre do ano, refletiram também as dificuldades consequentes da pandemia de Covid-19. Destacou-se, em primeiro lugar (CNI, 2021a), a falta ou alto custo da matéria-prima, que intensificou sua importância entre o terceiro e o quarto trimestres, passando a atingir quase 2 a cada três indústrias brasileiras (de 57,8% para 64,3% das empresas). Também com maior força, aparece a elevada carga tributária (de 37,2% para 38,6% dos respondentes), enquanto a taxa de câmbio perde incidência (31,6% para 29,9% das assinalações), bem como a “demanda interna insuficiente” (de 17,2% para 14,7%).

Apesar dos avanços observados ao final de 2020, o IEDE (2021) alerta que no início de 2021, todos os programas emergenciais contra os efeitos da Covid-19 foram descontinuados, e os casos de contágio tiveram aceleração, o que levou ao endurecimento de medidas de isolamento social em todo o País. Esta evolução deverá retirar dinamismo da indústria, pelo menos até que novas medidas sejam tomadas, diante da manutenção do estado de crise.

3.2 Produção Industrial do Nordeste 2020

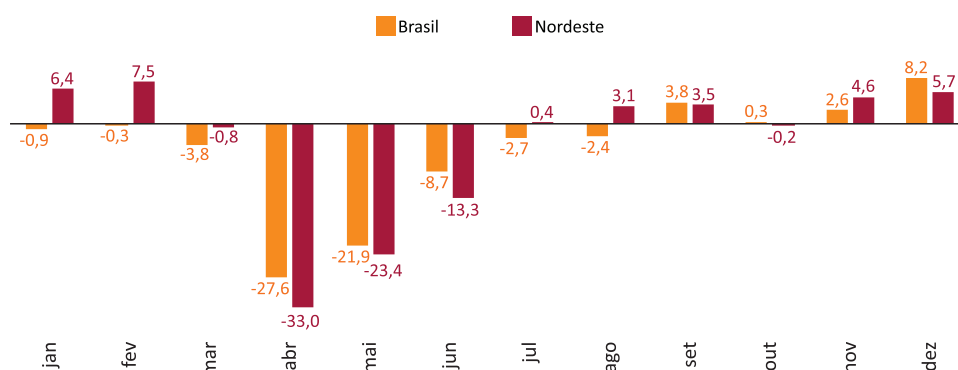
O nível de atividade industrial, no mês de dezembro, refletiu ampliação do movimento de retorno parcial da produção, após as interrupções geradas por efeito da pandemia de Covid-19, em todo o País. Em relação ao mês anterior, houve avanço em 11 dos 15 locais divulgados pela Pesquisa Industrial Mensal Regional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021d). No Nordeste, esta elevação foi de 0,2%, ante 0,9%, no País. Estes resultados foram ainda melhores quando comparados a igual período do ano anterior. Em relação a dezembro de 2019, as taxas foram de +5,7% (Nordeste) e +8,2% (Brasil). No acumulado do ano, contudo, as perdas ainda são observadas: -3,0%, no Nordeste, e -4,5% no País.

Na comparação mês a igual mês do ano anterior, é possível acompanhar a reação da produção industrial, ao longo do ano, diante da pandemia do Coronavírus que vem afetando a dinâmica econômica do País. O Gráfico 2 mostra que nos dois primeiros meses de 2020, a indústria, em especial do Nordeste, mostrava fôlego e chegou a se vislumbrar possibilidade de recuperação no ano (+6,4%, em janeiro e +7,5%, em fevereiro). Contudo, a crise sanitária começou a dar sinais em março (-0,8%) e agravou seus efeitos econômicos em abril (-33,0%), maio (-23,4%) e junho (-13,3%), embora assinalando redução das perdas desde maio. Observe que entre abril e junho, as retrações no Nordeste foram mais intensas do que na média nacional. Contudo, a partir de julho (+0,4%), houve reação industrial na Região, que passou a apresentar, em geral, taxas positivas desde então. Em nível nacional, isto só foi possível em setembro: +3,8%.

Depreende-se do Gráfico 2 que, seja para País, seja para Região, o mês de abril foi o mais severo em termos de impactos da pandemia sobre a atividade industrial, mas as medidas de flexibilização do isolamento e retorno gradativo das atividades comerciais voltaram a dinamizar a economia.

Consequentemente, em bases trimestrais, o quarto trimestre registrou taxas positivas, assinalando a busca pela recuperação das perdas, tanto no País (3,4%) como na Região (3,3%).

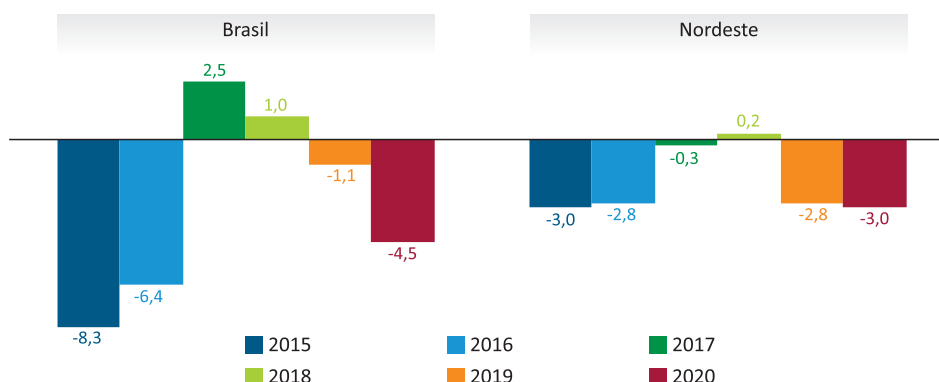
Gráfico 2 – Taxa de crescimento da produção industrial mensal (%) – Brasil e Nordeste – janeiro a dezembro de 2020 (Base: igual mês do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Buscando melhor avaliar o desempenho industrial recente, o Gráfico 3 apresenta uma comparação dos resultados dos anos de 2015 a 2020. Neste, observa-se que após as reduzidas taxas nos anos recessivos de 2015 e 2016, Brasil e Nordeste buscaram recuperação, com o País logrando crescimento em 2017 (+2,5%) e 2018 (+1,0%), mas a Região chegou a alcançar taxas positivas apenas em 2018 (+0,2%). Em 2019, as dificuldades se agravaram e houve queda tanto em nível nacional (-1,1%), quanto regional (-2,8%). Em 2020, a crise sanitária afetou ainda mais o quadro econômico, levando a reduções mais intensas na indústria, de -4,5%, no Brasil, e -3,0%, no Nordeste. Assim, em 6 anos, a taxa de crescimento da produção industrial, na Região, mostrou resultado positivo apenas uma vez, em 2018 (+0,2%), configurando-se, de fato, em um período prolongado de perdas.

Gráfico 3 – Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil e Nordeste – 2015 a 2020 (Base: igual período anterior)



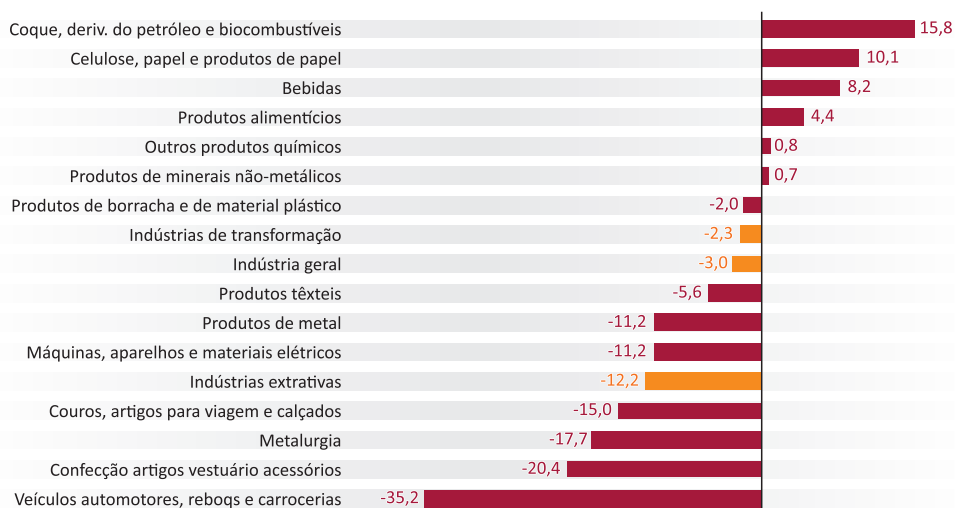
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE, 2021c.

Quanto ao desempenho dos setores e atividades regionais, em 2020, observou-se que a redução na indústria extrativa (-12,2%) foi ainda maior do que na de transformação (-2,3%). Dentre as 14 atividades pesquisadas da indústria de transformação, 6 assinalaram elevações, na taxa anual (Gráfico 4), destacando-se: coque e derivados do petróleo (+15,8%); celulose e papel (+10,1%); Bebidas (+8,2%) e alimentos (+4,4%). Negativamente, sobressaíram-se: veículos, reboques e carrocerias (-35,2%); confecção e acessórios (-20,4%); metalurgia (-17,73%); couro, artigos para viagem e acessórios (-15,0%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-11,2%); e produtos de metal (-11,2%).

Dentre os resultados encontrados para o Nordeste, a pesquisa “Sondagem Industrial”, da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2021b), identificou que não houve alteração no número de empregados; na passagem de novembro para dezembro, este índice ficou em 50,1 pontos, registrando estabilidade. Cabe salientar que o número de empregos na indústria da Região vem aumentando desde agosto de 2020, numa sequência raramente observada na série que se inicia em 2011. A UCI (Utilização da Capacidade Instalada) que crescia por sete meses consecutivamente, desde maio de 2020 (46%), mostrou leve recuo

na passagem de novembro para dezembro, de 72% para 71%. Neste patamar, a indústria regional se encontra 2 p.p. acima do nível da capacidade observado antes da pandemia (em fevereiro de 2020), bem como da média observada desde o início da série, em janeiro de 2011 (ambos, 69%).

Gráfico 4 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Nordeste – 2020
(Base: igual período anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2021c).

Em sua maioria, os índices de expectativa da Região, captados em janeiro, registraram diminuições, e reduziram a percepção de otimismo (CNI, 2021b): expectativa de demanda (de 57,8 para 56,4); quantidade exportada (de 53,7 para 54,3); compra de matérias-primas (de 56,2 para 54,1), e número de empregados (de 50,9 para 50,1). Já o índice de “intenção de investimento” passou de 57,6 para 60,4 pontos, 9 p.p acima da média da série iniciada em novembro de 2013 (51,4 pontos).

Para os resultados referentes ao quarto trimestre do ano, em relação aos índices de condições financeiras das empresas do Nordeste, a pesquisa verificou que houve avanços, mas ainda expressam insatisfação com o lucro operacional (de 45,2 para 49,9 pontos), embora o empresário da Região tenha passado a expressar satisfação quanto à situação financeira (de 48,9 para 52,8) da empresa. O acesso ao crédito, cujo índice vem crescendo desde o segundo trimestre de 2020, continua considerado como muito difícil (de 38,2 para 40,1 pontos), e abaixo do nível pré-crise (43,4 pontos, no 4º trimestre de 2019).

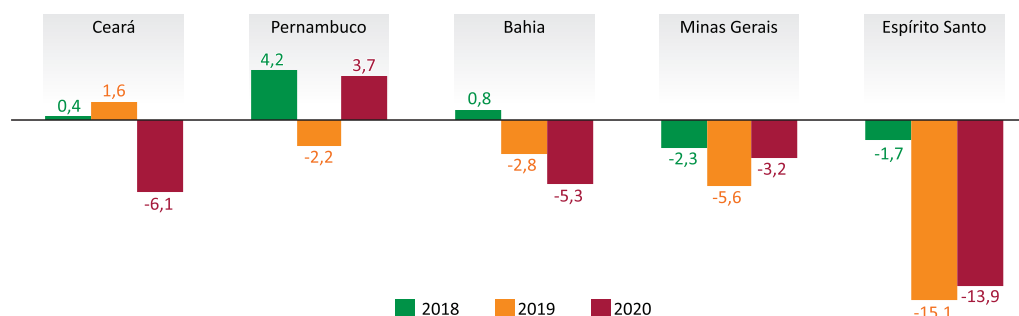
3.3 Produção Industrial nos Estados da área de atuação do BNB, 2020

O nível de atividade industrial assinalou ampliação do movimento de retorno à produção, na passagem de novembro para dezembro de 2020, após a diminuição do ritmo de produção em função da pandemia de Covid-19, no País. Contudo, o resultado acumulado no ano reflete elevados recuos. De janeiro a dezembro de 2020, frente ao mesmo período de 2019, apenas três dos locais pesquisados no Brasil (-4,5%) registraram taxas positivas: Pernambuco (+3,7%); Rio de Janeiro (+0,2%), e Goiás (+0,1%). Com exceção de Pernambuco (+3,7%), os demais locais pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste (BNB) apresentaram reduções: Região Nordeste (-3,0%); Minas Gerais (-3,2%); Bahia (-5,6%); Ceará (-6,1%), e Espírito Santo (-13,9%), que assinalou a retração mais intensa do País, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021d).

A evolução da indústria nos Estados correspondentes à área de atuação do BNB pode ser observada no Gráfico 5, quanto à produção durante os anos de 2018 a 2020. Buscando recuperar as perdas de anos recessivos (2015 e 2016), os Estados especificamente do Nordeste, divulgados pela pesquisa do IBGE (2021c), conseguiram avanços em 2018, todos com resultados positivos. Os anos seguintes, contudo, foram de maior instabilidade. Em 2019, apenas o Ceará cresceu (+0,4%). Em 2020, o surgimento do Coronavírus e as consequências do isolamento social sobre a atividade econômica, em geral, afetaram o desempenho da Região, levando a significativas perdas (exceto em Pernambuco, único a assinalar avanços, +3,7%).

Para Minas Gerais (-3,2%) e Espírito Santo (-13,9%), este foi o terceiro ano consecutivo com resultados industriais negativos, quando a repercussão da pandemia se somou à do rompimento da barragem de Brumadinho.

Gráfico 5 – Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) – Estados da área de atuação do BNB – de 2018 a 2020 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021c).

No acumulado do ano de 2020, ocupando a melhor posição do País, Pernambuco (+3,7%) foi o único Estado da área de atuação do BNB que observou desempenho positivo, impulsionado, principalmente (Gráfico 6), pela indústria de borracha e plástico (11,5%) e de alimentos (9,7%) e bebidas (6,5%). Conforme ressaltou a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), estes setores registraram aumento da demanda durante a pandemia. O segmento de plástico foi favorecido pelo incremento do delivery e das vendas on line. Alimentos e bebidas, além de serem essenciais, também foram puxados, durante o segundo semestre, pela safra de cana-de-açúcar que movimenta uma importante cadeia produtiva (INDÚSTRIA... 2021). Também se sobressai, no Gráfico 6, a contração na atividade de outros equipamentos de transporte (-64,3%), fortemente impactado durante a crise sanitária.

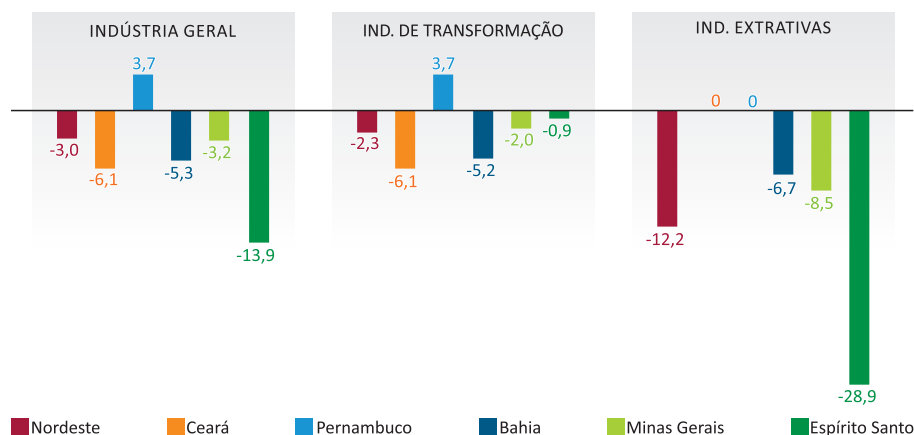
Gráfico 6 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Pernambuco – 2020 (Base: igual período anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Observou-se, nos demais Estados do Nordeste divulgados pela Pesquisa Mensal da Indústria (IBGE, 2021d), que Bahia (-5,3%) e Ceará (-6,1%) apresentaram recuos mais intensos que a média da Região (-3,0%) e do País (-4,5%). A retração na Bahia (-5,3%), que vem apresentando dificuldade de reação ao longo do ano, refletiu reduções tanto na indústria de transformação (-5,2%), quanto na extrativa (-6,7%). O Ceará, cuja atividade reflete apenas o desempenho da indústria de transformação, foi um dos Estados mais atingidos do País, durante a fase mais crítica da pandemia (abril e maio), mas vem reagindo e registrando taxas positivas desde julho, chegando a crescer 17,7% em dezembro, frente a igual mês de 2019. Contudo os avanços não foram suficientes para recuperar as perdas e, no acumulado do ano (Gráfico 7), assinalou o segundo menor resultado do País (-6,1%).

Gráfico 7 – Taxa de Crescimento da Produção Industrial – Indústria em Geral, Indústria de Transformação e Indústria Extrativa – Nordeste e Estados da área de atuação do BNB – 2000 (Base: igual período anterior)

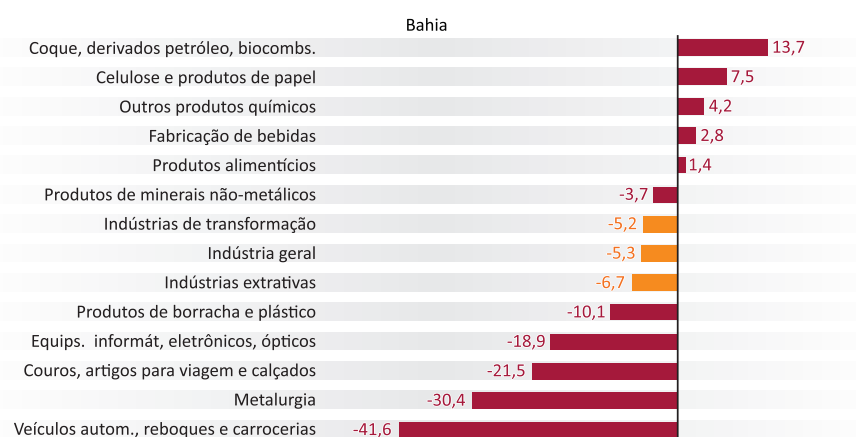


Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021c).

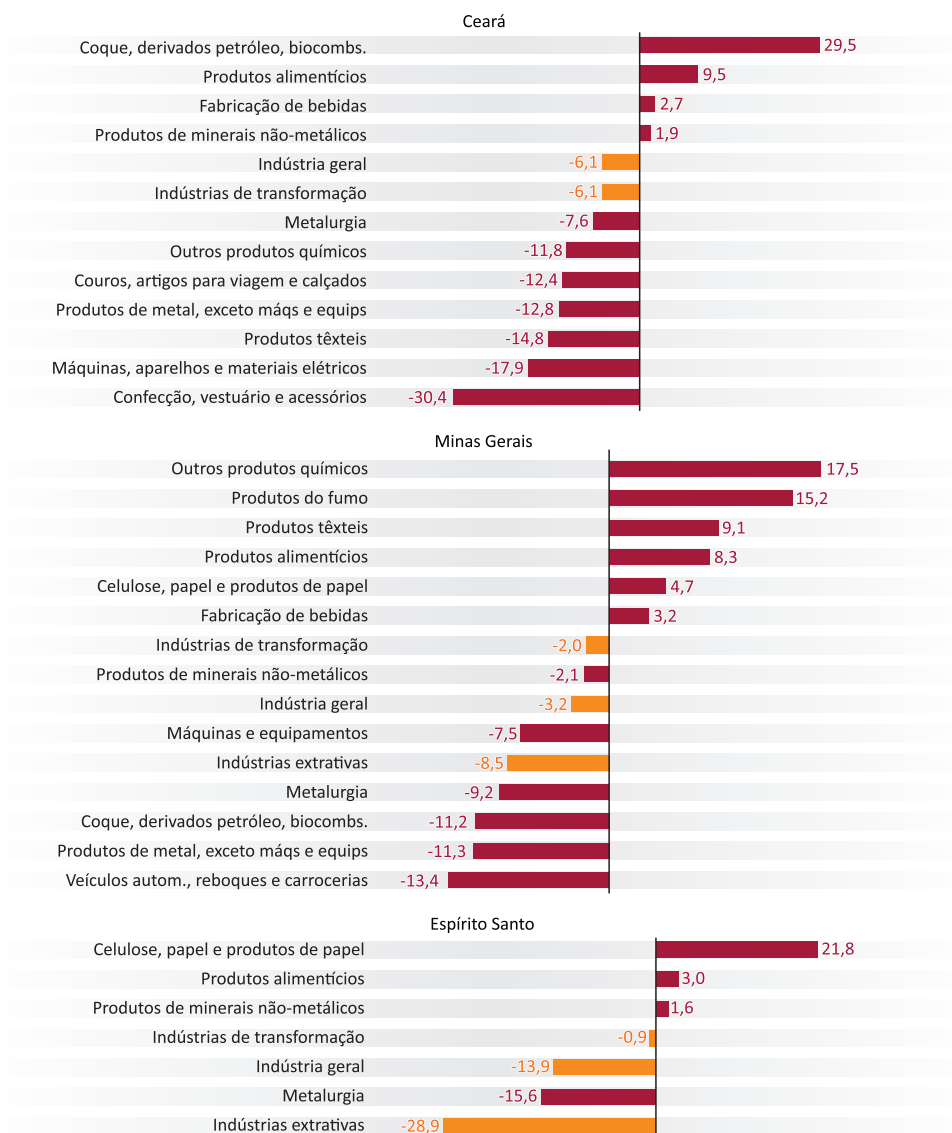
Em Minas Gerais (-3,2%), o Gráfico 7 aponta que o resultado foi principalmente puxado pela indústria extrativa (-8,5%), mas também houve retração na indústria de transformação (-2,0%). O recuo na indústria do Espírito Santo (-13,9%), menor resultado do País, foi influenciado, principalmente, pela indústria extrativa (-28,9%), com redução mais amena na indústria de transformação (-0,9%). Nestes dois Estados, a repercussão da pandemia se somou à do rompimento da barragem de Brumadinho que ainda ecoou durante todo o ano de 2020.

Quanto ao desempenho setorial, cabe ressaltar que, independentemente das especificidades de cada Estado, as atividades de alimentos e bebidas apresentaram resultados positivos em todos os locais pesquisados da área de atuação do BNB. Além dos segmentos citados, a indústria do Ceará contou com o avanço no setor de coque e derivados do petróleo (+29,5%), mas registrou perdas em importantes setores locais, inclusive em produtos de metal (-12,8%), cujo crescimento, em 2019, se mostrou elevado (104,7%). Na Bahia, em Minas Gerais e no Espírito Santo, é possível observar o quão foram afetados os segmentos de Veículos automotores, a Metalurgia e os Produtos de metal (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Estados selecionados da área de atuação do BNB – 2020 (Base: igual período do ano anterior)



Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021c).

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Sondagem Industrial**. Atividade Industrial mais fraca em dezembro. CNI, Ano 23, Número 12, Dezembro de 2020. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondagem-industrial/>. Acesso em: 04.03.2021a.

_____. **Sondagem Industrial**. Série Recente Dezembro/2020. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondagem-industrial/>. Acesso em: 04.03.2021b.

INDÚSTRIA de Pernambuco tem melhor desempenho do país em 2020. **Diário de Pernambuco**, 09.02.2021. Disponível em <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2021/02/industria-de-pernambuco-tem-melhor-desempenho-do-pais-em-2020.html>. Acesso em: 09.02.2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil** - PIM-PF - Dez. 2020. IBGE, fevereiro de 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/228/pim_pfbr_2020_dez.pdf. Acesso em: 24.02.2021a.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil**. Tabela 3651 - Produção Física Industrial, por grandes categorias econômicas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3651>. Acesso em: 24.02.2021b.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil.** Tabela 3653 - Produção Física Industrial, por seções e atividades econômicas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3653>. Acesso em: 24.02.2021c.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional** - PIM-PFR - Dez. 2020. IBGE, fevereiro de 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2020_dez.pdf. Acesso em: 24.02.2021d.

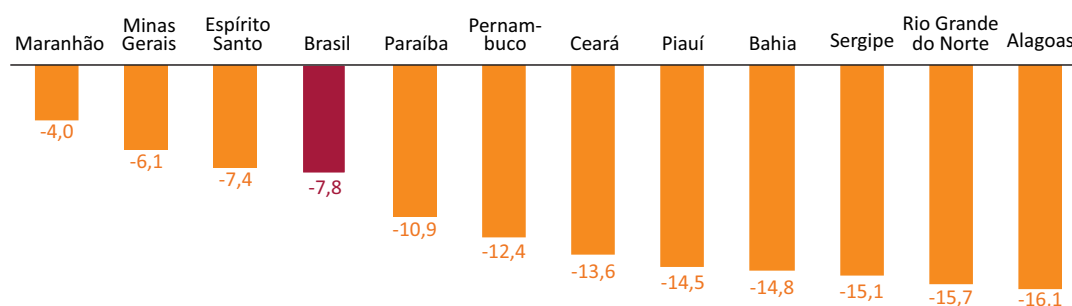
INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDE). **Carta IEDE n. 1061: A indústria em 2020 e os desafios de 2021.** São Paulo, 09/02/2021. Disponível em: iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1061.html. Acesso em: 08.03.2021.

4 Setor de Serviços

Segundo os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de serviços nacional declinou 7,8% no acumulado do ano de 2020, em conformidade com o exposto no Gráfico 1. Ademais, este resultado foi considerado um dos piores para o índice desde o início da série histórica da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) iniciada em 2012.

Justaposto, no comparativo entre dezembro de 2020 com o mesmo período de 2019, observou-se declínio de 3,1% nas atividades ligadas ao setor de serviços, todavia, na análise referente à série dessazonalizada, na qual compara-se dezembro de 2020 a novembro do mesmo ano, houve leve retração de 0,2%, evidenciando uma possível recuperação dos impactos da pandemia.

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de serviços - Brasil e estados selecionados - Acumulado do ano de 2020.



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. (2021)

No tocante às atividades que compõem o setor, apenas Outros serviços (+6,7%) registrou crescimento observado na variação acumulada do ano, tendo as demais atividades registrado queda, destacam-se os Serviços prestados às famílias (-35,7%), no qual apresentou maior impacto, seguido por Serviços profissionais, administrativos e complementares (-11,4%), Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-7,7%) e Serviços de informação e comunicação (-1,6%). Elucidando estes declínios, observa-se que os impactos da pandemia, que objetivou-se diminuir através da implementação de medidas restritivas de circulação, influenciaram fortemente na mudança de hábito dos consumidores, o que refletiu diretamente nas atividades expostas nos indicadores de serviços.

Tabela 1 – Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades - Brasil e Estados selecionados - Acumulado do ano de 2020.

Atividades e Subatividades	Brasil	Ceará	Pernam- buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Serviços prestados às famílias	-35,6	-38,9	-43,5	-39,8	-33,3	-32,0
Serviços de alojamento e alimentação	-36,8	-	-	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	-29,0	-	-	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	-1,6	-0,9	-3,6	-8,8	-4,3	-7,6
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	0,7	-	-	-	-	-
Telecomunicações	-3,5	-	-	-	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação	8,3	-	-	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	-17,7	-	-	-	-	-
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-11,4	-4,8	-10,8	-12,4	2,7	-9,7
Serviços técnico-profissionais	-5,4	-	-	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	-13,5	-	-	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-7,7	-20,7	-9,0	-11,3	-8,3	-3,0

Atividades e Subatividades	Brasil	Ceará	Pernam- buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Transporte terrestre	-11,5	-	-	-	-	-
Transporte aquaviário	10,4	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	-36,9	-	-	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	2,8	-	-	-	-	-
Outros serviços	6,7	0,5	-0,2	-11,6	5,4	-7,4
Total	-7,8	-13,6	-12,4	-14,8	-6,1	-7,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota: O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

Ademais, em relação as subatividades do País, nota-se apreciação de atividades ligadas ao setor de tecnologia e transportes, com destaque para o Transporte aquaviário (+10,4%), associado principalmente ao Comércio exterior, e Serviços de Tecnologia da Informação (+8,3%) que envolve eletrônica e computação, sobretudo elencada ao teletrabalho, no qual muitas empresas adotaram como medida durante este período de pandemia. Em contrapartida, as atividades que tiveram os maiores declínios foram Transporte aéreo (-36,9%) e Serviços de alojamento e alimentação (-36,8%), segmentos vigorosamente impactados pela diminuição da circulação dos consumidores.

No que concerne aos onze estados pertencentes a área de atuação do BNB apresentados no Gráfico 1, todos evidenciaram declínios, sendo Alagoas o mais impactado, com uma variação negativa de 16,1%. O estado como menor retração foi o Maranhão (-4,0%). Em paralelo, verifica-se em sequência: Rio Grande do Norte (-15,7%), Sergipe (-15,1%), Bahia (-14,8%), Piauí (-14,5%), Ceará (-13,6%), Pernambuco (-12,4%), Paraíba (-10,9%), Espírito Santo (-7,4%) e Minas Gerais (-6,1%) com queda na taxa acumulada do ano.

Contrapondo os estados nordestinos, com base das informações da Tabela 2, observa-se que o Ceará apresentou declínio de 13,6% no acumulado do ano de 2020, em relação ao que tange a Pernambuco e a Bahia, que apresentaram declínios de 12,4% e 14,8%, respectivamente. Dentre as atividades das Unidades Federativas em questão, seguindo a tendência nacional, os Serviços prestados às famílias foram os mais impactados, com Pernambuco (-48,9%) apresentando o maior declínio, Ceará e Bahia vindo logo em seguida, com retração de 41,9% e 45,7%, nesta ordem. Apenas a categoria de Outros serviços (+0,5%) contabilizou desempenho positivo no decorrer do ano.

Seguindo a análise da Tabela 2, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo também apresentaram variação negativa de 6,1% e 7,4%, respectivamente. Além disto, acompanhando o direcionamento nacional, os Serviços prestados às famílias foram os mais impactados com declínio de 33,3% em relação a Minas Gerais e de 32,0% referente ao estado do Espírito Santo. Por outro lado, Minas Gerais aferiu desempenho positivo em duas categorias, sendo estas: Outros Serviços (5,4%) e Serviços profissionais, administrativos e complementares (2,7%).

5 Varejo

O comércio varejista restrito nacional apresentou alta de 1,2% no acumulado do ano de 2020 (Gráfico 1). Contudo, quando comparado o mês de dezembro de 2020 com o mês imediatamente anterior, verificou-se declínio de 6,1%. Para a comparação interanual do mês de dezembro e no acumulado dos últimos 12 meses, o setor apresentou crescimento de 1,2% em ambas as taxas.

O varejo ampliado nacional, que inclui o varejo restrito adicionado da comercialização de veículos e materiais de construção, apresentou retração de 1,5% no acumulado do ano de 2020 (Gráfico 1). Na comparação do mês de dezembro de 2020 frente a novembro do mesmo ano, observou-se queda de 3,7% e, no acumulado dos últimos 12 meses, as atividades registraram declínio de 1,4%. Em contrapartida, na comparação interanual do mês de dezembro, o comércio ampliado apresentou incremento de 2,8%, indicando uma possível retomada das atividades, tendo em vista o melhor desempenho para o mês quando comparada com o mesmo período do ano anterior.

Entre os dez grupos de atividades pesquisados para o Brasil, registraram variação positiva no acumulado do ano de 2020: Material de construção (+10,8%); Móveis e eletrodomésticos (+10,6%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+8,3%); Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+4,8%); e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+2,5%). Verifica-se que as atividades que encerraram o ano positivamente são aquelas ligadas a itens essenciais que auxiliam no período de isolamento social, em que os cuidados pessoais e domiciliares são maiores e estimulam a demanda por estes. Já as atividades que tiveram variação negativa: Livros, jornais, revistas e papelaria (-30,6%); Tecidos, vestuário e calçados (-22,7%); Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-16,2%); Veículos, motocicletas, partes e peças (-13,7%); e Combustíveis e lubrificantes (-9,7%), conforme demonstrado na Tabela 1, foram as mais impactadas devido aos efeitos das restrições sanitárias. A atividade de Tecidos, vestuários e calçados foi uma das mais impactadas no decorrer do ano, por conta da impossibilidade de aglomerações em lojas e livre circulação por parte dos consumidores, em dezembro, mês em que havia expectativas de melhora devido a resultados positivos nos dois meses anteriores. Verificou-se, entretanto, declínio de 13,2%.

Tabela 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados - Acumulado do ano de 2020.

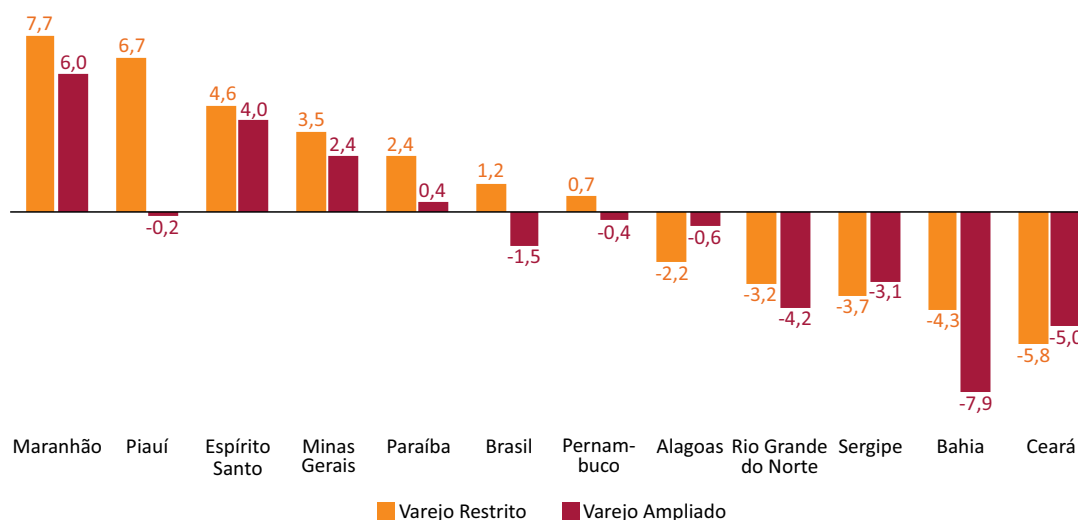
Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Comércio varejista	1,2	-5,8	0,7	-4,3	3,5	4,6
Combustíveis e lubrificantes	-9,7	-11,1	-3,8	-5,6	-6,6	-9,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,8	1,8	0,8	-3,5	4,4	9,3
<i>Hipermercados e supermercados</i>	<i>6,0</i>	<i>3,8</i>	<i>3,3</i>	<i>-1,3</i>	<i>5,6</i>	<i>11,8</i>
Tecidos, vestuário e calçados	-22,7	-22,6	-17,6	-28,8	-8,2	1,4
Móveis e eletrodomésticos	10,6	-15,8	25,0	14,6	3,9	3,6
<i>Móveis</i>	<i>11,9</i>	<i>-7,6</i>	<i>2,2</i>	<i>18,4</i>	<i>6,3</i>	<i>-6,0</i>
<i>Eletrodomésticos</i>	<i>10,0</i>	<i>-21,8</i>	<i>33,6</i>	<i>12,5</i>	<i>3,5</i>	<i>2,7</i>
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	8,3	-0,7	13,5	3,0	12,9	4,8
Livros, jornais, revistas e papelaria	-30,6	-19,0	-46,1	-41,6	-32,8	-18,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-16,2	5,0	-12,9	-23,6	-3,8	4,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2,5	-5,6	0,4	-8,7	6,6	-5,5
Comércio varejista ampliado	-1,5	-5,0	-0,4	-7,9	2,4	4,0
Veículos, motocicletas, partes e peças	-13,7	-6,6	-4,4	-24,1	-2,6	-4,9
Material de construção	10,8	5,8	3,0	9,6	3,8	59,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Seguindo para o comportamento do varejo restrito nos estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste (BNB), a maioria dos estados obtiveram crescimento: Maranhão (+7,7%); Piauí (+6,7%); Espírito Santo (+4,6%); Minas Gerais (+3,5%); Paraíba (+2,4%) e Pernambuco (+0,7%). Em contrapartida, apresentaram decréscimo no acumulado do ano de 2020: Ceará (-5,8%); Bahia (-4,3%); Sergipe (-3,7%); Rio Grande do Norte (-3,2%); e Alagoas (-2,2%), com a menor variação negativa entre os estados analisados.

Em relação ao varejo ampliado, a maioria dos estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste obtiveram contração no índice do acumulado do ano de 2020, em ordem decrescente: Bahia (-7,9%); Ceará (-5,0%); Rio Grande do Norte (-4,2%); Sergipe (-3,1%); Alagoas (-0,6%); e Piauí (-0,2%). Os demais estados que obtiveram expansão, foram, em ordem crescente: Paraíba (+0,4%); Minas Gerais (+2,4%); Espírito Santo (+4,0%); e Maranhão (+6,0%), como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio - Brasil e estados selecionados - Acumulado do ano de 2020.



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Com a taxa básica de juros em 2,0%, sendo a mais baixa da história brasileira, pode-se inferir que a intenção do Bacen é o incentivo ao crédito como forma de combate aos efeitos da pandemia, contudo, o que está sendo observado é uma dificuldade na liberação do crédito para o pequeno e o médio empreendedor. Em outras palavras, sem crédito, o pequeno e médio empresário do Brasil tendem a ter mais dificuldades de financiar suas operações, investir em estrutura e demais operações comerciais. O cenário local formado pelo Ceará possui atualmente números pouco animadores. O consumo das famílias brasileiras, em especial as cearenses vem diminuindo cada vez mais, pois a racionalidade vem prevalecendo ao emocional na decisão de compra, fazendo com que seja adquirido apenas o que é considerado necessário em meio à pandemia da Covid-19, conforme visto na Tabela 1.

O Ceará apresentou queda de 11,1%, no acumulado de 2020, no setor de combustíveis e lubrificantes. Com as medidas de isolamento social mais rigorosas, impostas pelos governos para impedir o avanço da doença à população cearense, somadas à alta nos preços dos combustíveis, refletiram em uma menor demanda no período, fazendo com que os consumidores optassem por meios de transportes alternativos e compartilhados. O que refletiu, em grande medida, nas atividades de Veículos, motocicletas, partes e peças (-6,6%).

Vale salientar, que o teletrabalho influenciou para que a demanda por materiais de escritórios e papelaria caíssem vertiginosamente, como visto na Tabela 1. Os maiores impactos observados foram nos estados de Pernambuco (-46,1%) e Bahia (-41,6%).

A Tabela 1 mostra que alguns setores apresentaram resultados positivos no acumulado do ano para o comércio nos estados pertencentes à área de atuação do BNB. Em Pernambuco, a atividade de Hipermercados e Supermercados apresentou um resultado de 9,3% de acréscimo, ficando acima da

média nacional, apontando que os pernambucanos direcionaram boa parte dos seus rendimentos para compras de utensílios para o lar. Com a rotina introduzida pelo home office, uma atividade varejista bastante impactada foi o de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação. Apenas os estados do Ceará e Espírito Santo apresentaram acréscimo de 5,0% e 4,6%, respectivamente, no acumulado do ano.

Ademais, um setor bastante impactado, em especial na Bahia e Ceará, devido às regras de isolamento social foi a atividade de Tecido, Vestuário e Calçados. Esta atividade apresentou um resultado negativo de 22,6% no Ceará e de 28,8% na Bahia, salientando a mudança de hábitos do consumidor segurando a demanda neste setor.

6 Turismo

As atividades turísticas apresentaram forte retração em 2020, com declínio de 36,7% no ano, pior desempenho registrado da série iniciada em 2011, como indica o Índice de Atividades Turísticas (Iatur), que apresenta um subconjunto das atividades coletadas pela Pesquisa Mensal de Serviços (PMS). Na variação de dezembro frente ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal, verificou-se estabilidade (0,0%) apontando arrefecimento da retomada das atividades que seguiam taxas positivas nos últimos sete meses. Ademais, na comparação interanual do mês de dezembro de 2020, observou-se queda de 29,8%, como pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 1 – Indicadores de Variação de Volume (%) das Atividades Turísticas, segundo Brasil e Unidades da Federação - 2020.

Brasil e Unidade da Federação	Mês/Mês anterior*			Interanual			Acumulado do ano			Últimos 12 meses		
	OUT	NOV	DEZ	OUT	NOV	DEZ	OUT	NOV	DEZ	OUT	NOV	DEZ
Brasil	7,4	7,6	0,0	-33,5	-29,5	-29,8	-38,2	-37,4	-36,7	-30,9	-33,6	-36,7
Ceará	9,6	3,8	-1,0	-35,4	-31,6	-31,2	-43,1	-42,0	-41,0	-35,2	-38,1	-41,0
Pernambuco	25,6	11,6	4,3	-35,9	-18,5	-21,9	-42,9	-40,8	-39,2	-36,4	-37,5	-39,2
Bahia	19,1	12,5	5,6	-31,8	-22,6	-16,7	-41,0	-39,3	-37,2	-33,7	-35,5	-37,2
Minas Gerais	11,0	-3,9	0,8	-27,4	-30,5	-30,6	-36,3	-35,8	-35,3	-29,1	-31,9	-35,3
Espírito Santo	11,4	1,1	-1,0	-23,3	-25,9	-24,7	-36,6	-35,6	-34,6	-29,9	-32,4	-34,6

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

* Com ajuste sazonal.

O Iatur disponibiliza informações para cinco dos onze estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste (BNB). No indicador mensal de dezembro de 2020, ajustado sazonalmente, apresentaram taxas positivas: Bahia (+5,6%), Pernambuco (+4,3%) e Minas Gerais (+0,8%), contudo, seguindo a tendência nacional, com variações menores do que as registradas em meses anteriores. Os estados do Ceará e Pernambuco apresentaram declínio de 1,0% no período. Na variação acumulada dos últimos 12 meses, todos os estados em destaque na Tabela 2 apresentaram as maiores retrações em suas respectivas séries históricas. O Ceará foi o estado com maior declínio dentre os selecionados, registrando queda nas atividades turísticas de 41,0%. Vale salientar que o Estado foi o primeiro da Região a adotar medidas emergenciais de combate à pandemia da Covid-19, o que impactou diretamente sua economia, em especial as atividades de hotelaria e transportes aéreos.

Observando a quantidade de passageiros em circulação nos aeroportos, é possível mensurar o impacto que as restrições de isolamento social apresentaram na movimentação em todo o País e nas grandes regiões, servindo, também, como variável *proxy* para entender as dificuldades de as atividades turísticas retomarem os patamares pré-pandemia. Na Tabela 2, é apresentada a quantidade de passageiros por natureza, “doméstica”, quando o voo tem pouso e decolagem realizadas no Brasil e sejam operadas por empresas brasileiras, e “internacionais”, caso o contrário. No país, a queda na quantidade de passageiros em voos de natureza doméstica declinou 52,5% em 2020, quando comparada com o ano anterior, pior taxa registrada na série histórica, ficando bem acima das maiores taxas registradas anteriormente nos anos de 2016 (-7,8%) e 2003 (-5,1%).

Dentre as grandes regiões, o Sul apresentou a maior queda no número de passageiros em voos domésticos (-56,9%), com 12,3 milhões de pessoas a menos em circulação no decorrer do ano de 2020. A Região Sudeste foi a segunda com maior declínio com mais de 20,3 milhões de pessoas que deixaram de circular em aeroportos da Região (-52,9%), seguida do Centro-Oeste (-52,8%), Nordeste (-48,9%) e Norte (-43,3%).

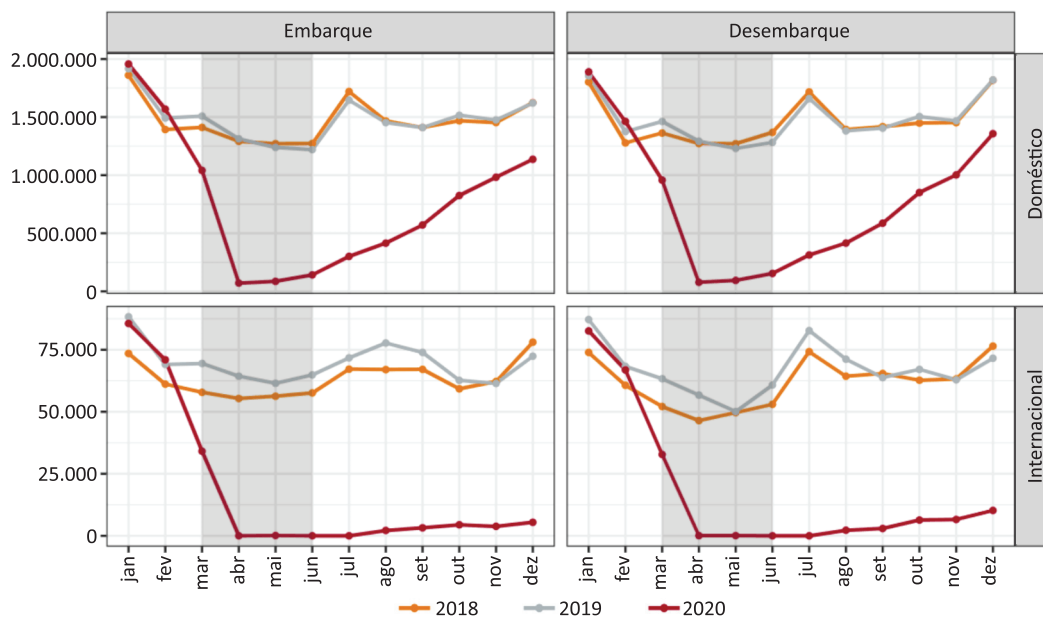
Tabela 2 – Quantidade de passageiros, por natureza, em aeroportos - Brasil e Regiões - Acumulados de 2019 e 2020.

Brasil e Regiões	Doméstica			Internacional		
	2019	2020	Var. (%)	2019	2020	Var. (%)
Sudeste	38.372.754	18.078.638	-52,9% ↓	15.777.407	4.520.577	-71,3% ↓
Sul	21.683.935	9.354.502	-56,9% ↓	5.241.222	1.478.440	-71,8% ↓
Nordeste	17.808.547	9.095.913	-48,9% ↓	1.643.189	420.660	-74,4% ↓
Centro-oeste	12.033.488	5.681.681	-52,8% ↓	648.955	168.274	-74,1% ↓
Norte	5.225.905	2.968.475	-43,2% ↓	292.310	63.107	-78,4% ↓
Brasil	95.124.629	45.179.209	-52,5% ↓	23.603.083	6.651.058	-71,8% ↓

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Analisando com maior abertura a Região Nordeste, nos últimos três anos, é nítido o forte impacto que as atividades de transportes aéreos sofreram em 2020. O Gráfico 2 apresenta a quantidade de passageiros por natureza do voo em relação ao processo de embarque e desembarque de passageiros.

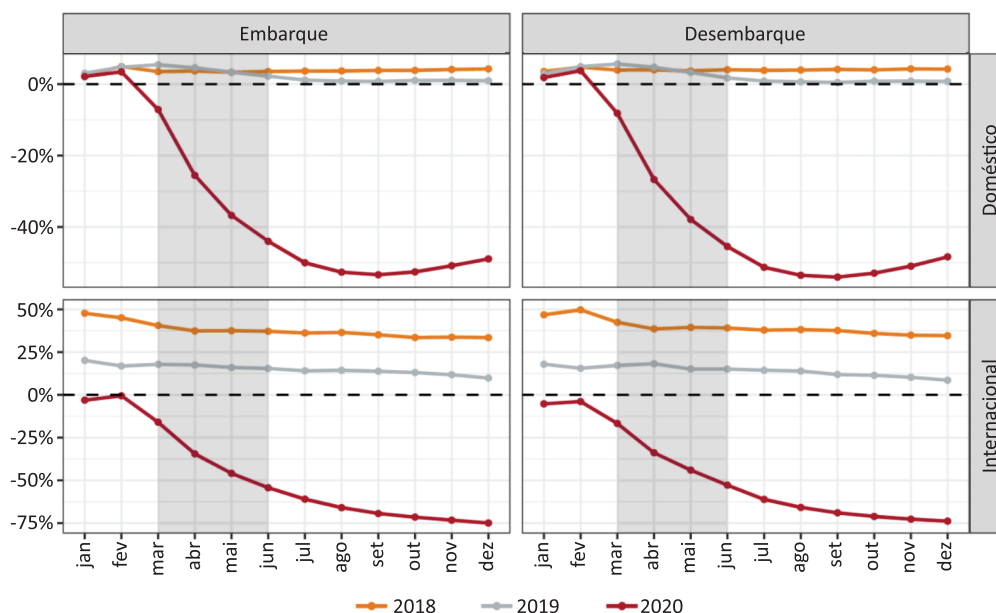
Gráfico 1 – Quantidade de passageiros por processo e natureza em aeroportos - Nordeste.



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

No período pré-pandemia, os voos de natureza doméstica iniciaram o ano de 2020 com valorização. Os embarques domésticos nordestinos apresentaram crescimento de 2,1% e 5,1% em janeiro e fevereiro, respectivamente, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Com o início da crise, em março de 2020, é possível observar o forte declínio no Gráfico 3 para o mês (-31,0% na comparação interanual), seguindo uma tendência de recuperação apenas em outubro (-52,6%), como verificado no Gráfico 2, com as taxas acumuladas dos últimos 12 meses, e encerrando o ano de 2020 com declínio de 48,9%. Os desembarques domésticos na Região seguiram a mesma tendência e encerraram o ano com declínio de 48,4% (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Variação acumulada dos últimos 12 meses para a quantidade de passageiros por processo e natureza em aeroportos - Nordeste.



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Os voos de natureza internacional foram os mais impactados e não apresentaram tendência de retomada a patamares pré-pandemia no decorrer de 2020. Comparando os últimos três anos, os embarques internacionais apresentaram forte queda (-74,9%) em 2020, encerrando os crescimentos registrados ao final de 2018 (+33,5%) e 2019 (+9,8%), como pode ser visto no Gráfico 2. Os desembarques internacionais, que apresentam a quantidade de passageiros que vêm de outros países para o Nordeste, encerraram o ano com queda de 73,8%, no acumulado do ano de 2020.

Analisando os estados pertencentes à área de atuação do BNB, verificou-se retração em todos os estados no número de passageiros em voos domésticos. Dentre os estados nordestinos, apresentaram declínios menores que a média regional: o estado de Pernambuco (-44,7%), Paraíba (-45,0%), Alagoas (-46,2%) e Sergipe (-46,5%). Os estados com as maiores quantidades de passageiros (71,4% de participação no total regional) que efetuaram voos de natureza doméstica em 2020 foram: Bahia (2,5 milhões de passageiros, queda de 49,5%), Pernambuco (2,4 milhões de passageiros) e Ceará (1,6 milhão de passageiros, queda de 54,4%), este último apresentando o maior declínio dentre os estados nordestinos.

Os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, pertencentes à Região Sudeste, registraram quedas bem acima dos estados nordestinos, com taxas de variação negativas de -57,5% e -55,5%, respectivamente. Ambos corresponderam a 18,2% da quantidade total da Região Sudeste em 2020 e ficando 1,8 ponto percentual abaixo da participação do ano anterior.

Tabela 3 – Quantidade de passageiros, por natureza, em aeroportos – Nordeste e estados selecionados – Acumulados de 2019 e 2020.

Estados / Região	Doméstica			Internacional		
	2019	2020	Var. (%)	2019	2020	Var. (%)
Alagoas	1.042.288	560.243	-46,2% ↓	13.387	4.326	-67,7% ↓
Bahia	4.864.401	2.458.255	-49,5% ↓	464.717	132.132	-71,6% ↓
Ceará	3.569.502	1.623.521	-54,5% ↓	546.884	131.193	-76,0% ↓
Maranhão	970.639	474.778	-51,1% ↓	-	53	-
Paraíba	731.411	402.337	-45,0% ↓	1.545	383	-75,2% ↓
Pernambuco	4.362.747	2.414.022	-44,7% ↓	529.702	125.766	-76,3% ↓

Estados / Região	Doméstica			Internacional		
	2019	2020	Var. (%)	2019	2020	Var. (%)
Piauí	582.576	291.118	-50,0% ↓	-	-	-
Rio Grande do Norte	1.121.964	570.696	-49,1% ↓	86.954	26.807	-69,2% ↓
Sergipe	563.019	300.943	-46,5% ↓	-	-	-
Nordeste	17.808.547	9.095.913	-48,9% ↓	1.643.189	420.660	-74,4% ↓
Minas Gerais	6.019.906	2.556.823	-57,5% ↓	420.431	112.539	-73,2% ↓
Espírito Santo	1.629.119	725.550	-55,5% ↓	-	-	-

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Conforme a Tabela 3, o número de passageiros em voos de natureza internacional sofreu um decréscimo de 74,2% nos estados pertencentes a área de atuação do BNB em 2020. O declínio nos estados nordestinos foi de 74,4% na comparação com o ano anterior. Os estados que apresentaram as maiores retrações no ano foram: Pernambuco (-76,3%), Ceará (-76,0%) e Paraíba (-75,2%), todos ficando acima da média regional. A Bahia foi o estado que apresentou a maior quantidade de passageiros em voos internacionais no ano, com cerca de 132 mil passageiros; junto com Pernambuco e Ceará, registram 92,5% dos embarques e desembarques internacionais na Região Nordeste. Os estados do Piauí, Sergipe e Espírito Santo não apresentaram informações.

Autores: Nicolino Trompieri Neto, Professor do Departamento de Economia da Universidade de Fortaleza – Unifor. Alysson Inácio de Oliveira, Catherine dos Santos Rodrigues, Lucas Gomes Mesquita da Silva, Vicente Aníbal Da Silva Neto, graduandos da UNIFOR e estagiários do Núcleo de Pesquisas Econômicas – Nupe/Unifor.

7 Mercado de Trabalho

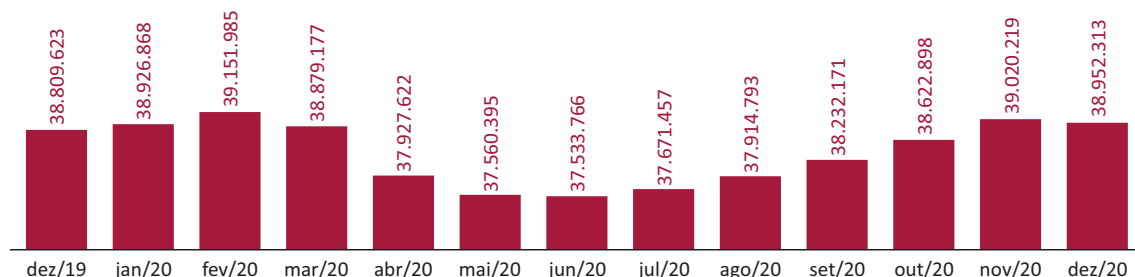
A pandemia da Covid-19 desencadeou uma acentuada retração da atividade econômica, com repercussões negativas no Mercado de Trabalho em todo o território brasileiro, no primeiro semestre de 2020. Após seis meses consecutivos de perdas de empregos, a reversão para tendência de expansão no mercado de trabalho foi a partir de julho, até novembro de 2020.

Segundo o Ministério da Economia, entre janeiro e junho de 2020, o estoque de empregos no Brasil contabilizou sucessivas perdas, reduzindo substancialmente o nível de emprego no País. No entanto, de março a junho do mesmo ano, grande parte da perda de empregos foi influenciada pelos efeitos da pandemia na economia, especialmente nos meses de abril a junho, conforme a disposição dos dados do Gráfico 1.

A partir de julho de 2020, o nível de emprego celetista no Brasil segue tendência de expansão. No entanto, em dezembro de 2020, devido ao aumento de casos de Covid-19 e consequentemente o endurecimento às restrições de isolamento social, o estoque de emprego regrediu em 67.906 empregos formais.

Portanto, para o ano de 2020, a estimativa do estoque de empregos, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, contabilizou 38.952.313 empregos formais, o que representa uma variação de 0,37% em relação ao volume do ano anterior. A variável estoque de emprego pode sofrer ajustes conforme atualização de dados pelo Ministério da Economia.

Gráfico 1 – Brasil: Evolução mensal do estoque de emprego – Janeiro a dezembro de 2020



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Quanto à movimentação do emprego, no Brasil, as contratações superaram as demissões com carteira assinada em 142.690 postos de trabalho, no acumulado de janeiro a dezembro de 2020. Foram 15.166.221 contratações e 15.023.531 desligamentos, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

No País, dos cinco grupos das atividades econômicas, apenas Serviços apresentou desempenho negativo no acumulado do ano de 2020.

O setor do Serviços (-132.584 empregos) obteve fechamento líquido de postos de trabalho no acumulado de 2020. O Saldo negativo foi distribuído principalmente nas atividades de alojamento e alimentação (-267.920 postos). Em menor proporção, registraram perda de emprego: Transporte, armazenagem e correio (-54.748 postos) e Outros Serviços (-55.860). No período em análise, Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (+33.536) e Serviços domésticos (+84) registraram saldo positivo.

Por outro lado, o setor da Construção civil gerou 112.174 empregos formais em 2020. Nesse período, as três subatividades analisadas obtiveram saldo positivo. A subatividade Obras de infraestrutura (+47.357) e Serviços especializados para a Construção (+37.569) foram determinantes para o início da retomada do setor da Construção Civil. A subatividade Construção de edifícios (+27.248) também contribuiu com o saldo positivo no setor.

No mesmo período, a Indústria Geral também registrou aumento no nível de emprego: perda de empregos na Indústria geral (+95.588). As quatro subatividades pesquisadas apresentaram saldo positivo

em 2020. A Indústria de Transformação (+90.013) obteve maior contribuição na formação de novos postos de trabalho, com destaque na geração de emprego na Fabricação de produtos alimentícios (+46.755) e de Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (+14.480). As demais subatividades computaram positivamente, em 2020, no entanto, em menor proporção: Indústria extrativa (+4.642), Eletricidade e gás (+590) e Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (+343).

No País, o grupo Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura foi responsável pelo incremento no nível de emprego de +61.637 vagas no acumulado de 2020. No período em análise, o cultivo de soja (+13.396), café (+6.284) e cereais (+3.873), criação de bovinos (+11.598), aves (+5.993) e suínos (+2.444) foram as atividades agropecuárias que mais geraram emprego. Na produção florestal (+1.343), a Produção florestal de Florestas Plantadas ampliaram o estoque de emprego com saldo positivo em 2.185 postos de trabalho em 2020.

Comércio apresentou expansão de +8.130 empregos no País, para 2020. O segmento Comércio atacadista varejista registrou incremento de 31.992 empregos. No entanto, Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (-21.279) e Comércio varejista (-2.583) reduziram o nível de emprego.

Tabela 1 – Brasil: Evolução do emprego, por atividade econômica – Janeiro a dezembro de 2020

Grupamento de Atividades Econômicas	Dezembro de 2020				Acumulado de janeiro a dezembro de 2020			
	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)
Agropecuária	45.452	68.422	-22.970	-1,46	840.870	779.233	61.637	4,14
Comércio	355.591	292.992	62.599	0,68	3.557.534	3.549.404	8.130	0,09
Construção	93.058	136.090	-43.032	-1,85	1.570.835	1.458.661	112.174	5,18
Indústria geral	172.858	213.050	-40.192	-0,53	2.597.971	2.502.383	95.588	1,27
Serviços	572.321	596.070	-23.749	-0,13	6.599.011	6.731.595	-132.584	-0,72
Não identificado		562	-562			2.255	-2.255	
Brasil	1.239.280	1.307.186	-67.906	-0,17	15.166.221	15.023.531	142.690	0,37

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Regionalmente, em 2020, o Sudeste foi a única região que obteve saldo negativo (-88.689). Por ora, o Sul (85.500) foi o que mais gerou empregos no País. Na sequência, Norte (+62.265), Centro-Oeste (+51.048) e Nordeste (+34.678), que também apresentaram incremento no nível de emprego (Tabela 2).

Tabela 2 – Brasil e Regiões: Admitidos, desligados e saldo – Janeiro a dezembro de 2020

Brasil e Regiões	Dezembro de 2020				Acumulado de janeiro a dezembro de 2020			
	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)
Norte	49.212	54.739	-5.527	-0,3	683.485	621.220	62.265	3,50
Nordeste	162.494	161.260	1.234	0,02	1.985.818	1.951.129	34.689	0,55
Sudeste	667.167	703.242	-36.075	-0,18	7.925.004	8.013.789	-88.785	-0,44
Sul	258.758	278.643	-19.885	-0,27	3.218.454	3.132.954	85.500	1,18
Centro-Oeste	101.646	108.737	-7.091	-0,21	1.353.062	1.302.014	51.048	1,56
Não identificado	3	565	-562		398	2.425	-2.027	
Brasil	1.239.280	1.307.186	-67.906	-0,17	15.166.221	15.023.531	142.690	0,37

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Mesmo com os impactos da pandemia, o comportamento do mercado de trabalho no Nordeste foi desafiador. A Região aumentou o nível de emprego em 34.689 postos de trabalho, em 2020. Considerando as 1.985.818 admissões e 1.951.129 desligamentos (Tabela 3).

O resultado deriva da combinação dos investimentos no setor da Construção Civil e do retorno do Comércio após a abertura do setor a partir de junho de 2020. Entre os cinco grupos das atividades econômicas, apenas Serviços (-6.073) registrou saldo negativo no acumulado de 2020. Ao passo que, Construção civil (+17.519) e Comércio (+13.292) foram as atividades econômicas que mais avançaram na

geração de emprego, em 2020, mesmo com os efeitos adversos ocasionados pela pandemia da Covid-19. A Indústria Geral (+6.599) e Agropecuária (+3.352) também tiveram ganhos na geração de emprego formal, contribuindo positivamente no agregado da Região.

Tabela 3 – Nordeste: Admitidos, desligados e saldo, por atividade – Janeiro a dezembro de 2020

Atividade Econômica	Dezembro de 2020				Acumulado de janeiro a dezembro de 2020			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Agropecuária	4.430	11.844	-7.414	-2,77	104.540	101.188	3.352	1,30
Comércio	51.011	39.230	11.781	0,73	475.584	462.292	13.292	0,83
Construção Civil	15.869	24.731	-8.862	-1,92	285.605	268.086	17.519	4,03
Indústria	20.299	23.559	-3.260	-0,31	317.626	311.027	6.599	0,63
Serviços	70.885	61.896	8.989	0,30	802.463	808.536	-6.073	-0,20
Nordeste	162.494	161.260	1.234	0,02	1.985.818	1.951.129	34.689	0,55

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Segundo o Ministério da Economia, os dados mostram que a queda no número de contratações na Região nos meses de março e abril contribuiu de forma expressiva para o saldo negativo no primeiro semestre de 2020, conforme mostram os Gráficos 1 e 2.

Em março de 2020, mês de início das medidas de isolamento social devido à pandemia da Covid-19, o saldo de emprego formal no Nordeste ficou negativo em -49.179 postos. Já em abril, mês que grande parte das atividades econômicas estavam paralisadas devido às medidas de enfrentamento à pandemia, verificou-se perda de -126.834 vagas de emprego.

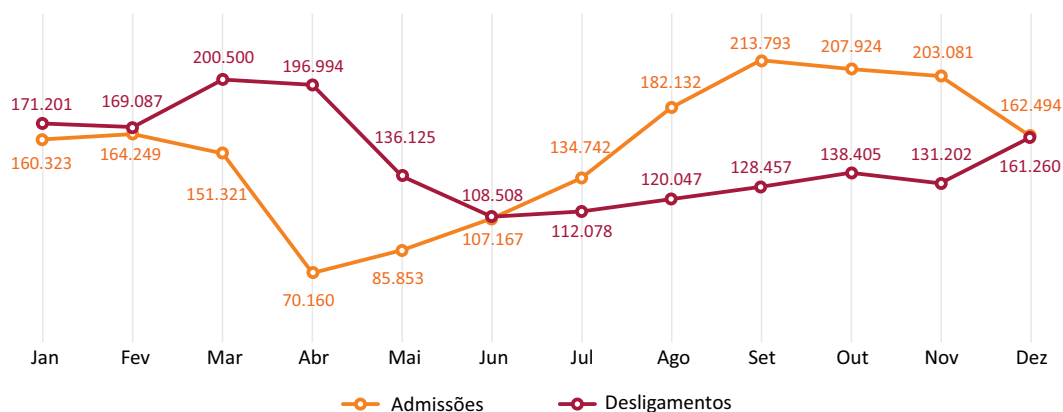
Nos meses de maio e junho de 2020, mesmo com aumento das contratações e redução das demissões, os saldos foram negativos, extinção de 50.272 e 1.341 empregos, respectivamente.

A partir do mês de julho de 2020, inicia-se o crescimento do nível do estoque do emprego formal na Região, registrando saldos positivos nos meses subsequentes.

Em dezembro de 2020, verifica-se a geração de +1.234 postos de trabalho na Região, no entanto, em menor proporção, no comparativo aos cinco meses anteriores, como pode ser visualizado na trajetória do saldo de emprego em 2020.

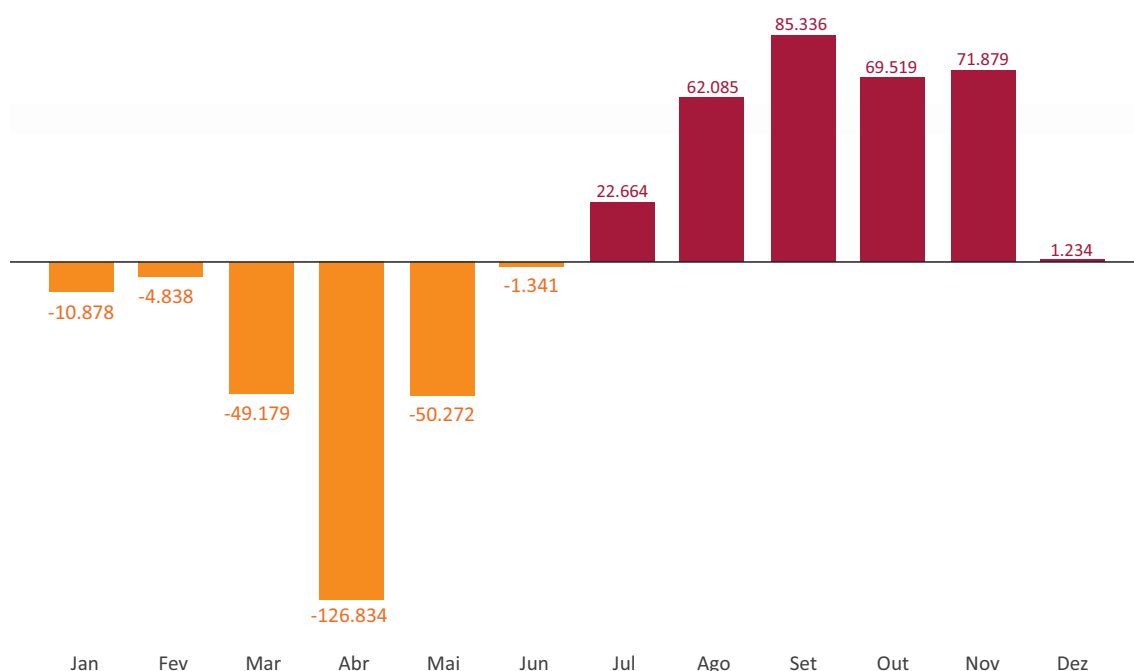
No entanto, o resultado positivo no mercado de trabalho em 2020 foi desafiador e satisfatório, devido aos embates que a economia regional vem enfrentando numa de crise epidemiológica. O Nordeste apresentou moderada retomada das contratações a partir de maio de 2020, sustentando saldo positivo durante todos os meses do segundo semestre de 2020, conforme dados dos Gráficos 2 e 3.

Gráfico 2 – Nordeste: Evolução dos admitidos e desligados - Janeiro a dezembro de 2020



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Gráfico 3 – Nordeste: Evolução do saldo - Janeiro a dezembro de 2020



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nas Unidades Federativas do Nordeste, a movimentação do emprego não foi uniforme em 2020. Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte seguiram com padrão de recuperação no mercado de trabalho, com taxa de crescimento líquida de emprego de 2020, comparada com as de 2019. Em contraponto, na mesma base de comparação, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Piauí apresentaram recuo no nível do emprego.

Maranhão (+19.753) foi o maior gerador de empregos na Região, em 2020. Todos os setores econômicos contribuíram com o resultado do saldo positivo do Estado. Mesmo com restrições impostas à economia devido ao isolamento social, Serviços (+6.614) e Comércio (+6.095) foram as atividades econômicas que mais ampliaram o nível de emprego em 2020. O resultado do mercado de trabalho no Estado também foi sentido pelo bom desempenho da Construção (+4.083), da Indústria (+2.463) e Agropecuária (+498), em 2020. Nesse mesmo período, os municípios de São Luís (+10.334), Imperatriz (+1.148), Santo Antônio dos Lopes (+1.148), Coelho Neto (+916), Codó (+740), Balsas (+550) e Timon (+508) foram os municípios que registraram expressivas formações de emprego, no acumulado de janeiro a dezembro de 2020.

Ceará (+18.546) apresentou 368.287 admissões e 349.741 desligamentos, registrando saldo positivo no acumulado de 2020. Setorialmente, o Estado foi fortemente impactado pelos resultados de Serviços (+7.069, especialmente os serviços de Informação, comunicação e atividades financeiras e administrativas, +11.181) e da Construção Civil (+5.997, com maior peso das Obras de Infraestrutura, +2.300). As atividades ligadas à Indústria (+4.210) e ao Comércio (+734) também contribuíram com o resultado do mercado de trabalho animador do Estado. E, com todas as adversidades climáticas e com a eclosão da crise epidemiológica no Estado, o setor Agropecuária (+536) respondeu positivamente, formando novos postos de trabalho no acumulado de 2020. No mesmo período, entre os municípios que mais geraram emprego estão: Sobral (+2834), Fortaleza (+2.419), Eusébio (+1.827), Caucaia (+1.510), Horizonte (+1.238) e Limoeiro do Norte (+1.285).

Paraíba (+5.152) também obteve saldo positivo no balanço dos admitidos e desligados, no acumulado de 2020. O resultado deriva, em grande parte, do desempenho favorável dos setores de Construção Civil (+6.239) e Comércio (+1.134). Também contribuíram para o saldo positivo a Indústria (+967) e a Agropecuária (+634). À medida que Serviços (-3.822) registrou perdas de postos de trabalho. Apesar dos efeitos provocados pela pandemia da Covid-19 ao mercado de trabalho, municípios como Campina Grande (+6.492), Sousa (+693), Santa Luzia (+535), Alhandra (+445) e Caapora (+355) se destacaram na geração de empregos em 2020.

Alagoas (+4.595) incrementou o nível de emprego de janeiro a dezembro de 2020. Entre as atividades econômicas que contribuíram com resultado positivo, Construção (+2.145) teve forte presença, principalmente nas Obras de Infraestrutura (+1.511). Com resultado positivo, Comércio (+1.458), Serviços (+854) e Agropecuária (+648) também apresentaram aumento no nível de emprego. Todavia, a Indústria (-776) registrou extinção de postos de emprego, com perdas significativas na Fabricação e refino do açúcar (-2.038), no acumulado de 2020. Nesse período, Maceió (+1.475), Craíbas (+1.110), Marechal Deodoro (+611) e Arapiraca (+488) foram os municípios em Alagoas que mais geraram emprego.

Rio Grande do Norte (+1.769) registrou saldo positivo no acumulado de 2020. Comércio (+2.223) e Construção Civil (+1.468) contribuíram para geração de novos postos de trabalho. Em contrapartida, Serviços (-1.664) foi o setor econômico mais atingido pela crise provocada pela pandemia da Covid-19; seguido pela Indústria (-196) e Agropecuária (-62) que também tiveram perdas de emprego. Entre os municípios mais atingidos estão: Natal (-3.196), São Gonçalo do Amarante (-408) e Macaíba (-133). Em compensação, os municípios de Parnamirim (+1.359), São José de Mipibu (+471), Extremoz (+367), Pedra Grande (+339) e Alto do Rodrigues (+304) se destacam na geração de novos empregos.

No Piauí (-181), houve diminuição no nível de empregos no acumulado de 2020. O resultado do saldo negativo foi decorrente da extinção de postos de trabalho nos setores econômicos de Serviços (-1.716) e Indústria (-1.167). Por outro lado, houve geração nos setores do Comércio (+1.162), Construção (+1.126) e da Agropecuária (+414). Entre os municípios mais afetados estão: Teresina (-3.182), São Gonçalo da Gurguéia (-347) e Lagoa do Barro do Piauí (-152). Ao passo que os municípios de São João do Piauí (+507), Baixa Grande do Ribeiro (+444) e Bom Jesus (+488) contribuíram com formação de novos postos de trabalho.

Sergipe (-4.475) recuou o nível do estoque de emprego no acumulado de 2020. No agrupamento das cinco atividades econômicas, quatro apresentaram saldo negativo: Serviços (-2.804), Construção Civil (-1.098), Agropecuária (-485) e Comércio (-309). Apenas a Indústria Geral (+221) obteve fechamento líquido em 2020. No mesmo período, os municípios que mais perderam empregos em regime CLT foram: Aracaju (-2.341), Nossa Senhora do Socorro (-863), Carmópolis (-616) e São Cristóvão (-577).

Pernambuco (-5.163) reduziu o estoque de emprego em 2020, configurando o Estado com segunda maior perda de postos de trabalho na Região. Tal resultado deriva da contração do nível de emprego na Construção Civil (-2.200, tendo o segmento de Obras de Infraestrutura apresentado perda expressiva, -1.956), vindo a seguir: Serviços (-1.820), Agropecuária (-857) e Comércio (-646). Apenas a Indústria Geral (+360) apresentou saldo positivo, com destaques na Indústria de Transformação (+719) e Eletricidade e Gás (+313). No recorte municipal, Recife (-3.939), Jaboatão dos Guararapes (-1.509), Olinda (-1.272), Bezerros (-1.200) e Ipojuca (-1.199) foram os municípios com maiores perdas de emprego em Pernambuco. Ao mesmo tempo que, Paulista (+1.480), Garanhuns (+1.397), Caruaru (+1.268) e Afrânio (+910) registraram os maiores saldos positivos, em 2020.

Bahia (-5.307) registrou o maior saldo negativo na Região, no acumulado de 2020. As atividades econômicas que registraram queda no nível de emprego foram Serviços (-8.784) e Construção Civil (-507). Embora com saldo negativo no acumulado do Estado, o setor Agropecuário (+2.026, favorecido pela geração de emprego no Cultivo de Lavouras Temporárias, +1.383) contribuiu com a formação de novos empregos. As atividades Comércio (+1.441) e Indústria Geral (+517) também incrementaram no nível de emprego no acumulado de 2020. Nesse período, os municípios que mais perderam postos de trabalho foram: Salvador (-6.322), Camaçari (-2.760), Porto Seguro (-2.050) e Mata de São João (-1.339). Os municípios que despontam na geração de emprego no acumulado do ano: Luís Eduardo Magalhães (+1.974), Lauro de Freitas (+1.628), Juazeiro (+2.556), Barreiras (+1.595), Ubaira (+1.575) e Vitória da Conquista (+1.176).

Tabela 4 – Estados do Nordeste: Evolução do emprego – Janeiro de dezembro de 2020

Estados	Dezembro de 2020				Acumulado de janeiro a dezembro de 2020			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Maranhão	10756	13841	-3085	-0,61	160.586	140.833	19.753	4,11
Piauí	6.245	6.384	-139	-0,05	79.244	79.425	-181	-0,06
Ceará	29.873	26.042	3.831	0,33	368.287	349.741	18.546	1,62
Rio Grande do Norte	10944	11797	-853	-0,20	137.454	135.685	1.769	0,41
Paraíba	10469	9124	1345	0,32	130.716	125.564	5.152	1,24
Pernambuco	31.022	33.733	-2.711	-0,22	382.843	388.006	-5.163	-0,42
Alagoas	8.209	6.572	1.637	0,46	113.900	109.305	4.595	1,30
Sergipe	6.281	5.574	707	0,25	72.680	77.155	-4.475	-1,57
Bahia	48.695	48.193	502	0,03	540.108	545.415	-5.307	-0,31
Nordeste	162.494	161.260	1.234	0,02	1.985.818	1.951.129	34.689	0,55

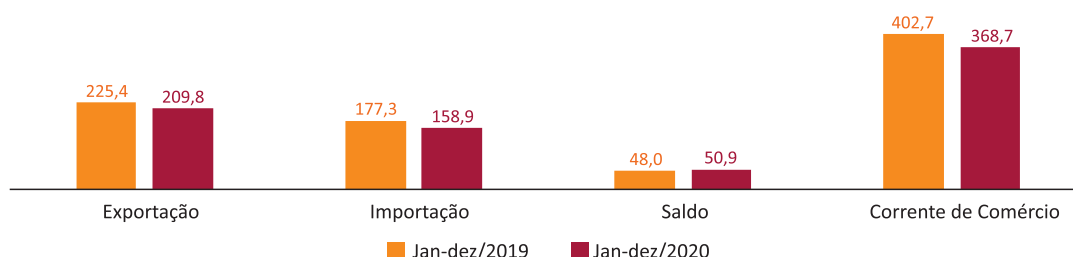
Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

8 Comércio Exterior

Os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no mundo, em 2020, refletiram profundamente no comércio externo brasileiro. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Economia, as exportações do País somaram US\$ 209.817,4 milhões, no acumulado do ano, registrando queda de 6,9%, comparativamente a 2019. As importações regrediram 10,4%, alcançando US\$ 158.930,5 (Gráfico 1).

O saldo da balança comercial, em 2020, foi de US\$ 50.886,9 milhões, valor 5,9% superior ao registrado em mesmo período no ano anterior (US\$ 48.035,5 milhões). A corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 368.747,9 milhões, no acumulado do ano, contra US\$ 402.731,4 milhões, no ano anterior, queda de 8,4%.

Gráfico 1 – Brasil - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio – Jan-dez/2020/2019 - US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 18/01/2021).
Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

A decomposição das exportações brasileiras por setores de atividades econômicas (Tabela 1) mostra que, de janeiro a dezembro deste ano, o setor Agropecuário, responsável por 21,6% das vendas externas, foi o único a registrar crescimento (+5,0%), no período em análise, impulsionado pela maior demanda dos países asiáticos e pelo Real desvalorizado.

Tabela 1 – Brasil - Exportação por setor de atividades econômicas - Jan-dez/2020/2019 - US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	jan-dez/2020		jan-dez/2019		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	45.217,0	21,6	43.046,8	19,1	5,0
Indústria Extrativa	48.865,7	23,3	50.584,7	22,4	-3,4
Indústria de Transformação	114.837,5	54,7	130.618,1	58,0	-12,1
Outros Produtos	897,2	0,4	1.133,8	0,5	-20,9
TOTAL	209.817,4	100,0	225.383,5	100,0	-6,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 18/01/2021).
Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

As exportações de Soja responderam por 13,6% da pauta do País, totalizando US\$ 28.566,2 milhões, crescimento de 9,5%, em 2020. No acumulado do ano, os embarques do grão alcançaram quase 83 milhões de toneladas (+12,0%).

Em segundo e terceiro lugares no ranking de vendas dos produtos da agropecuária brasileira, com respectivos 2,8% e 2,4% de participação na pauta do País, vieram Milho não moído, exceto milho doce (US\$ 5.917,0 milhões – alta de 9,5%) e Café não torrado (US\$ 4.973,6 milhões – queda de 18,8%).

A Indústria Extrativa, com 23,3% de participação nas exportações totais do País, em 2020, registrou queda nas vendas de 3,4%, em relação ao ano anterior. Esse resultado decorreu, principalmente, do decréscimo de 19,5% nas vendas externas de Óleos brutos de petróleo (US\$ 19.471,1 milhões - 9,3% de pauta). Apesar do volume embarcado ter registrado incremento de 16,9%, atingindo 70,2 milhões de toneladas no ano, o preço do combustível caiu 31,2%.

Por outro lado, as vendas de Minério de ferro não aglomerados e seus concentrados, segunda maior do País (US\$ 25.737,5 milhões – 12,3% da pauta), cresceram 13,5%, motivadas pela demanda asiática aquecida e alta no preço internacional do minério.

Na Indústria de Transformação (54,7% da pauta), as exportações registraram uma queda maior (-12,1%), em 2020 ante o ano anterior. As maiores reduções, nesse período comparativo, em valor absoluto e percentual, foram nas exportações de Plataformas, embarcações e outras estruturas flutuantes (-US\$ 2.791,1 milhões, -98,1%), Celulose (-US\$ -1.489,0 milhões, -19,9%), Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes (-US\$ 1.372,2 milhões, -36,4%), Motores e máquinas não elétricos, e suas partes (-US\$ 1.305,3 milhões, -62,8%) e Veículos automóveis de passageiros (-US\$ 1.106,6 milhões, -29,0%).

Entretanto, merecem destaque o incremento nas vendas de Açúcares e melaços (+ US\$ 3.590,8 milhões, +69,1%), Ouro, não monetário (+ US\$ 1.248,1 milhões, +34,1%), Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+ US\$ 900,5 milhões, +13,8%), e Carne suína fresca, refrigerada ou congelada (+ US\$ 632,8 milhões, +42,5%).

Os três principais mercados de destino dos produtos brasileiros absorveram 46,5% do total das vendas externas, em 2020: China (32,3% do total: Soja – 30,9%, Minérios de ferro e seus concentrados – 27,3%; Óleos brutos de petróleo – 16,7%; etc.); Estados Unidos (10,2%: Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço – 8,9%; Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes (7,7%), Óleos brutos de petróleo – 6,2%; etc.) e Argentina (4,0%: Veículos automóveis de passageiros – 16,7%; Partes e acessórios dos veículos automotivos – 8,0%; Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais – 5,2%; etc.). As exportações para a China cresceram 6,8%, relativamente a 2019. Por outro lado, recuaram as vendas para os Estados Unidos (-27,8%) e Argentina (-13,4%).

A desagregação das importações brasileiras por Grandes Categorias Econômicas (Tabela 2) revela crescimento apenas nas aquisições de Bens de capital (+16,7%), devido a operações de nacionalização de plataformas de petróleo após mudanças nas regras do regime aduaneiro especial Repetro do setor de óleo e gás.

Tabela 2 – Brasil - Importação por grandes categorias econômicas - Jan-dez/2020/2019 - US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	jan-dez/2020		jan-dez/2019		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	29.435,5	18,5	25.227,0	14,2	16,7
Bens intermediários	95.881,2	60,3	106.693,2	60,2	-10,1
Bens de consumo	21.074,8	13,3	24.629,7	13,9	-14,4
Combustíveis e lubrificantes	12.480,1	7,9	20.669,8	11,7	-39,6
Bens não especificados anteriormente	58,9	0,0	128,3	0,1	-54,1
TOTAL	158.930,5	100,0	177.347,9	100,0	-10,4

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 18/01/2021).

Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

As importações de Bens Intermediários que responderam por 60,3% das compras do País no exterior, retrocederam 10,1%, em 2020 relativamente a 2019, reflexo da retração da atividade econômica doméstica. As principais reduções ocorreram nas aquisições de Peças para equipamentos de transporte (-33,1%), Insumos industriais básicos (-23,2%), Insumos industriais elaborados (-8,6%) e Peças e acessórios para bens de capital (-4,4%).

Já as aquisições de Bens de consumo caíram 14,4%, no período comparativo. As compras de Bens de consumo duráveis retrocederam 35,1%, com destaque para Automóveis de passageiros (-47,4%). Por seu turno, as importações de Bens de consumo semiduráveis e não duráveis retrocederam 8,6%, sendo que as aquisições de Outros medicamentos, incluindo veterinários caíram 12,3%, enquanto as de Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários, cresceram 8,0%.

Com relação às importações de Combustíveis e lubrificantes, a queda de 39,6%, no período de análise, foi motivada, principalmente, pela redução nas aquisições de Óleos combustíveis de petróleo ou de

minerais betuminosos (-39,5%), Óleos brutos de petróleo (-43,8%) e de Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (principalmente, Hulha betuminosa) (-44,0%).

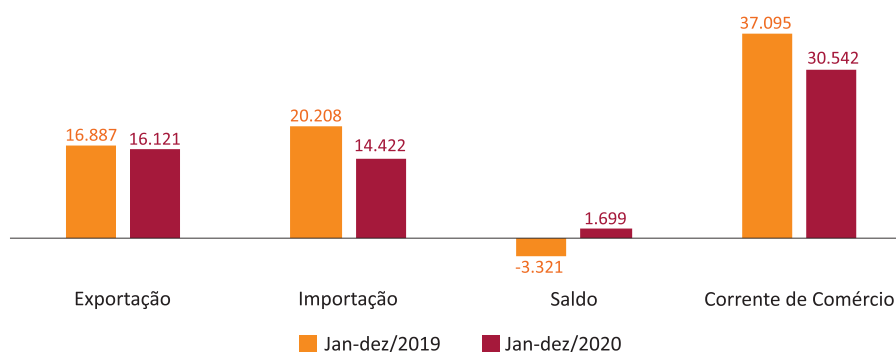
Os principais países de origem das importações brasileiras, no período jan-dez/20, foram: China (21,4%), Estados Unidos (15,2%) e Alemanha (5,4%). Comparativamente a jan-dez/19, decresceram as aquisições oriundas da China (-3,5%), dos Estados Unidos (-19,8%) e da Alemanha (-16,4%).

A Secex divulgou as projeções para 2021 das exportações, US\$ 221,1 bilhões, com alta de 5,3% frente a 2020 e das importações, US\$ 168,1 bilhões, aumento de 5,8%. Consequentemente, o saldo comercial brasileiro deverá ser de US\$ 53 bilhões (crescimento de 3,9%) e a corrente de comércio, de US\$ 389,2 bilhões (alta de 5,5%).

Já as exportações nordestinas, no acumulado do ano de 2020, totalizaram US\$ 16.120,7 milhões, queda de 4,5% relativamente a mesmo período de 2019. As importações registraram queda bem mais expressiva de 28,6%, nesse intervalo, somando US\$ 14.421,7 milhões (Gráfico 2), reflexo do impacto da pandemia do novo Coronavírus nas trocas comerciais da Região.

A balança comercial acumulou superavit de US\$ 1.698,9 milhões. Vale ressaltar que em 2019, a Região registrou déficit de US\$ 3.321,0 milhões. A corrente de comércio atingiu US\$ 30.542,4 milhões, queda de 17,7% no período, revelando perda no dinamismo nas relações internacionais.

Gráfico 2 – Nordeste: Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio – jan-dez/2020/2019 - US\$ milhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 21/01/2021).

Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

A análise das exportações nordestinas por setores de atividades econômicas (Tabela 3) mostra que o decréscimo nas vendas foi puxado pela Indústria de Transformação, o mais afetado pela pandemia. O setor, responsável por 68,1% da pauta da Região, exportou US\$ 10.972,9 milhões, queda de 9,9%, no comparativo 2020 frente a 2019.

Tabela 3 – Nordeste - Exportação por setor de atividades econômicas - jan-dez/2020/2019- US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	jan-dez/2020		jan-dez/2019		Variação %
	Valor	Part.(%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	4.300,4	26,7	4.018,2	23,8	7,0
Indústria Extrativa	735,7	4,6	559,6	3,3	31,5
Indústria de Transformação	10.972,9	68,1	12.184,4	72,2	-9,9
Outros Produtos	111,7	0,7	124,8	0,7	-10,5
TOTAL	16.120,7	100,0	16.887,0	100,0	-4,5

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 21/01/2021).

Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Entre os principais produtos do setor, as maiores quedas, nesse período, foram registradas nas vendas de Automóveis de passageiros (-51,7%), Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada (-16,4%), Óxidos de alumínio, exceto corindo artificial (-17,6%) e Outros

produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono, de seção transversal retangulares (-16,7%).

Em contrapartida, merece destaque, o crescimento das exportações industriais de Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (+39,2%), segundo produto da pauta nordestina e de Ouro (incluído o ouro platinado) em outras formas brutas, para usos não monetários (+56,0%).

Por sua vez, as exportações dos produtos do setor Agropecuário (26,7% de participação) cresceram 7,0%, em 2020 comparativamente ao ano passado. Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura foi o principal produto exportado pelo setor e da pauta nordestina, com 15,7% de participação e receita de US\$ 2.533,9 milhões, crescimento de 7,0%, em 2020 frente a 2019. Vale ressaltar, ainda, o incremento de 82,1% das exportações de Milho, exceto para semeadura.

Na Indústria Extrativa, as exportações dos produtos subiram 31,5%, no período em análise, participando com 4,6% da pauta da Região. As vendas de Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados representaram 50,75% do total do setor, registrando crescimento de 15,5%, no período comparativo em foco. Vale destacar, as exportações de Minérios de níquel e seus concentrados, ocorridas em 2020, que elevaram as vendas do setor em US\$ 77,8 milhões.

Os três principais parceiros comerciais do Nordeste, em 2020, concentraram 47,5% das vendas externas da Região: China (23,0% do total: Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura – 49,5%, Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada – 17,1%, Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono, de seção transversal retangular – 5,9%, etc.), Estados Unidos (15,1%: Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono – 14,5%, Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada (8,5%), Partes reconhecíveis como destinadas às máquinas das posições 8501 ou 8502 – 8,2%, etc.) e Cingapura (9,4%: Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios - 99,5%, etc.). Comparativamente ao mesmo período do ano passado, retrocederam as exportações para Estados Unidos (-18,8%) enquanto cresceram as vendas para China (+4,8%) e Cingapura (+89,0%).

Do lado das importações nordestinas (Tabela 4), houve redução significativa em todas as grandes categorias econômicas, no período em análise. As importações de Bens Intermediários representaram 60,2% das compras da Região no exterior, em 2020. Comparativamente ao ano anterior, retrocederam 17,6%. As principais reduções ocorreram nas aquisições de Insumos industriais básicos (-42,5%), Peças para equipamentos de transporte (-31,5%) e Insumos industriais elaborados (-21,9%).

Tabela 4 – Nordeste - Importação por grandes categorias econômicas - jan-dez/2020/2019- US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	jan-dez/2020		jan-dez/2019		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	1.589,8	11,0	1.760,5	8,7	-9,7
Bens intermediários	8.684,9	60,2	10.537,7	52,1	-17,6
Bens de consumo	1.122,8	7,8	1.233,6	6,1	-9,0
Combustíveis e lubrificantes	3.017,5	20,9	6.670,1	33,0	-54,8
Bens não especificados anteriormente	6,7	0,0	6,0	0,0	11,7
TOTAL	14.421,7	100,0	20.208,0	100,0	-28,6

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 21/01/2021).

Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Vale registrar, entretanto, que as subcategorias Peças e acessórios para bens de capital (+21,7%), Alimentos e bebidas elaborados, destinados principalmente à indústria (+17,6%) e Alimentos e bebidas básicos, destinados principalmente à indústria (+5,3%) apresentaram aumento nas aquisições.

Já as importações de Combustíveis e lubrificantes, 20,9% do total das aquisições nordestinas, registraram significativa queda de 54,8%. As reduções mais significativas foram nas aquisições de Gás

natural, liquefeito (-78,0%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (-59,6%), Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (-54,6%) e Óleos leves e preparações (-51,0%).

As importações de Bens de Capital retrocederam 9,7%, no período jan-dez/2020 ante jan-dez/2019. As compras de Veículos automóveis para transporte de mercadorias, com 32,8% de participação na categoria, regrediram 14,2%.

Já as aquisições de Bens de consumo caíram 9,0%, nesse período comparativo. As importações de Bens de consumo semiduráveis e não duráveis retrocederam 6,9%, com destaque para Sangue humano; sangue animal preparado para usos terapêuticos, profiláticos ou de diagnóstico; anti-soros, etc. (-13,2%). Do mesmo modo, as compras de Bens de consumo duráveis caíram 16,9%, com destaque para Automóveis de passageiros (-26,2%).

Os principais países de origem das importações nordestinas, em 2020, foram responsáveis por 54,6% das aquisições da Região: Estados Unidos (29,0%), China (15,6%) e Argentina (9,9%). Comparativamente a 2019, cresceram as compras oriundas da China (+6,6%), enquanto decresceram as dos Estados Unidos (-40,1%) e Argentina (-12,0%).

Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco responderam por 90,7% das exportações e 87,4% das importações do Nordeste, em 2020. Dos Estados da Região, Bahia (+US\$ 3.071,8 milhões), Maranhão (+US\$ 1.382,9 milhões), Piauí (+US\$ 281,1 milhões) e Rio Grande do Norte (+US\$ 159,5 milhões) registraram saldo positivo na balança comercial nesse período (Tabela 5).

Tabela 5 – Nordeste e Estados - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial - Jan-dez/2020/2019 - US\$ milhões FOB

Estados	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-dez/2020/Jan-dez/2019	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-dez/2020/Jan-dez/2019	
Maranhão	3.365,2	20,9	-5,0	1.982,3	13,7	-44,2	1.382,9
Piauí	580,7	3,6	7,0	299,6	2,1	4,0	281,1
Ceará	1.854,0	11,5	-18,5	2.413,5	16,7	2,4	-559,6
Rio Grande do Norte	339,9	2,1	-13,9	180,4	1,3	7,4	159,5
Paraíba	125,3	0,8	-0,8	504,6	3,5	-11,8	-379,4
Pernambuco	1.571,2	9,7	7,2	3.448,7	23,9	-32,3	-1.877,4
Alagoas	418,2	2,6	31,1	665,6	4,6	-0,1	-247,4
Sergipe	39,3	0,2	-22,3	171,8	1,2	-76,8	-132,6
Bahia	7.826,9	48,6	-4,2	4.755,2	33,0	-29,8	3.071,8
Nordeste	16.120,7	100,0	-4,5	14.421,7	100,0	-28,6	1.698,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 25/01/2021).

Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

No Maranhão, as exportações somaram US\$ 3.365,2 milhões, em 2020, registrando queda de 5,0%, relativamente ao ano anterior. As importações, no valor de US\$ 1.982,3 milhões, retrocederam mais ainda, 44,2%, gerando saldo superavitário na balança comercial de US\$ 1.382,9 milhões. As vendas dos principais produtos da pauta exportadora do Estado registraram queda: Alumina calcinada (-17,6%, -US\$ 221,7 milhões), Soja (-2,5%, -US\$ 20,4 milhões) e Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada (-22,1%, -US\$ 148,2 milhões). Vale ressaltar, entretanto, o incremento de 114,8% nas exportações de Ouro, com variação absoluta de +US\$ 116,8 milhões. Por outro lado, a queda das importações foi motivada pela redução de 25,3% (-US\$ 237,9 milhões) nas aquisições de Bens Intermediários (35,4% das aquisições) e de 53,3% (-US\$ 1.353,8 milhões) nas compras de Combustíveis e Lubrificantes (59,9%). As maiores reduções foram verificadas nos seguintes produtos: Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (-54,9%, -US\$ 1.089,0 milhões), Óleos leves e preparações (-50,8%, -US\$ 252,4 milhões) e Álcool etílico não desnaturado com volume de teor alcoólico => 80% (-44,2%, -US\$ 117,4 milhões).

O Estado do Piauí acumulou superávit de US\$ 281,1 milhões, em 2020, resultado de US\$ 580,7 milhões de exportações e US\$ 299,6 milhões de importações. Ante 2019, as exportações cresceram 7,0% e as importações aumentaram 4,0%. As vendas do principal produto de exportação do Estado, Soja (70,1% da pauta) retrocederam 1,3% (-US\$ 5,5 milhões) enquanto Ceras vegetais (8,2%) e Milho, exceto para semeadura (8,2%) registraram incremento de 18,5% (+US\$ 7,5 milhões) e 89,8% (-US\$ 22,6 milhões), respectivamente, nesse período comparativo. Já o acréscimo nas importações foi devido, principalmente, ao aumento de 146,5% (+US\$ 38,1 milhões) na aquisição de Bens de Capital (21,4% da pauta), sendo os mais significativos Outras máquinas e aparelhos mecânicos com função própria; Conversores elétricos estáticos e Transformadores de dielétrico líquido. Por outro lado, as importações de Bens Intermediários, 76,2% do total, decresceram 11,9% (-US\$ 30,9 milhões), devido, principalmente, à redução da aquisição de Dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas, utilizados na produção de energia solar.

O Estado do Ceará registrou, em 2020, exportações no valor de US\$ 1.854,0 milhões, queda de 18,5%, ante 2019. As importações somaram US\$ 2.413,5 milhões, registrando crescimento de 2,4%, nesse período. O resultado das trocas comerciais gerou déficit na balança comercial de US\$ 559,6 milhões. As vendas de Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono, 46,1% da pauta cearense, retrocederam 16,7% (-US\$ 170,8 milhões), no período. Os principais destinos do produto foram Estados Unidos (41,3%), China (23,4%) e Canadá (11,6%). Pelo lado das importações, as aquisições de Bens de Capital (9,7% da pauta), Bens Intermediários (62,1%) e Bens de Consumo (3,9%) cresceram 52,5%, 21,7% e 14,9%, respectivamente, no período em foco. Já as importações de Combustíveis e Lubrificantes (24,2% das aquisições) caíram 34,2%.

No Rio Grande do Norte, o saldo da balança comercial registrou superavit de US\$ 159,5 milhões, no ano de 2020, decorrente de US\$ 339,9 milhões de exportações e de US\$ 180,4 milhões de importações. Frente a 2019, as exportações decresceram 13,9%. Vale ressaltar que as vendas, consideradas extraordinárias e temporárias, de Aviões e Turboreatores, realizadas em 2019, para os Estados Unidos, no valor de US\$ 53,9 milhões, aumentaram a base de comparação das exportações do Estado. Os principais produtos exportados, no acumulado do ano, foram: Melões frescos (28,0% da pauta), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (18,0%) e Melancias frescas (9,6%). Relativamente a mesmo período do ano anterior, as vendas de Melões frescos e as de Melancias frescas registraram queda na receita de 18,5% (-US\$ 21,6 milhões) e 2,7% (-US\$ 0,9 milhão), respectivamente, enquanto as de Outros óleos de petróleo cresceram 116,3% (+US\$ 33,0 milhões). Já as importações do Estado cresceram 7,4%. As aquisições de Bens Intermediários (75,1% da pauta) recuaram 1,0% (-US\$ 1,3 milhão). Por outro lado, as compras de Bens de Capital (16,9%), Bens de Consumo (6,9%) e de Combustíveis e Lubrificantes (0,5%) cresceram 39,8% (+US\$ 8,6 milhões), 33,1% (+US\$ 3,1 milhões) e 924,5% (+US\$ 0,9 milhão), respectivamente.

As exportações da Paraíba somaram US\$ 125,3 milhões e as importações alcançaram US\$ 504,6 milhões, gerando deficit de US\$ 379,4 milhões na balança comercial do Estado, em 2020. Comparativamente a 2019, tanto as vendas externas (-0,8%) como as aquisições (-11,8%) decresceram. As exportações de Calçados de borracha ou plástico, com parte superior em tiras ou correias (36,0% da pauta) caíram 24,2%, no período em foco. Considerando como um todo o setor de Calçados e artefatos (Capítulo 64) do Estado, a participação no total das vendas atingiu 42,0% da pauta, com queda de 23,4%, relativamente a 2019. Foram embarcados 18,6 milhões de pares de calçados, queda de 8,4%. Pelo lado das importações, apenas as aquisições de Bens de Capital (7,4% da pauta) registraram crescimento de 49,9% (+US\$ 12,5 milhões), nesse período. As demais categorias, Bens Intermediários (69,7% das aquisições), Bens de Consumo (11,0%) e Combustíveis e Lubrificantes (11,9%) decresceram 3,1% (-US\$ 11,2 milhões), 2,7% (-US\$ 11,2 milhões) e 52,8% (-US\$ 1,5 milhões), respectivamente.

Em Pernambuco, as exportações totalizaram US\$ 1.571,2 milhões e as importações, US\$ 3.448,7 milhões, em 2020, resultando em deficit de US\$ 1.877,4 milhões no saldo da balança comercial (bem menor do que o déficit de US\$ 3.625,6 milhões apresentado em no ano anterior). As exportações aumentaram 7,2%, com destaque para o crescimento das vendas de 63,1% de Outros óleos de petróleo, como óleo combustíveis e óleo diesel (+US\$ 170,8 milhões) e de 116,7% de Outros açúcares de cana, de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido (+US\$ 62,6 milhões). As importações caíram 32,3%, devido, principalmente, à queda de 10,5% nas aquisições em Bens Intermediários (-US\$ 196,1

milhões) e de 58,6% em Combustíveis e Lubrificantes (-US\$ 1.362,8 milhões) que representaram 48,6% e 28,0%, respectivamente, da pauta importadora do Estado.

Em Alagoas, as exportações alcançaram US\$ 418,2 milhões, de janeiro a dezembro de 2020, registrando aumento de 31,1%, relativamente ao mesmo período de 2019. As vendas do principal produto da pauta do Estado, Outros açúcares de cana (87,8% de participação) cresceram 31,9% (+US\$ 88,9 milhões), nesse período. Já as importações somaram US\$ 665,6 milhões, com ligeiro decréscimo de 0,1%. Foram adquiridos, principalmente, Bens Intermediários (58,6%) e Bens de Consumo (33,2%). Enquanto as importações de Bens Intermediários cresceram 9,4% (+US\$ 33,6 milhões), as de Bens de Consumo caíram 15,6% (-US\$ 40,8 milhões). As trocas comerciais geraram déficit de US\$ 247,4 milhões.

Sergipe exportou US\$ 39,3 milhões, em 2020, valor 22,3% inferior ao total registrado em 2019. Esse resultado decorreu, principalmente, da queda nas vendas de Sucos de laranjas, congelados, não fermentados (-8,7%, -US\$ 2,0 milhões), Outros calçados de borracha ou plástico (-73,4%, -US\$ 2,8 milhões) e Outros açúcares de cana, de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido (-90,9%, -US\$ 5,2 milhões). As importações totalizaram US\$ 171,8 milhões, com decréscimo de 76,8%, nesse período. As aquisições foram distribuídas em Bens de Capital (9,8% da pauta), Bens Intermediários (73,7%), Bens de Consumo (7,1%) e Combustíveis e Lubrificantes (9,4%). Relativamente a 2019, todas as categorias regrediram: Bens de Capital (-94,1%, -US\$ 269,4 milhões), Bens Intermediários (-69,6%, -US\$ 290,4 milhões), Bens de Consumo (-0,1%, -US\$ 0,12 milhão) e Combustíveis e Lubrificantes (-36,7%, -US\$ 9,4 milhões). No acumulado do ano, a balança comercial ficou negativa em US\$ 132,6 milhões.

A Bahia acumulou superávit de US\$ 3.071,8 milhões, em 2020 (valor 120,1% maior do que o superávit de US\$ 1.395,9 milhões apresentado no ano anterior). As exportações, US\$ 7.826,9, decresceram 4,2%, frente a 2019. As maiores quedas, em percentual e valor absoluto, foram nas exportações de Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada (-12,0%, -US\$ 106,4 milhões), Fios de cobre refinado, com a maior dimensão da seção transversal > 6 mm (-58,1%, -US\$ 166,4 milhões) e Automóveis de passageiros, incluídos os veículos de uso misto (station wagons), de cilindrada > 1.000 cm³ e <= 1.500 cm³ (-56,7%, -US\$ 172,7 milhões) e Cátodos de cobre refinado e seus elementos, em formas brutas (-65,1%, -US\$ 193,6 milhões). Por outro lado, vale destacar o aumento de 15,6% (+US\$ 179,1 milhões) nas vendas de Soja e de 32,7% (+US\$ 283,6 milhões) de Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (principalmente Fuel oil). Já as importações atingiram US\$ 4.755,2 milhões, com decréscimo de 29,8% no período em foco. Regrediram as aquisições de Bens de Capital (-7,5%), Bens Intermediários (-27,9%), Bens de Consumo (-4,9%) e Combustíveis e Lubrificantes (-73,3%).

Os principais produtos exportados e importados, bem como os principais países de destino e de origem das exportações e importações por estado da Região no ano de 2020 estão discriminados nas tabelas a seguir.

Tabela 6 – Nordeste e Estados - Principais produtos exportados e importados - Em %– Jan-dez/2020

Estados	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Alumina calcinada (30,9%), Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (23,3%), Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução (15,5%)	Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (45,2%), Óleos leves e preparações (12,4%), Cloreto de potássio para uso como fertilizante (7,5%)
Piauí	Soja, mesmo triturada, exc para semeadura (70,1%), Ceras vegetais (8,2%), Milho, exceto para semeadura (8,2%)	Dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas (49,3%), Outras máquinas e aparelhos mecânicos com função própria (7,2%), Conversores elétricos estáticos (4,4%)
Ceará	Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, que contenham, em peso, menos de 0,25 % de carbono (46,1%), Partes de outros motores/ geradores/ grupos eletrogeradores, etc. (6,8%), Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (4,5%)	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura (10,3%), Hulha betuminosa, não aglomerada (10,1%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (5,9%)
Rio Grande do Norte	Melões frescos (28,0%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (18,0%), Melancias frescas (9,6%)	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura (33,2%), Polietileno de densidade < 0,94, em forma primária (2,5%), Coque de petróleo não calcinado (2,4%)

Estados	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Paraíba	Calçados de borracha ou plásticos, com parte superior em tiras ou correias (36,0%), Álcool etílico não desnaturado com volume de teor alcoólico (16,1%), Minérios de titânio e seus concentrados (7,5%)	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (11,9%), Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para sementeira (9,9%), Malte não torrado (7,9%)
Pernambuco	Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (27,0%), Automóveis de passageiros (8,9%), Poli(tereftalato de etileno) (8,5%)	Propano, liquefeito (10,2%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (7,7%), Óleos leves e preparações (5,4%)
Alagoas	Outros açúcares de cana (87,8%), Soja, mesmo triturada, exc para sementeira (1,9%), Álcool etílico não desnaturado com volume de teor alcoólico => 80% (1,8%)	1, 2-Dicloroetano (cloreto de etileno) (8,7%), Alhos, frescos ou refrigerados (6,7%), Cabos de fibras ópticas (2,3%)
Sergipe	Sucos de laranjas, congelados, não fermentados (52,8%), Outras preparações alimentícias (9,3%), Óleo essencial de laranja (6,4%)	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para sementeira (14,9%), Tubos flexíveis de ferro ou aço, mesmo com acessórios (10,9%), Gás natural liquefeito (9,4%)
Bahia	Soja, mesmo triturada, exc para sementeira (16,9%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (14,7%), Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada (10,0%)	Óleos leves e preparações (17,7%), Minérios de cobre e seus concentrados (9,0%), Veículos automóveis para transporte de mercadorias, com motor de pistão, de ignição por compressão, de peso em carga máxima <= 5 t (8,9%)
Nordeste	Soja, mesmo triturada, exc para sementeira (15,7%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (10,4%), Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada (8,1%)	Óleos leves e preparações (10,0%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (9,6%), Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para sementeira (5,1%)

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 25/01/2021).

Tabela 7 – Nordeste e Estados - Principais países de destino das exportações e de origem das importações – Em % – Jan-dez/2020

Estados	Principais Países de Destinos das Exportações	Principais Países de Origens das Importações
Maranhão	China (25,9%), Canadá (25,7%), Estados Unidos (13,4%)	Estados Unidos (63,7%), Rússia (4,9%), Marrocos (3,7%)
Piauí	China (54,5%), Irã (6,1%), Estados Unidos (6,0%)	China (60,5%), Espanha (11,3%), Rússia (5,9%)
Ceará	Estados Unidos (38,3%), China (13,3%), Canadá (6,5%),	Estados Unidos (29,4%), China (23,3%), Argentina (7,2%)
Rio Grande do Norte	Estados Unidos (18,1%), Cingapura (17,2%), Países Baixos (Holanda) (15,8%)	Argentina (26,4%), Estados Unidos (14,2%), China (13,9%)
Paraíba	Estados Unidos (20,2%), França (13,6%), Austrália (8,9%)	Estados Unidos (30,9%), China (19,1%), Argentina (11,7%)
Pernambuco	Cingapura (25,6%), Argentina (21,1%), Estados Unidos (12,4%)	Estados Unidos (35,8%), Argentina (12,8%), China (11,1%)
Alagoas	Estados Unidos (29,6%), Argélia (22,7%), Canadá (10,6%)	China (47,5%), Estados Unidos (14,1%), Argentina (3,7%)
Sergipe	Países Baixos (Holanda) (41,8%), Bélgica (10,3%), Estados Unidos (7,9%)	Estados Unidos (16,1%), Argentina (15,6%), China (12,2%)
Bahia	China (28,8%), Cingapura (13,4%), Estados Unidos (10,5%)	Estados Unidos (14,2%), Argentina (13,1%), China (12,9%)
Nordeste	China (23,0%), Estados Unidos (15,1%), Cingapura (9,4%)	Estados Unidos (29,0%), China (15,6%), Argentina (9,9%)

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 25/01/2021).

9 Finanças Públicas

O texto de Finanças Públicas trata das Transferências Constitucionais, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), da Arrecadação do Imposto de Circulação de Bens e Serviços (ICMS), assim como da Arrecadação Federal, mais especificamente do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI), que são a base das Transferências Constitucionais.

As Transferências Constitucionais são muito relevantes para a economia dos estados mais pobres da Federação. A Tabela 2, mostra este grau de relevância, quando compara o valor destas com o total das Transferências mais a arrecadação do ICMS. Enquanto o ICMS do Nordeste representa 17,0% do total da arrecadação brasileira, as Transferências Constitucionais para a Região Nordeste representam 43,1% do total.

Tabela 2 – Transferências Constitucionais (FPE + FPM) e ICMS – 2020 – R\$ Milhões

Estado/Região/País	FPE + FPM (1)	ICMS (2)	Total (3 = 1 + 2)	Participação (%)	1/3 (%)
Alagoas	5.107	4.369	9.476	1,4	53,9
Bahia	14.905	24.979	39.884	5,8	37,4
Ceará	9.718	13.229	22.947	3,4	42,4
Maranhão	8.997	8.170	17.167	2,5	52,4
Paraíba	6.264	6.108	12.372	1,8	50,6
Pernambuco	9.304	17.673	26.977	4,0	34,5
Piauí	5.526	4.730	10.256	1,5	53,9
Rio Grande do Norte	5.248	5.765	11.013	1,6	47,7
Sergipe	4.369	3.526	7.895	1,2	55,3
Nordeste	69.438	88.549	157.987	23,1	44,0
Espírito Santo	2.762	12.002	14.764	2,2	18,7
Minas Gerais	14.719	52.461	67.180	9,8	21,9
Brasil	161.077	521.734	682.811	100,0	23,6

Fonte: BNB/Etene, com dados do Tesouro Nacional e Confaz. Nota: a participação se refere à cota de cada Estado/Região do total das transferências mais ICMS.

A economia das regiões mais pobres do País, são muito dependentes das Transferências Constitucionais, 44,0% do total destas mais a arrecadação do ICMS, o principal tributo estadual. A média nacional é apenas 23,2%. Em todos os estados nordestinos, a relação transferências/transferências + ICMS, é maior que a média nacional. Apenas os estados da Bahia e Pernambuco têm a relação abaixo de 40,0%. Nos estados mais pobres, a relação é maior que 50,0%, indicando que o valor recebido das Transferências é maior que a arrecadação do ICMS. Em Sergipe, a relação chega a 55,6%, seguida pelo Piauí e Alagoas (53,9%, cada). A exclusão dos estados da Bahia e Pernambuco, do cálculo, leva a relação para 49,6%.

Transferências Constitucionais:

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (21,5% para o FPE e 24,5% para o FPM). Dos valores distribuídos para os Fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os repasses para os Estados e municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda *per capita* dos entes federativos. Os recursos variam diretamente em relação ao

tamanho da população e inversamente em comparação com a renda *per capita*. Ressalte-se que as Unidades Federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem dos repasses constitucionais para realizar investimentos, bem como para arcar com despesas correntes.

O FPE no Brasil totalizou R\$ 74,4 bilhões no ano de 2020, ante R\$ 78,0 bilhões em 2019, conforme a Tabela 3. A variação real do FPE, descontada a inflação do período, foi de -7,5%. Os dados são da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Tabela 3 – FPE, FPM e FPM Capitais - Brasil, Nordeste e Estados - R\$ Milhões ⁽¹⁾

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Alagoas	3.303	3.138	2.051	1.968	387	373
Bahia	7.238	6.948	8.300	7.957	696	671
Ceará	5.641	5.411	4.490	4.308	773	745
Maranhão	5.585	5.357	3.796	3.640	483	466
Paraíba	3.676	3.542	2.838	2.722	309	298
Pernambuco	5.340	5.117	4.445	4.187	487	417
Piauí	3.377	3.222	2.401	2.304	483	466
Rio Grande do Norte	3.257	3.101	2.239	2.147	278	268
Sergipe	3.214	3.073	1.351	1.296	278	268
Nordeste	40.632	38.909	31.910	30.529	4.175	3.973
Espírito Santo	1.238	1.169	1.661	1.592	186	179
Minas Gerais	3.507	3.344	11.867	11.375	464	447
Brasil	77.950	74.422	90.409	86.655	9.041	8.666

Fonte: BNB/Etene, com dados da STN. Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a dezembro de cada ano.

O FPE para os Estados do Nordeste alcançou R\$ 38,9 bilhões em 2020, em contraste com R\$ 40,6 bilhões, representando perda real de -7,2% em comparação com igual período de 2019. A Região recebeu 52,3% do total dos recursos desse Fundo no ano de 2020. Registre-se que nos meses de abril a dezembro de 2020, comparados com o mesmo período de 2019, o FPE reduziu 9,7% no Nordeste em termos reais.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste registraram perdas reais no volume de recursos do FPE em 2020, em comparação com 2019. Os valores obtidos em 2020 são: Bahia (R\$ 6,9 bilhões), Ceará (R\$ 5,4 bilhões), Maranhão (R\$ 5,4 bilhões) e Pernambuco (R\$ 5,1 bilhões) obtiveram 58,7% dos valores destinados ao Nordeste. Seguiram Paraíba (R\$ 3,5 bilhões), Piauí (R\$ 3,2 bilhões), Alagoas (R\$ 3,1 bilhões), Rio Grande do Norte (R\$ 3,1 bilhões) e Sergipe (R\$ 3,1 bilhões), com 41,3% do total.

O FPM no País somou R\$ 86,7 bilhões em 2020, em comparação com R\$ 90,4 bilhões em 2019 (Tabela 1). A perda real foi -7,1%. O FPM para o Nordeste totalizou R\$ 30,5 bilhões no período estudado, em contraste com R\$ 31,9 bilhões em 2019, significando perda real de -7,3%, em comparação com 2019 (Tabela 1). Nos meses de abril a dezembro de 2020, comparados com os mesmos meses de 2019, o FPM declinou no Nordeste 9,3% em termos reais.

O Nordeste recebeu 35,2% do total dos recursos do FPM em 2020. Todas as Unidades Federativas da Região registraram perda real no volume de recursos do FPM no ano de 2020, em comparação com semelhante período de 2019. Os valores repassados para os Estados foram: Bahia (R\$ 8,0 bilhões), Ceará (R\$ 4,3 bilhões), Pernambuco (R\$ 4,2 bilhões) e Maranhão (R\$ 3,6 bilhões) foram beneficiados com 65,8% do total de recursos destinados à Região. Seguiram Paraíba (R\$ 2,7 bilhões), Piauí (R\$ 2,3 bilhões), Rio Grande do Norte (R\$ 2,1 bilhões), Alagoas (R\$ 2,0 bilhões) e Sergipe (R\$ 1,3 bilhão), com 34,2% do total do FPM destinado ao Nordeste.

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 8,7 bilhões em 2020, ante R\$ 9,0 bilhões no ano anterior, representando perda de 7,1% em termos reais. O FPM para as capitais do Nordeste alcançou 4,0 bilhões, com perda real de -7,8%, comparado com 2019, quando foram alocados R\$ 4,2 bilhões. Nos meses de abril a dezembro de 2020, comparados com os mesmos meses de 2019, o FPM, para as capitais declinou no Nordeste 10,0% em termos reais.

Cabe destacar a perda real de Recife (-17,0%), em função do aumento da renda per capita dessa cidade, dado que o coeficiente de distribuição trabalha com o inverso da renda *per capita*.

As capitais do Nordeste foram beneficiadas com 45,9% do total de recursos alocados pelo FPM Capitais no País em 2020. Fortaleza (R\$ 745 milhões), Salvador (R\$ 671 milhões), São Luís (R\$ 466 milhões), Teresina (R\$ 466 milhões) e Recife (R\$ 417 milhões) obtiveram 69,6% do total do FPM Capitais destinado ao Nordeste. Seguiram Maceió (R\$ 373 milhões), João Pessoa (R\$ 298 milhões), Natal (R\$ 268 milhões) e Aracaju (R\$ 268 milhões), com 30,4% dos recursos desse Fundo, ao Nordeste, no ano de 2020.

A Tabela 2, apresenta as projeções dos valores a serem transferidos para o FPE, FPM e FPM Capitais no período de janeiro a março de 2021, com base nas previsões do Tesouro Nacional. As previsões para 2021, com um aumento de 4,9% (FPE) e 4,8% (FPM), com relação aos valores reais de 2020, são com base no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2021.

Tabela 2 – Previsões 2021 (janeiro a março)¹ e 2021² - R\$ Milhões

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	jan-mar	2021	jan-mar	2021	jan-mar	2021
Alagoas	979	3.276	552	2.062	105	390
Bahia	2.168	7.306	2.231	8.336	188	703
Ceará	1.688	5.695	1.208	4.513	209	781
Maranhão	1.671	5.626	1.021	3.813	131	488
Paraíba	1.105	3.724	763	2.851	84	312
Pernambuco	1.596	5.375	1.174	4.387	117	437
Piauí	1.005	3.378	646	2.414	131	488
Rio Grande do Norte	968	3.256	602	2.249	75	281
Sergipe	959	3.231	363	1.358	75	281
Nordeste	12.140	40.867	8.561	31.983	1.114	4.162
Espírito Santo	365	1.206	447	1.668	50	187
Minas Gerais	1.043	3.497	3.190	11.917	125	469
Brasil	23.220	78.073	24.300	90.782	2.430	9.078

Fonte: BNB/Etene, com dados da STN.

Nota: (1) previsão de janeiro a março de 2021, STN. 2021, PLOA 2021.

Arrecadação de ICMS:

A arrecadação de ICMS no Brasil totalizou R\$ 521,7 bilhões em 2020, ante R\$ 509,7 bilhões no mesmo período de 2019, significando uma perda real de -0,8%. É importante ressaltar que a arrecadação de ICMS é concentrada em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase metade do ICMS coletado no ano de 2020, precisamente 48,5%. Com expressiva diferença seguiram, o Nordeste (17,0%), Sul (17,4%), Centro-Oeste (10,2%) e Norte (6,9%). Os dados de dezembro, para os estados do Rio Grande do Norte e Goiás foram estimados.

No Nordeste, a arrecadação de ICMS totalizou R\$ 88,5 bilhões de janeiro a dezembro de 2020, em contraste com R\$ 87,6 bilhões em iguais meses de 2019, representando redução real de -2,0% no período em análise. Nas demais regiões, o Centro-Oeste (+5,6%) e o Norte (+6,3%), obtiveram ganhos reais, enquanto que Sul (-2,8%) e Sudeste (-1,9%), registraram recuos.

Cinco estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste obtiveram ganhos reais de arrecadação no período em análise: Espírito Santo (+1,5%), Piauí (+2,1%), Alagoas (+0,6%), Maranhão (+0,4%) e Paraíba (+0,2%). Seguem os desempenhos nas demais Unidades Federativas: Pernambuco (-4,5%), Sergipe (-3,7%), Ceará (-2,5%), Rio Grande do Norte (-2,4%) e Bahia e Minas Gerais (-2,1%, cada), vide Tabela 1.

A arrecadação somada dos setores secundário, terciário, energia e petróleo, combustíveis e lubrificantes alcançou 96,3%, 97,5% e 95,5% da arrecadação total do ICMS no Nordeste, Espírito Santo e Minas Gerais, média de janeiro a dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente.

Apenas três setores registraram ganhos reais de arrecadação, primário (+4,0%), secundário (+3,0%) e o terciário (+5,8%), sinais que o pior da pandemia, em termos de arrecadação dos principais setores, está passando. Vale registrar que a arrecadação do setor terciário apresenta a maior participação na arrecadação do ICMS do Nordeste (42,2%), considerando a média dos anos de 2020 e 2019. O ganho de arrecadação do setor, representa +2,4 pontos percentuais (p.p.), da variação na arrecadação do Nordeste (o problema da perda real da arrecadação, se deve ao segmento petróleo). Nenhum estado registrou perdas reais: Maranhão (+21,0%), Espírito Santo (+15,6%), Paraíba (+7,6%), Ceará (+5,8%), Bahia (+5,6%), Minas Gerais (+5,0%), Piauí (+3,2%), Pernambuco (+3,0%), Alagoas (+2,8%), Rio Grande do Norte (+2,7%) e Sergipe (+2,3%).

A arrecadação no setor secundário, que representou 20,8% do total obtido no Nordeste, considerando a média dos anos de 2020 e 2019, aumentou +3,0% em termos reais. O ganho do setor representa +0,6 p.p., do ganho de arrecadação da Região. Sergipe (+17,9%), Piauí (+17,3%), Alagoas (+13,6%), Maranhão (+7,3%), Ceará (+1,4%) e Pernambuco (+1,1%) obtiveram ganhos reais, enquanto que as perdas reais ocorreram no Espírito Santo (-7,3%), Rio Grande do Norte (-5,1%), Paraíba (-2,1%), Minas Gerais (-0,6%) e Bahia (-0,03%).

O setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, que obteve uma participação de 21,3% na arrecadação total do Nordeste nos dois períodos analisados, apresentou perda real de -16,1%, sendo a maior participação na perda de arrecadação do Nordeste (-3,4 p.p.). A perda deste setor, associada às perdas nos setores de energia e dívida ativa e outros, explica a queda de -2,0% na arrecadação do ICMS nordestino. O crescimento de +5,8% no setor terciário, e de +4,0% (primário) e +3,0% (secundário), não foram suficientes para cobrir as quedas nos setores citados. Todos os Estados obtiveram recuos, tendo os mais expressivos se verificado em Sergipe (-42,6%), Alagoas (-34,1%), Maranhão (-24,3%), Pernambuco (-21,8%), Ceará (-19,4%), Bahia (-8,1%) e Rio Grande do Norte (-7,8%).

O setor de energia, que representou 11,9% da arrecadação regional na média dos dois períodos analisados, caiu em termos reais (-4,7%) e participa com -0,6 p.p. da perda do Nordeste. Por sua vez, Ceará (+2,6%) e Piauí (+0,5%), apresentaram incrementos, enquanto que as perdas mais expressivas foram verificadas na Bahia (-10,1%), Minas Gerais (-8,0%), Paraíba (-6,2%) e Sergipe (-5,3%).

O grupo Dívida Ativa e Outras Arrecadações, que representa apenas 2,6% do total da arrecadação nordestina, teve uma queda real de -25,1%, o que o faz participar de -0,7 p.p. na perda real da arrecadação total. As perdas mais substanciais são de Pernambuco (-79,1%), Sergipe (-34,3%), Bahia (-27,0%), Alagoas (-22,3%) e Piauí (-17,0%).

Comparando-se a arrecadação de ICMS nos meses abril a dezembro de 2020 (período mais incisivo da pandemia), com o mesmo período de 2019, observou-se redução, em termos reais, na arrecadação do ICMS no Brasil (-1,8%) e no Nordeste (-3,8%). Cabe observar que a queda entre abril e outubro era de -10,1 (Brasil) e -12,9 (Nordeste), perdas muito mais expressivas, sinalizando que houve uma recuperação da arrecadação nos últimos meses do ano. O Centro-Oeste obteve um ganho de +4,3% neste período, como a Região Norte (+5,3%). O Sul teve a maior perda (-5,4%), seguida do Sudeste (-2,0%). Alguns Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste foram mais afetados que outros nesse período: Pernambuco (-6,3%), Sergipe (-4,7%), Bahia (-4,3%), Rio Grande do Norte (-13,9%), Sergipe (-12,3%), Paraíba (-12,0%), Pernambuco (-10,4%), Alagoas (-9,0%), Ceará (-3,9%), Maranhão (-3,2%) e Minas Gerais (-3,0%). Espírito Santo (+1,3%) e Piauí (+0,2%), obtiveram ganhos reais.

Tabela 4 – Arrecadação de ICMS no Brasil – Regiões e Estados selecionados – 2019 e 2020

Estado/Região/País	2019		2020		Var. Nominal %	Var. Real %
	Valor (R\$ milhão)	Part. %	Valor (R\$ milhão)	Part. %		
Alagoas	4.207	0,8	4.369	0,8	3,9	0,6
Bahia	24.718	4,8	24.979	4,8	1,1	-2,1
Ceará	13.152	2,6	13.229	2,5	0,6	-2,5
Maranhão	7.883	1,5	8.170	1,6	3,6	0,4
Paraíba	5.904	1,2	6.108	1,2	3,5	0,2
Pernambuco	17.939	3,5	17.673	3,4	-1,5	-4,5
Piauí	4.489	0,9	4.730	0,9	5,4	2,1
Rio Grande do Norte	5.725	1,1	5.765	1,1	0,7	-2,4
Sergipe	3.548	0,7	3.526	0,7	-0,6	-3,7
Nordeste	87.565	17,2	88.549	17,0	1,1	-2,0
Norte	32.750	6,4	35.946	6,9	9,8	6,3
Sudeste	250.187	49,1	253.340	48,6	1,3	-1,9
Espírito Santo	11.452	2,2	12.002	2,3	4,8	1,5
Minas Gerais	51.945	10,2	52.461	10,1	1,0	-2,1
Sul	90.522	17,8	90.821	17,4	0,3	-2,8
Centro-Oeste	48.722	9,6	53.078	10,2	8,9	5,6
Brasil	509.746	100,0	521.734	100,0	2,4	-0,8

Fonte: Elaboração BNB/ETene, com dados do Banco Central e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Tabela 5 – Arrecadação de ICMS no Brasil, Regiões e Estados selecionados – Abril a Dezembro de 2019 e 2020

Estado/Região/País	2019		2020		Var. Nominal %	Var. Real %
	Valor (R\$ milhão)	Part. %	Valor (R\$ milhão)	Part. %		
Alagoas	3.143	0,8	3.220	0,8	2,4	-0,6
Bahia	18.894	4,9	18.625	4,7	-1,4	-4,3
Ceará	10.046	2,6	9.948	2,5	-1,0	-3,9
Maranhão	6.103	1,6	6.086	1,6	-0,3	-3,2
Paraíba	4.446	1,1	4.529	1,2	1,9	-1,1
Pernambuco	13.837	3,6	13.356	3,4	-3,5	-6,3
Piauí	3.453	0,9	3.564	0,9	3,2	0,2
Rio Grande do Norte	4.269	1,1	4.325	1,1	1,3	-1,7
Sergipe	2.681	0,7	2.632	0,7	-1,8	-4,7
Nordeste	66.873	17,2	66.282	16,9	-0,9	-3,8
Norte	25.208	6,5	27.333	7,0	8,4	5,3
Sudeste	189.879	49,0	191.654	48,9	0,9	-2,0
Espírito Santo	8.644	2,2	9.023	2,3	4,4	1,3
Minas Gerais	39.723	10,2	39.698	10,1	-0,1	-3,0
Sul	68.533	17,7	66.807	17,0	-2,5	-5,4
Centro-Oeste	37.300	9,6	40.065	10,2	7,4	4,3
Brasil	387.792	100,0	392.141	100,0	1,1	-1,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Nível de Endividamento dos Estados – GRE

O quadro financeiro das Unidades Federativas brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, o BNB/Etene tem acompanhado regularmente o cenário das finanças públicas através do indicador denominado “Grau de Endividamento dos Estados (GRE)”. O GRE corresponde à Dívida Consolidada Líquida (DCL) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) de uma determinada Unidade Federativa (Estado, Região ou País).

A Dívida Consolidada Líquida, por sua vez, compreende o montante total das obrigações financeiras, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços e transferências correntes deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF das transferências efetuadas. Os dados de 2019 e 2020 se referem ao ano.

O somatório das receitas estaduais aumentou para R\$ 735,5 bilhões em 2020, ante R\$ 688,3 bilhões em 2019, representando incremento real de 3,5% nesse período. Nesse mesmo intervalo de tempo, a dívida incrementou para R\$ 839,2 bilhões em 2020, em contraste com R\$ 819,4 bilhões, em 2019, implicando uma expansão nominal de +2,4, e uma redução real de -0,8%, conforme especificado no Gráfico 1 e na Tabela 1.

Em consequência, o GRE total estadual caiu para 1,14 em 2020, ante 1,19 em 2019, de acordo com a Tabela 1. Esta redução no grau de endividamento ocorreu tendo em vista a diminuição do GRE nas regiões Nordeste (de 0,51 para 0,45), Norte (de 0,26 para 0,18), Sul (de 1,22 para 1,17 e Centro-Oeste (de 0,50 para 0,39). O nível de endividamento do Sudeste aumentou (de 1,89 para 1,91).

Cabe salientar que os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul concentraram 81,8% do total da dívida estadual em 2020. A receita dessas Unidades Federativas, por sua vez, representou 45,9% do total estadual nesse mesmo ano.

Seguem as participações das regiões em termos do total da dívida em 2020: Norte (1,6%), Centro-Oeste (3,9%), Nordeste (8,4%), Sul (15,2%) e Sudeste (70,9%). Quanto às receitas, tem-se: Norte (10,1%), Centro-Oeste (11,6%), Sul (14,8%), Nordeste (21,2%) e Sudeste (42,3%). Portanto, Norte, Centro-Oeste e especialmente Norte possuem expressivas participações de suas respectivas receitas em confronto com a representatividade de suas dívidas. O inverso verifica-se no Sul e destacadamente no Sudeste, ou seja, a participação de suas dívidas supera a representatividade das suas receitas.

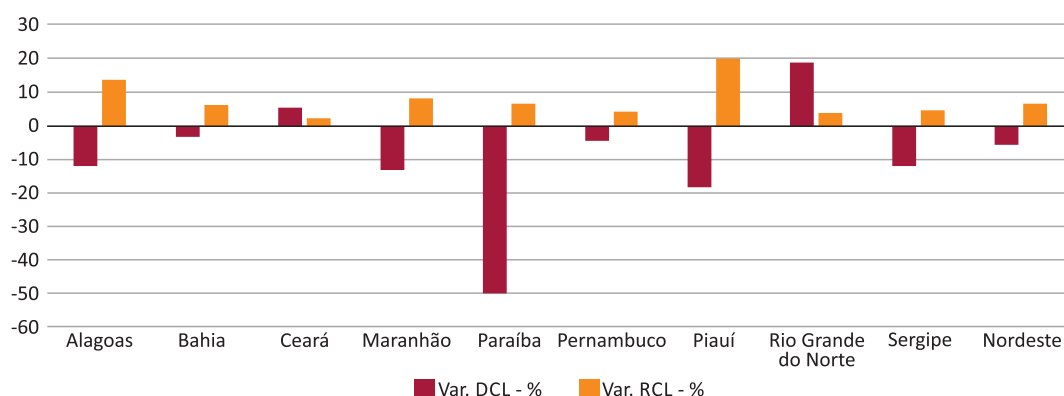
Avaliando a relação de quanto cada região gera de receita, por cada real de dívida, tem-se: Norte (R\$ 6,42), Centro-Oeste (R\$ 2,95, Nordeste (R\$ 2,51), Sul (R\$ 0,98) e Sudeste (R\$ 0,60). Na área de atuação do BNB, o único estado com valor abaixo de um, é Minas Gerais (R\$ 0,61). As relações mais expressivas são da Paraíba (R\$ 10,44), Espírito Santo (R\$ 12,60) e o Maranhão (R\$ 3,34).

A dívida do Nordeste diminuiu para R\$ 70,9 bilhões em 2020, ante 72,9 bilhões em 2019, significando redução de -5,8% em termos reais nesse período. A receita, por sua vez, aumentou para R\$ 156,0 bilhões em 2020, em contraste com R\$ 141,8 bilhões em 2019, representando aumento real de +6,6% nesse período (Gráfico 1 e Tabela 6).

Três Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste obtiveram aumento real em suas respectivas dívidas: Rio Grande do Norte (+19,0), Ceará (+5,5%) e Minas Gerais (+5,1%), enquanto que os outros estados apresentaram reduções, sendo as mais expressivas na Paraíba (-49,8%), Espírito Santo (-38,3%), Piauí (-18,4%) e Maranhão (-13,2%) e Alagoas (-12,1%).

Todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste apresentaram aumento real de receita no período em análise, à exceção do Espírito Santo (-4,4%). Os mais expressivos foram: Piauí (+20,2%), Alagoas (+13,8%), Maranhão (+8,4%), Paraíba e Minas Gerais (6,7%) e Bahia (+6,2%).

Gráfico 1 – Variação Real da DCL e RCL – 2020/2019 - %



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional(2021).

Duas Unidades Federativas, da área de atuação do BNB, apresentaram incrementos em seus respectivos indicadores: Ceará (de 0,53 para 0,54) e Rio Grande do Norte (de 0,32 para 0,37), considerando que suas dívidas cresceram em maior escala que suas respectivas receitas.

É importante registrar que os anos em análise trazem cenários adversos. Em 2019, um retrato econômico em lenta recuperação, e 2020 com uma pandemia ainda não vista, gerando impactos negativos em todos os orçamentos estaduais. Apesar das condições econômicas adversas, os índices de endividamento do Nordeste, Norte, Sul e Centro-Oeste recuaram, enquanto somente o Sudeste apresentou incremento.

Tabela 6 – Dívida, receita e grau de endividamento do Brasil, Regiões e Estados selecionados

Estado/Região/País	DCL (R\$ milhões)		RCL (R\$ milhões)		GRE	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Alagoas	6.404	5.813	8.559	10.053	0,75	0,58
Bahia	21.527	21.512	34.526	37.828	0,62	0,57
Ceará	10.995	11.974	20.882	22.003	0,53	0,54
Maranhão	6.198	5.553	14.530	16.249	0,43	0,34
Paraíba	2.382	1.234	10.246	11.287	0,23	0,11
Pernambuco	13.258	13.081	25.340	27.222	0,52	0,48
Piauí	5.182	4.367	9.471	11.748	0,55	0,37
Rio Grande do Norte	3.255	3.997	10.178	10.888	0,32	0,37
Sergipe	3.695	3.364	8.054	8.700	0,46	0,39
Nordeste	72.896	70.895	141.785	155.978	0,51	0,45
Norte	17.364	13.204	67.577	74.344	0,26	0,18
Sudeste	564.457	594.789	298.912	310.823	1,89	1,91
Espírito Santo	2.223	1.415	15.833	15.627	0,14	0,09
Minas Gerais	122.689	133.034	64.068	70.580	1,91	1,88
Sul	126.411	127.340	103.807	109.116	1,22	1,17
Centro-Oeste	38.228	32.941	76.203	85.215	0,50	0,39
Brasil	819.357	839.170	688.284	735.477	1,19	1,14

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Notas: DCL = Dívida Consolidada Líquida. RCL = Receita Corrente Líquida

Índice de Dependência Financeira – IDF

O quadro financeiro e fiscal das Unidades Federativas brasileiras tem se constituído em um dos relevantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, o BNB/Etene tem estudado o cenário das finanças públicas através do indicador denominado “Índice de Dependência Financeira (IDF)”.

O IDF corresponde à relação entre as Transferências da União e a Receita Corrente Líquida (RCL).

As Transferências da União são representadas pela soma do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Transferências Discricionárias (TD) para Estados e municípios¹. No ano de 2020, talvez em função da pandemia, e a necessidade de auxílios emergenciais por parte de União, as Transferências Discricionárias tiveram um crescimento real, excluindo-se o IPCA, surpreendente em todas regiões: Sudeste (+157,5%), Sul (+146,8%), Norte (106,2%), Centro-Oeste (+94,6%) e Nordeste (+91,4%). Em razão disso, mesmo com a queda real nas Transferências Constitucionais, observou-se um aumento nos IDF's das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, e leve redução no Nordeste e Norte.

A Receita Corrente Líquida corresponde à arrecadação obtida pela própria Unidade Federativa e às Transferências Correntes (legais e discricionárias). A RCL pode ser utilizada como mais um parâmetro para se medir as desigualdades regionais. Assim é que o Sudeste detém 42,8% da RCL brasileira (média de 2019 e 2020), e cada Estado dessa Região gera, em média, 10,7% da RCL brasileira. As Unidades Federativas do Sul geram, em média, 5,0% da RCL brasileira, seguindo-se as do Centro-Oeste (2,8%), Nordeste (2,3%) e Norte (1,4%). Especificamente no Nordeste, verifica-se que a Bahia gera 5,1% da RCL brasileira, seguida por Pernambuco (3,7%) e Ceará (3,0%), enquanto que a média estadual do Nordeste é de 2,3%.

O IDF mostra a capacidade de uma Unidade Federativa em gerar receitas a partir de sua própria base econômica, isto é, de sua arrecadação de tributos. Quanto mais o IDF for próximo de zero, menor será a dependência da Unidade Federativa em relação às transferências federais. Inversamente, quanto mais o IDF se distancia de zero, maior será a dependência da Unidade Federativa em relação às transferências federais.

O IDF nacional subiu para 0,30 em 2020, quando era 0,28 em 2019. Cabe ressaltar que as Transferências Federais, em termos reais subiram no agregado do País (+9,7%), +4,6% (Nordeste), e em todas as outras regiões, possivelmente, em função da pandemia da Covid-19, enquanto as receitas correntes líquidas aumentaram em +3,5% no País, e +6,7% no Nordeste. Estas variações revelam que as regiões mais desenvolvidas (Sudeste, Sul e Centro-Oeste), e estados ficaram mais dependentes das Transferências Federais, dado que suas RCL's cresceram menos que as transferências federais, mais pela crise que o País está passando. O contraditório é que as regiões menos desenvolvidas, Norte e Nordeste, aconteceu o inverso, quer dizer, suas RCL's cresceram mais que suas Transferências Federais (TF): Nordeste: RCL (+6,6%) e TF (+4,6%) e Norte: RCL (+6,6%) e TF (+4,4%).

Tabela 7 – Variação Real - 2020/2019 - %

Estados/Regiões/Brasil	RCL	FC	TD	TF	Var. IDF
Alagoas	13,8	-7,6	68,1	2,0	-0,07
Bahia	6,2	-7,1	90,1	4,6	-0,01
Ceará	2,1	-7,1	64,8	3,5	0,01
Maranhão	8,4	-7,1	61,4	2,1	-0,04
Paraíba	6,7	-6,8	116,5	7,0	0,00
Pernambuco	4,1	-7,9	136,5	6,9	0,01
Piauí	20,2	-7,4	92,7	5,0	-0,09
Rio Grande do Norte	3,6	-7,5	142,0	7,5	0,02

1 As Transferências Discricionárias se referem à soma de transferências específicas, voluntárias, por delegação e para organizações da sociedade civil e resultam da consolidação de empenhos liquidados e Restos a Pagar não Processados pagos registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, pelos órgãos e entidades da Administração Pública. Tiveram um crescimento relevante em 2020.

Estados/Regiões/Brasil	RCL	FC	TD	TF	Var. IDF
Sergipe	4,7	-7,3	106,6	3,7	-0,01
Nordeste	6,6	-7,3	91,4	4,6	-0,01
Norte	6,6	-7,7	106,2	4,4	-0,01
Sudeste	0,7	-7,5	157,5	20,4	0,03
Espírito Santo	-4,4	-7,7	148,5	11,3	0,03
Minas Gerais	6,7	-7,2	158,5	13,3	0,02
Sul	1,8	-6,8	146,8	14,4	0,03
Centro-Oeste	8,3	-7,1	94,6	10,5	0,00
Brasil	3,5	-7,3	118,6	9,7	0,02

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Nota: RCL: Receita Corrente Líquida; FC: Fundos Constitucionais (FPE e FPM); TD: Transferências Discricionárias; TF: Transferências Federais (FC e TD) e Var. IDF: IDF20 – IDF19.

No caso das regiões menos desenvolvidas, em que a dinâmica da economia é mais vulnerável às incertezas, em que a geração de recursos próprios é mais precária, a necessidade de recursos federais (Fundos Constitucionais – FC e Transferência Discricionárias – TD), é importante para minorar o desequilíbrio regional. Quando o crescimento das Transferências Federais – TF, é menor que o crescimento da Receita Corrente Líquida – RCL, mas vem fortalecida por uma mudança na estrutura da economia regional; ela é bem vinda, mas não se sabe que este é o caso do que aconteceu nas regiões Norte e Nordeste, em 2020.

Tabela 8 – Receita corrente líquida, transferências da União e índice de dependência financeira

Estados/Regiões /Brasil	RCL		FPE		FPM		TD		IDF	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Alagoas	8.559	10.053	3.303	3.138	2.051	1.968	776	1.346	0,72	0,64
Bahia	34.526	37.828	7.238	6.948	8.300	7.957	2.120	4.159	0,51	0,50
Ceará	20.882	22.003	5.641	5.411	4.490	4.308	1.745	2.967	0,57	0,58
Maranhão	14.530	16.249	5.585	5.357	3.796	3.640	1.443	2.405	0,74	0,70
Paraíba	10.246	11.287	3.676	3.542	2.838	2.722	823	1.839	0,72	0,72
Pernambuco	25.340	27.222	5.340	5.117	4.445	4.187	1.119	2.732	0,43	0,44
Piauí	9.471	11.748	3.377	3.222	2.401	2.304	812	1.616	0,70	0,61
Rio Grande do Norte	10.178	10.888	3.257	3.101	2.239	2.147	613	1.532	0,60	0,62
Sergipe	8.054	8.700	3.214	3.073	1.351	1.296	484	1.033	0,63	0,62
Nordeste	141.785	155.978	40.632	38.909	31.910	30.529	9.936	19.630	0,58	0,57
Norte	67.577	74.344	19.991	18.998	7.977	7.658	3.311	7.049	0,46	0,45
Sudeste	298.912	310.823	6.817	6.405	28.324	27.160	7.144	18.986	0,14	0,17
Espírito Santo	15.833	15.627	1.238	1.169	1.661	1.592	401	1.028	0,21	0,24
Minas Gerais	64.068	70.580	3.507	3.344	11.867	11.375	2.170	5.790	0,27	0,29
Sul	103.807	109.116	4.927	4.774	15.726	15.089	3.304	8.418	0,23	0,26
Centro-Oeste	76.203	85.215	5.582	5.337	6.473	6.220	2.530	5.082	0,19	0,20
Brasil	688.284	735.477	77.950	74.422	90.409	86.655	26.226	59.164	0,28	0,30

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

A variação do IDF nacional foi de +5,9% (de 0,28 para 0,30), enquanto o IDF da Região Nordeste caiu -1,8% (de 0,58 para 0,57). O aumento do indicador nas regiões mais desenvolvidas, e da queda nas menos desenvolvidas, encontra-se nos crescimentos da RCL e TF, como comentado acima. Também, é interessante ver a relação entre o indicador das regiões e a média nacional, avaliar a posição relativa do indicador (IDF) nos anos em análise. A relação IDF região/IDF Brasil, não se alterou para o Centro-Oeste (0,7), cresceu no Sudeste (0,5 para 0,6) e Sul (0,8 para 0,9). Caiu nas regiões mais pobres, Nordeste (de 2,1 para 1,9) e Norte (1,6 para 1,5), sinalizando que estas são ainda muito dependentes das Transferências Constitucionais.

Atualmente, o Sudeste conta com o menor IDF (0,17) dentre as regiões do País, sendo, portanto, a Região com o menor grau de dependência das Transferências da União. A arrecadação auferida no próprio Sudeste representou 83% da receita obtida por essa Região em 2020.

Por outro lado, o Nordeste continua sendo a região com o maior grau de dependência das Transferências Federais, tendo o IDF alcançado 0,57 em 2020. Em outros termos, a arrecadação auferida no próprio Nordeste significou apenas 43% da receita realizada por essa Região no período em referência, quando a média nacional é 70%.

Cinco estados do Nordeste apresentaram redução no IDF em 2020, reduzindo, portanto, a dependência de recursos federais: Piauí (-12,6%), Alagoas (-10,4%), Maranhão (-5,8%), Bahia (-1,5%) e Sergipe (-1,0%). O crescimento mais expressivo se deu no Espírito Santo (+16,4%), em função da redução em sua RCL (-4,4%) e crescimento nas TF (+148,5%).

Pernambuco (0,44) possui o menor IDF dentre os Estados do Nordeste, seguido por Bahia (0,50), sendo as únicas Unidades Federativas do Nordeste com indicador abaixo da média da Região (0,57), porém, ainda acima da média Nacional (0,30).

A dependência dos estados do Nordeste das Transferências Federais é reflexo de uma base econômica ainda incipiente nessa Região, com elevado nível de informalidade nas relações econômicas, gerando, assim, uma modesta arrecadação tributária. As Transferências Federais cumprem papel vital para o fortalecimento do Nordeste. Contudo, torna-se imprescindível fortalecer as políticas de desenvolvimento regional, com ênfase em estratégias direcionadas para adensar as cadeias produtivas locais, de forma que a Região possa reduzir sua dependência de recursos provenientes da União.

10 Intermediação Financeira

O saldo referente às operações de crédito nacional contabilizaram R\$ 4,02 trilhões em dezembro de 2020, apresentando valorização de 15,5% quando comparado com dezembro de 2019 (R\$ 3,48 trilhões). O saldo de crédito destinado a empresas registrou expressiva valorização no decorrer do ano de 2020 (R\$ 1,78 trilhão com valorização de 21,8%) em contraste com a queda do ano anterior (-0,1%). Em semelhante tendência, o saldo da carteira de pessoas físicas (R\$ 2,24 trilhões) apresentou crescimento de 10,9% no acumulado do ano de 2020, conforme a Tabela 1.

O crédito livre totalizou R\$ 2,32 trilhões, em dezembro de 2020, crescendo 1,8% quando comparado com o mês imediatamente anterior. No acumulado do ano de 2020, a variação registrada foi de 15,2%, maior taxa desde o ano de 2012. Observando a carteira das pessoas jurídicas, foi registrado a maior valorização desde dezembro de 2011, com o montante de R\$ 1,09 trilhão e crescimento de 21,1% no ano de 2020. Em paralelo, o saldo das operações de crédito destinado a pessoas físicas fechou o ano com acréscimo de 10,4% (R\$ 1,23 trilhão) no montante da carteira, quando comparado com dezembro de 2019 (R\$ 1,11 trilhão).

Tabela 1 – Saldo das operações de crédito nacional – 2018 a 2020 - Em bilhões.

Operações de Crédito	2018		2019		2020	
	Saldo	Var. %	Saldo	Var. %	Saldo	Var. %
Saldo - Total	3.264,9	5,1%	3.478,3	6,5%	4.017,7	15,5%
Saldo - Pessoas jurídicas	1.461,9	1,2%	1.460,5	-0,1%	1.779,2	21,8%
Saldo - Pessoas físicas	1.803,0	8,6%	2.017,9	11,9%	2.238,4	10,9%
Crédito Livre - Total	1.765,0	10,9%	2.013,8	14,1%	2.319,9	15,2%
Crédito Livre - Pessoas jurídicas	810,6	10,1%	900,6	11,1%	1.090,6	21,1%
Crédito Livre - Pessoas físicas	954,5	11,6%	1.113,2	16,6%	1.229,2	10,4%
Crédito Direcionado - Total	1.499,9	-0,9%	1.464,6	-2,4%	1.697,8	15,9%
Crédito Direcionado - Pessoas jurídicas	651,3	-8,1%	559,9	-14,0%	688,6	23,0%
Crédito Direcionado - Pessoas físicas	848,6	5,4%	904,7	6,6%	1.009,2	11,6%

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Os recursos direcionados, que são aqueles que possuem taxas de juros subsidiadas para alguns setores da economia, apresentaram crescimento de 15,9% no acumulado do ano de 2020. Ademais, pode-se inferir que esta valorização foi em decorrência dos diversos estímulos feitos pelos governos com o objetivo de diminuir os impactos da pandemia da Covid-19 na economia, observando que a tendência de queda do crédito direcionado, que em 2019 registrou contração de 2,4% (R\$ 1,46 trilhão), foi revertida no ano de 2020 transformando-se em uma valorização de 15,9% (R\$ 1,70 trilhão) como pode ser visto na Tabela 1.

O saldo de crédito direcionado para pessoas físicas também apresentou crescimento, totalizando R\$ 1,01 trilhão, com crescimento de 11,6% no acumulado do ano de 2020. O crédito direcionado da carteira das pessoas jurídicas registrou um expressivo crescimento no acumulado do ano (R\$ 688,6 bilhões, 23,0% de crescimento), que em grande parte decorreu dos estímulos efetuados através de programas de financiamento como o PEAC² e Pronampe³, iniciados a partir do segundo semestre do ano.

² Programa emergencial de acesso ao crédito.

³ Programa Nacional de apoio ao médio produtor rural.

Tabela 2 – Evolução do crédito do sistema financeiro nacional em 2020.

Período	Concessões ² (R\$ bilhões)			Taxas de Juros (% a.a.)			Spreads (p.p.)			Prazos das Concessões (meses)			Inadimplência (%)			
	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	
2020	Jan.	138,5	184,0	322,5	14,8	28,2	23,1	9,6	23,8	18,4	50,6	168,0	115,5	2,2	3,6	3,0
	Fev.	140,8	167,9	308,7	13,8	28,8	23,1	8,9	24,5	18,6	53,7	167,2	116,9	2,2	3,6	3,0
	Mar.	224,8	172,0	396,8	13,7	28,4	22,7	8,7	23,9	18,0	52,0	166,8	115,2	2,2	3,9	3,2
	Abr.	156,6	140,4	297,0	12,9	27,3	21,5	8,6	23,0	17,2	54,4	168,6	116,1	2,3	4,0	3,3
	Mai.	142,1	143,6	285,7	12,1	26,4	20,6	8,2	22,3	16,6	46,2	169,5	112,7	2,3	4,0	3,2
	Jun.	158,5	163,6	322,1	10,9	24,4	19,0	7,3	20,7	15,3	52,4	170,8	116,1	2,0	3,6	2,9
	Jul.	170,0	174,8	344,8	10,7	24,8	19,2	6,9	21,2	15,5	48,4	171,4	114,0	1,9	3,5	2,8
	Ago.	165,3	182,4	347,8	10,7	24,0	18,7	6,8	20,5	15,0	52,7	171,5	115,5	1,8	3,3	2,6
	Set.	180,8	188,7	369,5	10,0	23,5	18,1	6,0	19,8	14,3	55,5	171,7	116,7	1,5	3,1	2,4
	Out.*	156,2	196,7	352,9	10,7	23,9	18,6	6,3	20,0	14,5	53,2	171,0	115,0	1,5	3,1	2,4
	Nov.*	172,7	205,3	378,0	10,9	23,7	18,7	6,2	19,7	14,4	52,0	170,6	114,3	1,3	3,0	2,2
	Dez.*	190,4	208,1	398,4	11,2	23,2	18,4	6,9	19,5	14,5	55,6	169,6	115,5	1,2	2,8	2,1
Variação % ¹																
No mês	10,2	1,4	5,4	0,3	-0,5	-0,3	0,7	-0,2	0,1	3,6	-1,0	1,2	-0,1	-0,2	-0,1	
No trimestre	0,6	11,7	6,3	1,2	-0,3	0,3	0,9	-0,3	0,2	0,1	-2,1	-1,2	-0,3	-0,3	-0,3	
No ano	10,8	0,4	5,2	-2,3	-5,1	-4,2	-1,4	-4,3	-3,3	-1,3	-0,7	-3,6	-0,9	-0,7	-0,8	
Em 12 meses	10,8	0,4	5,2	-2,3	-5,1	-4,2	-1,4	-4,3	-3,3	-1,3	-0,7	-3,6	-0,9	-0,7	-0,8	

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

* Dados preliminares.

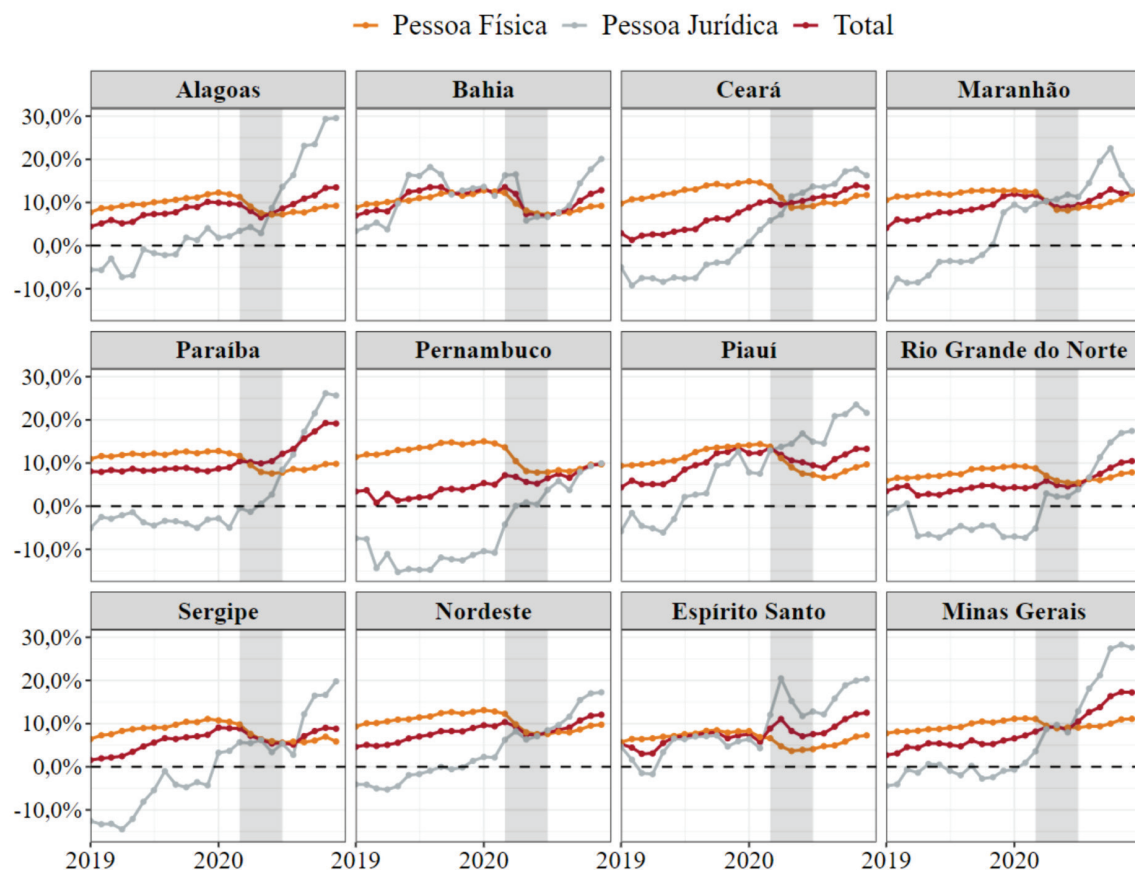
As concessões de crédito somaram R\$ 4,12 trilhões no acumulado do ano de 2020, representando um crescimento de 5,2% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Em conformidade com a característica de curto prazo das concessões de crédito deste ano, o prazo médio mensal caiu 3,6% (115,5 meses) quando comparado com dezembro de 2019 (119,1 meses). As concessões para pessoas físicas somaram R\$ 2,13 trilhões, com alta de 0,4% no ano. Contudo, na comparação do quarto trimestre de 2020 com o mesmo período do ano anterior, as concessões cresceram 11,7%, que em parte é reflexo do aumento do crédito imobiliário destinado a pessoas físicas que alcançou o montante de R\$ 41,0 bilhões no quarto trimestre de 2020, alta de 34,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. As concessões na carteira de pessoas jurídicas totalizaram R\$ 2,0 trilhões no acumulado de 2020, crescimento de 10,8% na comparação com o mesmo período do ano anterior, vide Tabela 2.

As taxas médias de juros cobradas no sistema financeiro nacional situaram-se em 18,4% a.a., aumento de 0,3 p.p. na comparação com o trimestre anterior em que foram registrados os menores patamares da série histórica (18,1% a.a.). Em 2020, a queda nas taxas médias de juros foram de 4,2 p.p., o que é reflexo da baixa na taxa Selic (atualmente situada em 2,0% a.a.) e aumento da captação recorde da poupança no decorrer do ano. As taxas cobradas para pessoas jurídicas foram de 11,2% a.a., apresentando alta de 1,2 p.p. na comparação do quarto trimestre frente ao trimestre anterior. Em contrapartida, as taxas destinadas a pessoas físicas registraram baixa histórica em dezembro de 2020 (23,2% a.a.), com declínio de 5,1 p.p. em 2020.

O *spread* médio das operações contratadas, que representa a diferença entre as taxas de captação e de ampliação das operações de crédito, situou-se em 14,5 p.p. em dezembro de 2020, acumulando uma queda de 3,3 p.p. no ano. Já a inadimplência em dezembro de 2020 caiu 2,1%, sendo 2,8% na carteira de pessoas físicas e 1,2% na carteira de pessoas jurídicas, menores taxas já registradas na série, de acordo com a Tabela 2.

O saldo de crédito nordestino alcançou R\$ 516,01 bilhões ao final de 2020, representando elevação de 12,1%, quando comparado a 2019 (Gráfico 1). No período entre março e julho, nota-se o crescimento do saldo das operações de crédito destinadas a pessoas jurídicas em quase todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste. A tendência de elevação decorreu, fundamentalmente, em razão dos diversos incentivos governamentais destinados a empresas, objetivando restringir o número de falências e evitar o aumento do desemprego durante o período de isolamento social. O saldo da carteira de pessoas jurídicas nordestinas situou-se em R\$ 165,41 bilhões (17,2% de crescimento) e o de pessoas físicas em R\$ 350,61 bilhões (9,8% de crescimento).

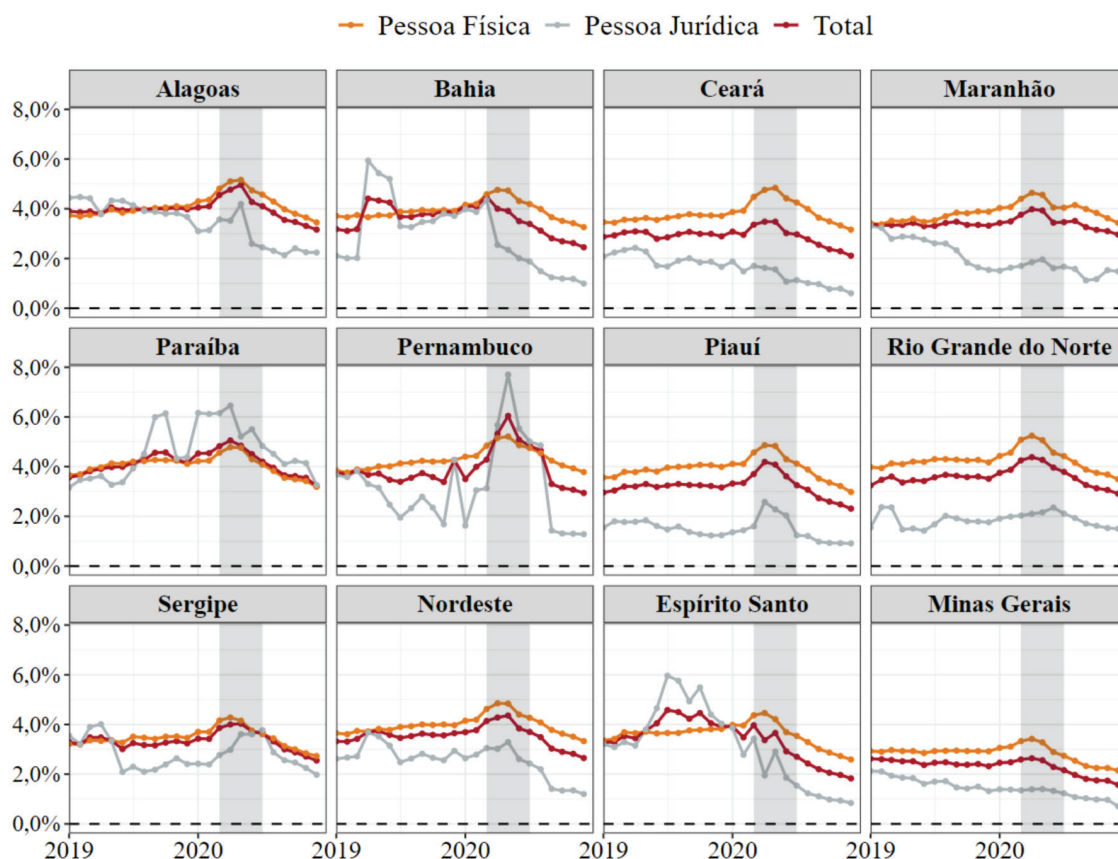
Gráfico 1 – Saldo das operações de crédito – Nordeste e Estados da Área de Atuação do BNB – 2019 a 2020 – Acumulado dos últimos 12 meses.



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Observando os estados pertencentes à área de atuação do BNB, o Estado da Paraíba apresentou a maior taxa de crescimento com 19,2% de valorização no acumulado do ano. Destaca-se o forte crescimento no saldo da carteira de pessoas jurídicas (+25,7%) e o crescimento da carteira de pessoas físicas (+9,8%). Os estados a seguir apresentaram variação acumulada do ano acima da média nordestina: Minas Gerais (+17,2%), Ceará (+13,5%), Alagoas (+13,5%), Piauí (+13,3%), Bahia (+12,8%), Espírito Santo (+12,5%) e Maranhão (+12,2%). Os demais estados apresentaram crescimento abaixo da Região Nordeste: Rio Grande do Norte (+10,5%), Pernambuco (+9,8%) e Sergipe (+8,8%).

Gráfico 2 – Inadimplência (%) no Nordeste e Estados da área de atuação do BNB - Posição em dez/2020.



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

A taxa de inadimplência nordestina foi a menor registrada na série histórica, situando-se em 2,65% em dezembro de 2020, queda de 1,0 p.p. quando comparado com dezembro de 2019 (3,65%). A inadimplência das pessoas jurídicas encerrou o ano de 2020 em 1,2%, redução de 1,7 p.p. quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Na carteira de pessoas físicas, a inadimplência foi de 3,33%, redução de 0,6 p.p. em relação a dezembro de 2019. No período entre março e julho, é interessante ressaltar, conforme destaque no gráfico, que a inadimplência “ensaiei” elevação, mas logo apresentou ponto de inflexão, em grande medida, devido as políticas monetárias e creditícias adotadas pelo Banco Central que empurraram a taxa de inadimplência para baixo.

Na área de atuação do Banco do Nordeste, Paraíba (3,21%), Alagoas (3,16%), Maranhão (2,96%), Pernambuco (2,94%) e Rio Grande do Norte (2,91%) apresentaram inadimplências acima da média regional. Por outro lado, Sergipe (2,55%), Bahia (2,45%), Piauí (2,31%), Ceará (2,11%), Espírito Santo (1,83%) e Minas Gerais (1,57%) registraram inadimplências abaixo da média do Nordeste.

11 Índices de Preços

A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou +1,35% em dezembro, 0,46, p.p. acima do resultado de novembro (0,89%). Essa é a maior variação mensal, desde fevereiro de 2003, quando foi 1,57%. Com isso, o indicador acumula taxa de +4,52% em 2020, conforme especificado na Tabela 1. Em dezembro de 2019, o índice foi (+1,15%).

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, todos apresentaram alta em dezembro. O maior impacto +0,45 ponto percentual (p.p.) ocorreu no grupo Habitação (+2,88%), que acelerou em relação ao resultado de novembro (+0,44%). A segunda maior contribuição (+0,36 p.p.) verificou-se em Alimentos e bebidas, cujos preços subiram +1,74% após 1,33% verificada no mês anterior. Transportes (+1,36% e impacto de 0,27 p.p.), e o terceiro com maior variação. Juntos, representam cerca de 80,0% do impacto total em dezembro. Os demais, variaram entre 0,39% (Comunicação) e 1,76% (Artigos de residência). Apesar da inflação do ano fechar em 4,52%, verifica-se que o Grupo Alimentação e Bebidas chegou a 14,09%, sendo o principal fator inflacionário para a Alimentação no Domicílio, 18,15%, e tendo com destaques o arroz (76,01%), tomate (+52,76%) e o óleo de soja (+103,79%), bases da alimentação do brasileiro.

O IPCA Nordeste variou +1,35% em dezembro de 2020, tendo sido influenciado, principalmente, pelos grupos Habitação (variação de +3,35% e impacto de 0,49 p.p.), Transporte (variação de +1,87% e impacto de 0,34 p.p.) e Alimentação e Bebidas (variação de +1,23% e impacto de +0,28 p.p.). Todos os outros grupos sofreram aumentos entre 0,11% (Educação) e 1,37% (Vestuário).

As principais variações de preços no Nordeste em dezembro ocorreram em Alimentação e Bebidas no subgrupo Alimentação no Domicílio (+1,30%), onde o óleo de soja (4,53%), o arroz (+2,74), a carne (+3,11%) e o açúcar cristal (+4,83%), são os destaques. No grupo Transporte, cabe mencionar a variação de preços na gasolina (+2,76%), óleo diesel (+1,54%) e transporte público (+5,15%). No grupo Habitação, os principais itens são energia elétrica residencial (+10,37%) e gás de botijão (+1,40%).

Em dezembro, a inflação do Nordeste (+1,35%) ficou abaixo do Sul (+1,65%) e Norte (+1,49%). Os índices das demais regiões do País: Sudeste (+1,28%) e Norte (+1,49%). No acumulado de 2020, o Nordeste (+5,10%) desponta com a maior inflação dentre as regiões do País: Norte (+4,80%), Centro-Oeste (+4,35%), Sudeste (+4,48%) e Sul (+4,09%).

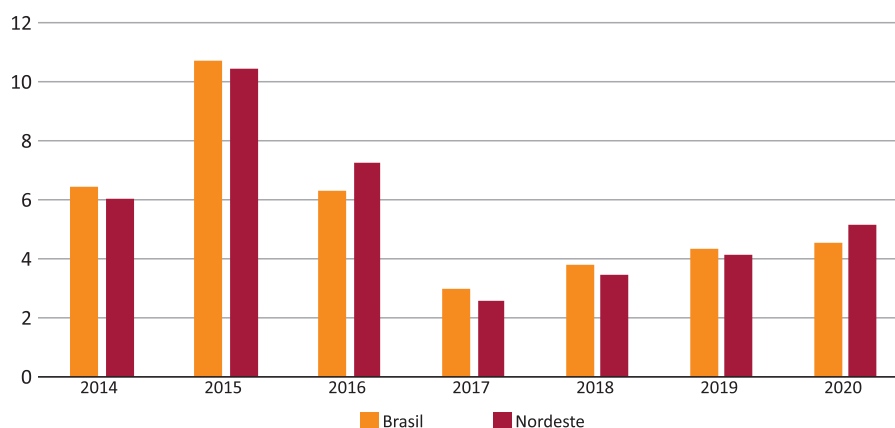
Tabela 1 – Peso regional da inflação e variação do IPCA no Brasil, Regiões e capitais selecionadas - Em %

Região/Capitais	Peso Regional (%)	Variação (%)		
		nov/20	dez/20	Ano
Nordeste	15,79	0,83	1,35	5,10
Salvador	5,99	1,17	0,92	4,31
Recife	3,92	0,36	1,60	5,66
Fortaleza	3,23	0,8	1,46	5,74
São Luis	1,62	1,01	2,18	5,71
Aracaju	1,03	0,42	0,91	4,14
Norte	4,45	0,55	1,49	4,80
Sudeste	53,26	0,96	1,28	4,48
Sul	16,70	0,83	1,62	4,09
Centro-Oeste	9,8	0,88	1,23	4,35
Brasil	100,00	0,89	1,35	4,52

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O Gráfico 1 apresenta as inflações do Brasil e da Região Nordeste, a partir de 2014. O que se observa é que, a partir de 2017, o IPCA vem crescendo continuamente, e a Região Nordeste obtém taxas maiores.

Gráfico 1 – IPCA Anual - %



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

No acumulado de 2020, o IPCA Nordeste foi pressionado pelas variações no grupo Alimentação e bebidas (+14,98% e impacto de +3,21 p.p.); Habitação (+6,86% e impacto de 1,00 p.p.), Saúde e cuidados pessoais (+1732% e impacto de 0,26 p.p.) e Transportes (+1,42% e impacto de +0,26 p.p.). Por outro lado, o grupo Vestuário destacou-se em termos de deflação (-2,96% e impacto de -0,15 p.p.). A Alimentação dentro do domicílio, que no ano já subiu +18,23%, tendo o Arroz (+73,11%), Óleo de soja (+105,06), Tomate (+62,55%) e o Feijão mulatinho (22,49%) como fatores a elevar a inflação.

Tabela 2 – Variação (%) e impacto (p.p.) do IPCA no Brasil e Nordeste

IPCA - Grupo Pesquisado	Variação (%)				Impacto (p.p)			
	dez/20		Ano		dez/20		Ano	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Índice Geral	1,35	1,35	4,52	5,10	1,35	1,35	4,52	5,10
Alimentação e Bebidas	1,74	1,23	14,09	14,98	0,36	0,28	2,76	3,21
Habitação	2,88	3,35	5,25	6,86	0,45	0,49	0,81	1,00
Artigos de Residência	1,76	1,19	6,00	4,03	0,07	0,05	0,23	0,17
Vestuário	0,59	1,37	-1,13	-2,96	0,03	0,07	-0,05	-0,15
Transportes	1,36	1,87	1,03	1,42	0,27	0,34	0,21	0,26
Saúde e Cuidados Pessoais	0,40	0,40	1,5	1,72	0,05	0,06	0,20	0,26
Despesas Pessoais	0,65	0,47	1,03	1,26	0,07	0,05	0,11	0,12
Educação	0,48	0,11	1,13	0,85	0,03	0,01	0,07	0,05
Comunicação	0,39	0,12	3,42	3,89	0,02	0,01	0,20	0,19

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Em dezembro, Salvador (+0,92%) e Aracaju (+0,91%), ficaram acima da média nacional (+1,35%); Fortaleza (+1,46%), Recife (+1,60%) e São Luís (+2,18%), que teve a maior inflação entre as regiões metropolitanas e capitais pesquisadas.

No acumulado de 2020, a Região Nordeste tem a maior inflação (+5,10%). Salvador (+4,31%) e Aracaju (+4,14%), estão abaixo da média nacional (+4,52%); Fortaleza (+5,74%), Recife (+5,66%), São Luís (+5,71%). Comenta-se, abaixo, as principais variações em cada capital nordestina. Dois grupos estão como principais responsáveis pela inflação em todas as capitais: Alimentação e Bebidas e Habitação.

Tabela 3 – Inflação no Nordeste e capitais selecionadas - Variação acumulada (%) no Ano de 2020

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luís	Nordeste
Índice Geral	5,74	5,66	4,31	4,14	5,71	5,10
Alimentação e Bebidas	16,14	13,66	14,04	15,73	18,77	14,98
Habitação	6,45	7,81	7,50	3,47	4,52	6,86
Artigos de Residência	4,37	7,64	2,06	1,85	2,79	4,03
Vestuário	1,72	1,42	-8,25	-7,48	-0,14	-2,96
Transportes	1,04	2,14	0,25	1,95	3,64	1,42
Saúde e Cuidados Pessoais	1,56	1,94	2,45	1,90	-1,09	1,72
Despesas Pessoais	2,45	0,44	1,15	1,23	1,61	1,26
Educação	1,05	3,87	-0,49	-0,82	-1,68	0,85
Comunicação	3,56	4,56	4,39	3,25	1,54	3,89

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Fortaleza

Alimentos e Bebidas: Os principais itens são: Arroz (+82,7%), tomate (+62,1%), açúcar cristal (+31,6%), carnes e peixes industrializados (+22,4%), leite longa vida (+23,0%) e óleo de soja (+121,4%). Em **Habitação**, temos os reparos (+9,7%) e energia elétrica residencial (+11,6%). TV, som e informática detêm a principal variação (+10,9%) no grupo **Artigos de Residência**, seguida por cama, mesa e banho (+7,3%) e consertos e manutenção (+9,8%). No grupo **Comunicação**, temos os planos de telefonia fixa (4,3%) e acesso à internet (+12,2%). Sobre o item acesso à internet, cabe um comentário, o aumento é o mesmo em todas as capitais nordestinas, mesmas empresas ou sinal de cartel? O mesmo acontece para o item combo de telefonia, internet e tv por assinatura (+3,7%).

Recife

Alimentos e Bebidas: Arroz (70,1%), feijão mulatinho (+32,9%), farinha de mandioca (+24,3%), tomate (+62,7%), hortaliças e verduras (+31,6%) e óleo de soja (+104,4%). **Habitação:** Gás de botijão (+17,6%) e energia (+15,8%). **Artigos de Residência:** Utensílios e enfeites (+10,7%), cama, mesa e banho (+8,4%) e tv, som e informática (+14,7%). **Comunicação:** Acesso à internet (+12,2%) e aparelho telefônico (+7,1%).

Salvador

Alimentos e Bebidas: Arroz (+74,2%), feijão mulatinho (+25,9%), tomate (+70,8%), açúcar cristal (+22,8%), hortaliças e verduras (+20,5%), leite longa vida (+28,4%) e óleo de soja (+104,0%). **Habitação:** Reparos (+9,7%), gás de botijão (+11,5%) e energia (+16,6%). **Comunicação:** Acesso à internet (+12,2%) e aparelho telefônico (9,4%). **Saúde e Cuidados Pessoais:** Serviços médicos e hospitalares (+4,4%), serviços laboratoriais (+3,2%) e planos de saúde (+2,5%). O grupo **Vestuário** teve deflação e a principal variação foi no item roupas (-12,2%).

Aracaju

Alimentos e Bebidas: Arroz (+66,7%), tomate (+33,4%), açúcar cristal (+25,6%), carnes (+32,5%), leite longa vida (+30,9%) e óleo de soja (+104,1%). **Habitação:** Reparos (+6,1%), gás de botijão (+7,4%) e energia (+7,3%). **Comunicação:** Acesso à internet (+12,2%) e aparelho telefônico (4,2%). **Transportes:** Passagem aérea (+10,5%) – em todas as outras capitais nordestinas, houve queda nos preços, média de 9,0%, automóvel novo (+7,0%).

São Luís

Alimentos e Bebidas: Arroz (61,1%), feijão mulatinho (+44,0%), farinha de mandioca (+25,3%), tomate (+51,3%), açúcar cristal (+51,2%), hortaliças e verduras (+33,9%), carnes (+24,5%), leite longa vida (+24,7%) e óleo de soja (+78,9%). **Habitação:** Reparos (+8,6%), gás de botijão (+5,2%) e energia

(+5,6%). **Transportes:** Ônibus urbano (+8,8%), transporte por aplicativo (+11,8%), veículo próprio (+4,1%) e gasolina (4,8%) – a gasolina só aumentou, também, em Recife (+5,0%). **Artigos de Residência:** Tv, som e informática (+17,1%). Três grupos tiveram deflações: **Vestuário:** calçados (-2,9%). **Saúde e Cuidados pessoais:** Produtos farmacêuticos (-8,9%). **Educação:** Cursos regulares (-2,7%) – onde a principal variação foi ensino superior (-7,2%).

12 Cesta Básica

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) calculou que o custo do conjunto de alimentos essenciais subiu +0,45% no Brasil em dezembro de 2020. Os maiores impactos foram verificados nos preços da banana (variação de 9,7% e impacto de 0,9 p.p.), da carne (variação de +2,3% e impacto de +0,58 p.p.); açúcar, café e óleo (variação de 9,7% e impacto de 0,2 p.p.); arroz, farinha e batata (variação de +5,6% e impacto de +0,2 p.p.) e o feijão (variação de +2,7% e impacto de +0,2 p.p.). Só o tomate teve deflação (variação de -14,2% e impacto de -1,5 p.p.), ver Tabela 1.

Tabela 1 – Variação (%) e impactos (p.p.) dos produtos da cesta básica no Brasil e Nordeste

Cesta Básica	Variação - %				Impactos			
	dez/20		Ano		dez/20		Ano	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Índice Geral	0,4	-0,1	23,5	25,6	0,4	-0,1	23,5	25,6
Carne	2,3	2,4	19,7	24,9	0,5	0,5	5,0	5,7
Pão	0,3	-0,3	7,7	10,0	0,0	0,0	1,1	1,4
Banana	9,7	6,1	23,9	10,9	0,9	0,5	2,2	0,9
Tomate	-14,2	-13,0	45,7	53,1	-1,5	-1,7	5,0	8,0
Leite	0,2	-1,0	25,8	27,6	0,0	-0,1	1,6	1,6
Manteiga	0,3	1,4	8,2	6,7	0,0	0,1	0,5	0,5
Feijão	2,7	2,8	29,3	26,7	0,2	0,2	2,4	1,9
Arroz, Farinha e Batata	5,6	8,1	150,7	108,2	0,2	0,3	4,0	3,5
Açúcar, Café e Óleo	9,7	8,0	137,3	145,0	0,2	0,1	1,7	2,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.

A região Nordeste registrou uma variação no custo da cesta básica em dezembro, de -0,14%, ficando a região Sul (-0,71%) com a menor. As oscilações nas outras regiões foram: Centro-Oeste (+1,81%), Sudeste (+0,05%) e Norte (+2,96%). A cesta do Nordeste apresentou aumentos de preços da banana (variação de +6,1% e +0,5 p.p.); carne (variação de +2,4% e impacto de +0,5 p.p.); arroz, e farinha (variação de +8,1% e impacto de +0,3 p.p.), feijão (variação de 2,8% e impacto de 0,2 p.p.), manteiga (variação de 1,4% e impacto de 0,1 p.p.) e o açúcar, café e óleo (variação de +8,0% e impacto de +0,1 p.p.). O tomate (variação -13,0% e impacto de -1,7 p.p.) e o leite (variação de -1,0% e impacto de -0,1 p.p.) sofreram deflações em seus preços.

A cesta básica mais cara continua a ser a da região Sudeste (R\$ 629,89), e na sequência o Centro-Oeste (R\$ 581,45), Sul (R\$ 578,49), Brasil (R\$ 569,04), Norte (R\$ 500,88) e Nordeste (R\$ 489,03), conforme especificado na Tabela 2.

A cesta básica, em dezembro, subiu em 9 das 17 capitais pesquisadas. Os aumentos mais expressivos ocorreram em **João Pessoa** (+4,47%), Brasília (+3,35%), Belém (+2,96%), Belo Horizonte (+2,93%) e **Recife** (+1,38%). **Salvador** (-1,85%) e Campo Grande (-2,14%), tiveram as maiores deflações. As variações nas outras capitais nordestinas foram: **Fortaleza** (-0,81%), **Natal** (+0,74%) e **Aracaju** (+0,41%).

No acumulado de 2020, a cesta básica no País aumentou +23,52. Os maiores impactos no índice nacional ocorreram nos preços do tomate (variação de +45,7% e impacto de 5,0 p.p.), carne (variação de +19,7% e impacto de +5,0 p.p.); arroz, farinha e batata (variação de +150,7% e impacto de 4,0 p.p.), a banana (variação de +23,9% e impacto de +2,2 p.p.) e açúcar, café e óleo (+145,0% e impacto de 1,7 p.p.). O arroz cresceu (+73,9%) e o óleo (+107,7%).

No ano de 2020, a cesta básica do Nordeste (+25,6%) obteve a maior variação dentre as regiões do País, vindo na sequência o Centro-Oeste (+25,2%), Sudeste (+23,5%), Norte (+20,95%) e o Sul (+19,6%).

Comparando a variação da cesta básica nordestina, com o subgrupo do IPCA nordestino, “Alimentação dentro do domicílio”, a variação no ano seria +18,29%, muito menor que a variação da cesta básica do DIEESE. Para uma maior precisão na comparação, ponderou-se com os pesos anuais da cesta básica, os produtos que fazem desta, e suas variações no IPCA anual do Nordeste em 2020. O resultado é 26,15%,

um pouco acima da variação da cesta básica (+25,6%), mas muito próximo. O IPCA do Nordeste, em 2020, foi +5,1%. Conclui-se então, que os extratos mais baixos de renda, em que o orçamento é fortemente impactado pelos preços dos alimentos, saíram extremamente prejudicados no ano que findou.

Tabela 2 – Valor (R\$) e variações (%) da Cesta Básica no Brasil e Regiões

Período	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	BRASIL
2020	Jan	415,54	397,38	471,16	514,50	465,59
	Fev	432,95	418,66	466,50	515,18	472,22
	Mar	418,80	432,11	474,75	524,20	479,94
	Abr	434,19	447,14	481,36	552,43	501,28
	Mai	453,35	433,58	461,57	556,84	500,16
	Jun	453,86	437,75	462,97	535,25	490,79
	Jul	440,98	429,98	461,27	518,86	480,80
	Ago	441,50	432,71	461,20	537,11	489,30
	Set	459,21	459,60	471,61	563,22	512,66
	Out	468,22	469,81	508,54	593,55	534,67
	Nov	486,49	489,70	571,09	629,59	567,39
	Dez	500,88	489,03	581,45	629,89	569,94
Variação da Cesta Básica (%)						
% mês	2,96	(0,14)	1,81	0,05	(0,71)	0,45
% Ano	20,95	25,60	25,15	23,46	19,62	23,52

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.

No acumulado de 2020, Salvador (+32,9%) tem a maior variação, seguida por Aracaju (+28,3%) e Campo Grande (+28,1%). Seguem as outras capitais nordestinas, em ordem decrescente das 17 capitais: João Pessoa (+21,8%, 5ª posição), Fortaleza (+23,4%, 9ª posição), Natal (+19,6%, 15ª posição) e Recife (+17,6%) (Tabela 3).

Tabela 3 – Valor (R\$) e variações (%) da Cesta Básica no Nordeste e capitais selecionadas

Cesta Básica - DEZEMBRO			
Capitais/Região	Valor	Var. % - Mês	Var.% - Ano
FORTALEZA	534,96	(0,81)	23,36
ARACAJU	453,16	0,41	28,75
JOÃO PESSOA	475,19	4,47	27,21
NATAL	458,79	0,74	19,55
RECIFE	469,39	1,38	19,19
SALVADOR	479,08	(1,85)	32,89
NORDESTE	489,03	(0,14)	25,60

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.

As principais variações dos produtos, no mês de dezembro, olhando as capitais nordestinas, são: banana (+15,8% em Salvador), tomate (+10,5% em João Pessoa), feijão (+7,2 em Aracaju), carne (+6,6% em João Pessoa), arroz (+9,1% em Salvador) e o óleo de soja (+4,9% em Salvador). Alguns produtos tiveram deflações nas capitais: tomate (-19,2% em Salvador), banana (-7,6% em Recife), pão (-3,7% em Aracaju) e o leite (-2,5% em Salvador).

Em termos de produtos, no acumulado de 2020, verificaram-se expressivas variações de preços no tomate (+102,6% em Salvador). O arroz cresceu 85,5% e o óleo de soja, +127,7% em Recife, conforme especificado na Tabela 4.

Tabela 4 – Variação (%) dos alimentos da Cesta Básica nas capitais do Nordeste

Alimentos ¹	NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2020				NO ANO			
	Maior Variação		Menor Variação		Maior Variação		Menor Variação	
	%	Capital	%	Capital	%	Capital	%	Capital
Carne	6,6	João Pessoa	0,6	Salvador	32,0	Salvador	18,8	João Pessoa
Pão	1,7	Natal	-3,7	Aracaju	21,0	Natal	2,2	Salvador
Tomate	10,5	João Pessoa	-19,2	Salvador	102,6	Salvador	9,7	Recife
Banana	15,8	Salvador	-7,6	Recife	53,0	João Pessoa	-16,2	Natal
Feijão	7,2	Aracaju	0,7	Salvador	44,0	Recife	17,5	Aracaju
Leite	2,7	Natal	-2,5	Salvador	35,7	Recife	21,7	Natal/Salvador

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.

A Tabela 5 apresenta as variações e os impactos verificados no acumulado de 2020, nas capitais do Nordeste onde a pesquisa do DIEESE é realizada. Salvador obteve a maior variação (+32,89%), seguida por Aracaju (+28,75%), João Pessoa (+27,21%), Fortaleza (+23,36%), Natal (+19,55%) e Recife (+19,19%).

Tabela 5 – Variação (%) e impactos (p.p.) nas capitais do Nordeste – 2020

Produtos/ Cesta	Aracaju		Fortaleza		João Pessoa		Natal		Recife		Salvador	
	Variação	Impacto	Variação	Impacto	Variação	Impacto	Variação	Impacto	Variação	Impacto	Variação	Impacto
Total da Cesta	28,75	28,75	23,36	23,36	27,21	27,21	19,55	19,55	19,19	19,19	32,89	32,89
Carne	30,79	7,23	21,02	4,35	21,62	6,80	18,84	5,70	22,95	5,70	26,50	8,50
Leite	32,03	1,97	27,81	1,53	29,46	1,82	28,31	1,72	35,65	2,02	21,22	1,35
Feijão	22,41	1,69	28,67	1,91	22,45	1,81	27,08	2,15	43,96	3,33	17,04	1,26
Arroz	73,18	2,67	88,29	2,92	75,29	2,50	84,20	2,89	85,46	3,15	42,11	2,63
Farinha	9,61	0,28	50,51	1,18	23,02	0,67	17,92	0,56	35,91	0,91	5,37	0,35
Tomate	73,71	10,15	44,77	6,80	64,26	5,26	9,68	1,22	12,91	1,99	85,30	12,68
Pão	2,20	0,28	12,97	2,01	9,43	1,44	20,99	3,01	9,06	1,26	14,61	0,76
Café	0,99	0,01	8,70	0,09	(6,88)	-0,08	3,39	0,04	(3,14)	-0,04	(3,77)	-0,08
Banana	19,09	1,68	0,96	0,09	53,04	4,45	(7,51)	-0,54	(16,23)	-1,45	30,94	3,20
Açúcar	32,69	0,58	34,82	0,57	33,01	0,56	33,48	0,63	30,18	0,52	15,67	0,40
Óleo	115,94	1,56	118,32	1,41	113,22	1,54	109,86	1,49	127,72	1,70	60,52	1,31
Manteiga	11,68	0,64	6,89	0,51	5,90	0,43	8,57	0,68	1,47	0,10	0,61	0,55

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.

Vale destacar alguns pontos da Tabela acima. A carne é o produto de maior peso na Cesta Básica. Em todas as capitais nordestinas, à exceção de Fortaleza (+18, pontos percentuais), seu impacto na variação total foi acima de +25 p.p.

O óleo de soja foi o produto com maior variação no ano, média entre as capitais nordestinas de +107,6%. O arroz também teve uma variação robusta, 74,8%.

O único produto com uma variação média negativa no ano, foi o café, -0,12%.

A banana é o produto com maior variação entre as capitais nordestinas. Teve uma variação de -16,2%, em Recife, e foi a +53,0%, em João Pessoa.

Em termos de valores monetários, Fortaleza permanece com a cesta básica mais cara no Nordeste (R\$ 534,96). Observa-se que a cesta básica dos fortalezenses é 9,4% maior em comparação com o valor da cesta regional (R\$ 489,03), além de superar em 18,1% a cesta mais barata da Região, ou seja, a de Aracaju (R\$ 453,16). Os valores das cestas nas demais capitais do Nordeste são: Salvador (R\$ 479,08), João Pessoa (R\$ 475,19, Natal (R\$ 458,79) e Recife (R\$ 469,39).

